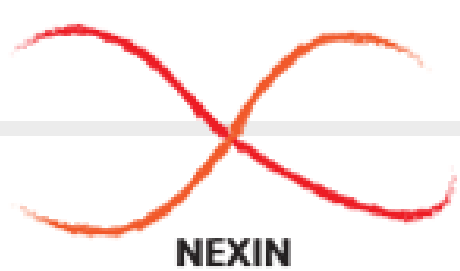


Expressões

da

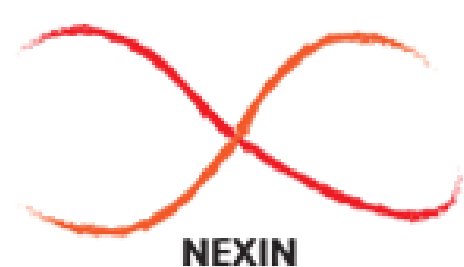
Pandemia

Fase 1



Expressões da Pandemia

Fase 1



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S271b - SAWAIA, Bader

B976f - BUSARELLO, Flávia

B492j - BEREZOSCHI, Juliana

A319r - ALBUQUERQUE, Renan

Expressões da Pandemia - Fase 1, Bader Sawaia, Flávia Busarello, Juliana Berezoschi, Renan Albuquerque- organizadores, Alexa Cultural: Embu das Artes/SP,

14x21cm - 131 páginas

ISBN - 978-65-00-03378-6

1. Covid-19, 2. Pandemia 3. Quarentena, 4. Ciências Sociais, 5. Responsabilidade social, I-Título, II-Sumário, III-Bibliografia

CDD - 300 / 301

Índices para catálogo sistemático:

1. Covid-19
2. Pandemia
3. Quarentena

Todos os direitos reservados e amparados pela Lei 5.988/73 e Lei 9.610

ALEXA
CULTURAL

Alexa Cultural Ltda

Rua Henrique Franchini, 256
Embu das Artes/SP - CEP: 06844-140
alex@alexacultural.com.br
alexacultural@terra.com.br
www.alexacultural.com.br
www.alexaloja.com

OS TEXTOS APRESENTADOS NESTE LIVRO-COLETÂNEA SÃO
ORIUNDOS DE ESTUDOS E REFLEXÕES REALIZADOS
NO QUE DENOMINAMOS DE "FASE 1" DO ESPALHAMENTO
DA COVID-19 NO BRASIL.

ATÉ O FECHAMENTO DESTA EDIÇÃO, ÉRAMOS O SEGUNDO PAÍS DO
MUNDO COM O MAIOR NÚMERO DE CASOS DE SARS-COV-2.

BRASIL, 26 DE MAIO: 20h45.
CASOS CONFIRMADOS: 391,222.
MORTES: 24.512.

Realização Científica

O Boletim "Expressões da Pandemia" é uma atividade do Núcleo de Pesquisa Dialética Exclusão/Inclusão Social (NEXIN/PUC-SP/CNPq), liderado pela Profa. Dra. Bader B. Sawaia, em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ambientes Amazônicos (NEPAM/UFAM/CNPq), liderado pelo Prof. Dr. Renan Albuquerque.

Organizadores

Bader B. Sawaia
Flávia R. Busarello
Juliana Berezoschi
Renan Albuquerque

Editoração e Identidade Gráfica

Juliana Berezoschi

Revisão Técnica

Renan Albuquerque

Os escritos são compilados por participantes, parceiros e apoiadores do NEXIN e do NEPAM.

Dados do NEXIN

O Núcleo de Pesquisa Dialética Exclusão/Inclusão Social (NEXIN) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) tem como líder a Profa. Dra. Bader B. Sawaia e atualmente está composto por discentes de mestrado, doutorado e pós-doutorado, bem como pesquisadores associados. O NEXIN é um espaço de reflexão e investigação psicossocial permanente, onde são desenvolvidos estudos sobre desigualdade social, com ênfase na servidão humana e na potência de ação emancipadora em diferentes contextos sociais e históricos brasileiros.

www4.pucsp.br/nexin/, facebook.com/nucleonexin, instagram@nucleonexin

Dados do NEPAM

O Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ambientes Amazônicos (NEPAM) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) tem como líder o Prof. Dr. Renan Albuquerque e atualmente está composto por discentes de graduação, mestrado e doutorado, além de pesquisadores associados. O NEPAM estuda dinâmicas e interações de povos amazônicos em seus diferentes modos de vida no bioma.

www.facebook.com/ufamnepam

APOIO CIENTÍFICO

Gostaríamos de agradecer pelo apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Ufam, que auxiliam com financiamento e apoio infra-estrutural o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ambientes Amazônicos (NEPAM).

Também é importante destacar o suporte da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – financiadora do Programa de Doutorado Sanduíche (PDSE) – e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que fomentam cientistas do Núcleo de Pesquisa Dialética Exclusão/Inclusão Social (NEXIN), os quais descrevem parte de seus estudos nesta obra.

É necessário sublinhar a parceria que a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e a Universidade Federal do Amazonas (Ufam) firmaram, a partir da Profa. Dra. Bader Sawaya e do Prof. Dr. Renan Albuquerque, no sentido de organizar o esforço científico que possibilitou este livro.

PARCEIROS INTERNACIONAIS

Marcos Antonio da Silva, pesquisador e pós-doutorando do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal, que integra o projeto "POLITICS" (725402 – ERC-2016-COG).

Helga Arroyo Araya, Profa. Dra. da Escola de Psicologia da Universidade da Costa Rica.

ACESSO ABERTO

Este livro foi construído com base nos preceitos Open Access Initiative (OAI), movimento instituído em 1999 por um grupo de pesquisadores europeus e norte-americanos, com o intuito de disponibilizar gratuita, publicamente e sem restrições, produções científicas para que qualquer pessoa possa acessar, ler, baixar, copiar, distribuir ou imprimir, citando a fonte de origem.

SUMÁRIO

Volume 1

APRESENTAÇÃO (Bader B. Sawaia).....	12
MIEDO (Profa. Dra. Helga Arroyo Araya).....	15
AFETO(S) EM TEMPOS DE PANDEMIA (Flávia Roberta Busarello).....	16
PARA UMA POÉTICA DOS ESPAÇOS INTERIORES I (Thiago da Silva Prada).....	19
"ESCORREGAR NÃO É CAIR": POR QUEDAS COM AMORTECEDORES (Livia Maria Camilo dos Santos).....	21
DIÁLOGOS ENTRE EXPERIÊNCIA (ISOLAMENTO PERIFÉRICO: ATRAVESSAMENTOS POLÍTICOS E SOCIAIS) (Thais Fernanda G. Lima).....	25

Volume 2

APRESENTAÇÃO (Bader B. Sawaia).....	29
VOLTANDO À CARNE (Aline Matheus Veloso).....	31
POEIRA DE ESTRELAS (José Carlos de Oliveira).....	34
O MEDO DO INVISÍVEL: MEMÓRIAS DA PANDEMIA DE SARS-COV-2 (Gerson André Ferreira e Renan Albuquerque).....	35
CORONAVÍRUS: A VIDA PAROU OU FOI O AUTOMÓVEL? (Beatriz Marques Sanchez).....	38
ABRIL INDÍGENA NO COMBATE AO VÍRUS: UMA LEITURA SATERÉ-MAWÉ (CLÃ SATERÉ/UT) E SUA RESISTÊNCIA TUPI (Josias Sateré).....	41

Volume 3

APRESENTAÇÃO (Bader B. Sawaia).....	47
POUCAS PALAVRAS (Jaison Hinkel).....	50

O CONFRONTO COM A FINITUDE E O LUTO COLETIVO (Naiara R. Vicente de Matos).....	51
“APANHA E SORRI, PORQUE NA RUA NÃO TEM OUTRO JEITO” (Ana Carolina Martins Gil).....	55
CORONAVIRUS ET MIGRANTS À MANAUS, L’ÉPICENTRE DE LA PANDÉMIE EN AMAZONIE BRÉSILIEENNE (CORONAVÍRUS E MIGRANTES EM MANAUS, O EPICENTRO DA PANDEMIA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA) (Fabrício Vasconcelos e Renan Albuquerque).....	59
EM TEMPO DE MÁSCARAS: SORRISOS ESCONDIDOS E OLHARES AFETIVOS (Marcos Antonio Batista da Silva).....	65
PANELAÇOS, CARREATAS E AFINS: REFLEXÕES SOBRE A DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA DA AÇÃO COLETIVA EM TEMPOS DE PANDEMIA (Cinara Brito de Oliveira).....	68
NOSSA PELEJA EM TEMPOS DE PANDEMIA: A HUMANIDADE É PARA TODAS(OS) OU NÃO SERÁ PARA NINGUÉM (Elisa Harumi Musha).....	71

Volume 4

APRESENTAÇÃO (Bader B. Sawaia).....	76
UM VÍRUS VARRE O MUNDO (Lívia Maria Camilo dos Santos).....	80
A DIMENSÃO REFLEXIVA DA ARTE EM TEMPOS DE CORONAVÍRUS: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL (Fernanda Pereira Medeiros e Vera Lucia Trevisan de Souza).....	82
A CULTURA PERIFÉRICA E O ISOLAMENTO SOCIAL (Cristina Adelina de Assunção).....	88
QUILOMBOS E TERRAS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA EM LOCKDOWN TERRITORIAL (Georgio Ítalo Ferreira de Oliveira e Renan Albuquerque).....	92
VIÉS RACIAL, DESIGUALDADES E CORONAVÍRUS (Marcos Antonio Batista da Silva).....	96
VANESSA PUPYS (Elisa Harumi Musha).....	102

Volume 5

APRESENTAÇÃO (Bader B. Sawaia).....	104
-------------------------------------	-----

REVOLTA (Elisa Harumi Musha).....	109
COLETIVIDADES EM TEMPOS DE PANDEMIA (Karina Scaramboni).....	110
EM BUSCA DO RISO ÉTICO PERDIDO (Juliana Berezoschi).....	115
“ATÉ QUANDO PUDERMOS NOS ABRAÇAR”: O RE-ENCONTRO PÓS-PANDEMIA (Flávia Roberta Busarello).....	118
OS PROBLEMAS DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA ON-LINE EM SITUAÇÕES JUDICIALIZADAS (Giseli F. Assoni).....	122
CORONAVÍRUS ME FAZ LEMBRAR! (Justino Rezende).....	125
<u>Posfácio</u>	127

FASE 1 - VOLUME 1
(Publicado em 13/04/2020)

APRESENTAÇÃO

Um ser minúsculo, com capacidade desconcertante de disseminação, está impondo para as nossas vidas mudanças drásticas e em velocidade e abrangência global incomensuráveis. O seu combate, no momento em que se sabe pouco sobre ele, exige o isolamento de todos nós, o que significa abrir mão do direito de mobilidade, de convivência, de estar junto e de abraçar. Assim, em seu movimento, vai espalhando afecções tristes pelo mundo: medo, beirando ao desespero do contágio e do futuro, esperança que a pandemia acabe logo, saudades do abraço, raiva e indignação pelo isolamento e melancolia por dores de perdas. Afetos tristes, mas também mesclados por gratidão, amor, pequenas alegrias, benevolência, audácia, coragem e simpatia.

Podemos dizer que esta é, de modo geral, a constelação afetiva da pandemia, tal como noticiada pela mídia. Seria então a covid-19 uma doença causada por um vírus democrático na distribuição dos sofrimentos? A resposta é, sem dúvida, "não". O vírus seria democrático, afetaria a todos igualmente, se os encontros que ele promovesse com nossos corpos não fossem mediados pela desigualdade social.

Spinoza nos ensina que: “há tantas espécies de alegria, tristeza e desejo (....) quantas espécies de objetos pelos quais somos afetados (E. IV, Prop LVI). O vírus é o objeto que nos afeta, mas não em si e por si, porque ele é marcado pela desigualdade social. Isto significa que a espécie de sofrimento que ele promove é mediada pela desigualdade social, configurando o que o Núcleo de Pesquisa Dialética Exclusão/Inclusão Social (NEXIN) conceitua de sofrimento ético-político. O isolamento é sem dúvida um sofrimento, mas que se manifesta diferentemente segundo a posição social da pessoa, a qual determina suas condições de moradia, renda, acesso à educação, à saúde, ao alimento e de equilíbrio no sistema imunológico.

O mais emblemático sofrimento é a negação do direito ao isolamento adequado para os que vivem na pobreza por causa da moradia precária e pelo medo da fome que os obrigam a se arriscar. Aí está o ético-político do sofrimento, na variação dos seus sentidos e de seus efeitos.

Considerar essa diferença é importante, ainda mais quando o afeto se tornou uma das questões amplas e mais tratadas nas discussões sobre saúde em tempos de pandemia. Muitas orientações são divulgadas pelas mídias e redes sociais, sempre na direção de cuidar dos afetos tristes e estimular os alegres para impedir a depressão, o stress e conseqüentemente fortalecer o sistema imunológico.

Ninguém discorda do que fala Spinoza na *Ética IV*: "[...] o contentamento nunca é excessivo, mas sempre bom. A tristeza é diretamente má". Portanto, continua ele, "a vida ética começa quando as paixões mais fortes, de alegria, sobrepujam as mais fracas, relacionadas a medo, ódio, vingança e inveja". Mas é preciso cuidado para não usar essas reflexões para produzir receitas padronizadas de controle das emoções ou de como ficar feliz.

Cuidar dos afetos é buscar ideias adequadas. Não é possível cultivar afetos alegres em meio à imposição da estupidez, que nos aliena do conhecimento de suas causas. Não é possível cultivar afetos alegres quando decisões sobre a saúde do povo fazem parte do jogo eleitoral e da disputa geopolítica - como a discussão sobre uma das medicações possíveis (mas não cientificamente comprovada em termos de uso global) de combate à covid-19, a hidroxiclороquina -, virando um debate ideológico.

"Quando a mente imagina sua impotência, ela se entristece e busca sinais de confiança em determinadas ideias pelo poder de quem as expressa", explica e continua nos ensinando Spinoza, na *Ética III*.

Esta é nossa preocupação: a disseminação do desejo de potência de padecimento e de todos os afetos tristes dela derivados, como o fatalismo, as superstições, a inveja, a vingança e o ódio. Afetos fortalecedores de polarizações.

Um alerta importante: adotar a categoria de sofrimento ético-político não significa considerar que os que vivem na pobreza, por sofrerem com mais perversidade a pandemia, sejam menos potentes para lutar pela sobrevivência. Conforme as pessoas têm demonstrado, por entre os escombros da pandemia elas encontram forças para escolher e inventividade para sobreviver: enquanto alguns aproveitam o isolamento para criar novas formas de ganhar dinheiro, exercitar estratégias de poder ou disseminar falsas ideias, outros criam sistemas coletivos de sobrevivência nas favelas e na periferia. Outros, ainda, disseminam a arte.

Implicados com o fortalecimento dessa potência, juntamo-nos a todos que estão colocando suas ideias em debate, refletindo e registrando essa pandemia em ato. Publicaremos semanalmente conjuntos de ensaios, na forma de verso e prosa, de ciência e arte, visando debater, dentre outras coisas, o que é cuidar dos afetos como questão ético-política. Temos claro que a defesa de estarmos juntos novamente é importante, mas isso deve significar a formação de coletivos poderosos para lutar contra o vírus da desigualdade.

Bader B. Sawaia
Profa. Titular da PUC-SP. Docente Permanente
do Programa de Estudos Pós-Graduados em
Psicologia Social. Líder do NEXIN.

Miedo

- A qué mi cuerpo no se encuentre con otros cuerpos
- Al vacío de existir sin el otro
- Al consuelo inútil de lo virtual
- A perder la capacidad de asombrarme y perderme en y con el otro
- A renunciar a la esperanza
- A sobrevivir
- A que nos despojen de la humanidad
- A la palabra enmudecida de un audio
- A la insondable distancia de una imagen
- Al trago sin compañía
- Al sexo sin cuerpo
- A la pregunta que se borra
- Al café en exilio
- A la desaparición de la palabra interminable
- A que no queden más las sonrisas
- A qué me arrebatan el Nosotros
- A amar desde lejos
- A que desaparezcan los abrazos

A despertar y que mis ojos presencien, al igual que Saramago, que "... lo que quería era no tener que abrir los ojos".

Profa. Dra. Helga Arroyo Araya
Docente da Escuela de Psicología da
Universidad de Costa Rica.

San José, marzo de 2020.

Afeto(s) em tempos de pandemia

Partindo de Spinoza, em especial de sua teoria dos afetos, devemos dar um passo atrás e observar essa realidade tão atípica que vivemos em virtude da pandemia da covid-19. O filósofo do século XVI, ao contrário dos gregos, preferia as paredes de sua casa para filosofar do que o ambiente público ou as ruas. O holandês escreve, em uma carta para seu amigo Henry Oldenburg, que “a mi, empero, esas turbas no me incitan ni a reír ni a llorar, sino más bien a filosofar y a observar mejor la naturaleza humana” (Corr, Carta 30). Talvez não consigamos verificar nas multidões, ou nas palavras turbas de Spinoza, justamente porque a covid-19 nos obriga a ficar dentro das paredes de casa. Nesse momento, estamos no lugar do pássaro em sua gaiola e experimentamos o que ele sente. Será que o filosofar é possível diante disso?

Na situação da pandemia, vemos hoje a presença dos dois grandes afetos políticos de Spinoza, o medo e a esperança. O primeiro se caracteriza por ser um afeto triste, e geralmente está acompanhado do segundo, este um afeto alegre. Nos deteremos sobre o afeto do medo, que é descrito/explicado pelo filósofo.

En efecto, la esperanza no es sino una alegría inconstante surgida de una imagen de una cosa futura o pasada, de cuyo resultado dudamos. El miedo, al revés, es una tristeza inconstante surgida también de la imagen de una cosa dudosa. Por otra parte, si de estos afectos se suprime la duda, de la esperanza resulta la seguridad y del miedo la desesperación, a saber, la alegría o la tristeza surgida de la imagen de la cosa que hemos temido o esperado (E III, Prop. 18, Esc 2).

Movimentados por esses afetos, as pessoas "se quedan en casa"[1] – pelo medo de algo externo, que seria, nesse caso, a covid-19. "Se quedan", ainda, na esperança que a pandemia acabe para poderem prosseguir as vidas. É pelo medo e pela esperança que as pessoas continuam planejando suas vidas, tentando seguir horários e fazer exercícios físicos, com a ajuda de vídeos publicados em redes sociais. As estratégias para lidar com o coronavírus partem do pressuposto do isolamento social e das pessoas não saírem às ruas, mas como propor isso quando a sua casa é a rua? Em um país onde pobreza e morte são questões do cotidiano de muitas famílias, será que há um medo maior que as mortes pela covid-19? Será que o medo da fome é superior ao medo do vírus?

Os afetos nunca são únicos, pois somos seres de afetos – afetamos e somos afetados e por isso. Quando Spinoza fala de medo e esperança, ele também esclarece:

Por otra parte, si de estos afectos se suprime la duda, de la esperanza resulta la seguridad y del miedo la desesperación, a saber, la alegría o la tristeza surgida de la imagen de la cosa que hemos temido o esperado (E III, Prop.18, Esc 2).

Medo e desespero, esperança e segurança: essa é a constelação que podemos verificar em tempos da pandemia da covid-19. Esses afetos estão presentes conforme a vivência/experiência dos sujeitos em seus territórios. Há a esperança de poder sobreviver a mais um inverno e ver a família. Há o medo de integrar a população de risco. Há a esperança de ter passado da "curva" de casos. Há ainda o medo quando verificamos que hoje existem mais mortes que ontem. Há o desespero nos mercados em ver as prateleiras desprovidas de papel higiênico e a esperança em receber um alimento quando não se tem nada na mesa.

Na Espanha, a esperança ganha um corpo diferente: às 20h todos saem nas janelas e sacadas para bater palmas e agradecer quem está na linha de frente contra a covid-19. Momento também de alguns sorrisos para os vizinhos. É possível afirmar que esse seja um bom encontro em tempos de pandemia? As ruas, que eram local de alegria e conversas, agora se encontram vazias, habitadas por alguns que levam seus cachorros para curta caminhada ou rápida ida a mercado e farmácia. Monumentos históricos, antes repletos de turistas ou estudantes sentados, se encontram sós, nas calles das cidades antigas, que em sua história já viram a peste negra. De certa forma, podemos observar as grandes nações do planeta vivenciando um útil comum – a busca pela cura de uma doença que avassala territórios, mesmo com o fechamento de fronteiras.

Mas novamente: como a situação da covid-19 é vivenciada em um país onde pessoas não têm água para lavar as mãos? Será que o medo da fome é superior ao medo do vírus? A vivência da pandemia em um país pobre do Sul Global é totalmente diferenciada de uma nação do Velho Mundo, que sobreviveu à peste negra, pois justamente o ingenium das nações é distinto (Moreau, 2010). No enlace entre economia e história, políticas estatais são a chave para a pandemia, pois podem contribuir para o remédio dos afetos ou para a servidão coletiva (Spinoza, E IV e E V).

O combate da paixão realiza-se através de uma paixão mais forte. Portanto, é necessário verificar quais paixões o Estado está instigando na coletividade, pois, conforme Spinoza, no Tratado Político,

Os políticos, pelo contrário, crê-se que em vez de cuidarem dos interesses dos homens lhes armam ciladas e, mais do que sábios, são considerados habilidosos. A experiência, na verdade, ensinou-lhes que, enquanto houver homens, haverá vícios. Daí que, ao procurarem precaver-se da malícia humana, por meio daquelas artes que uma experiência de longa data ensina e que os homens, conduzidos mais pelo medo que pela razão, costumam usar, pareçam adversários da religião, principalmente dos teólogos, os quais creem que os poderes soberanos devem tratar dos assuntos públicos segundo as mesmas regras da piedade que tem; um homem particular (Spinoza, TP, Cap 1 §2).

Voltemos à pergunta chave dessa reflexão: será que o medo da fome é superior ao medo do vírus? E aqui entendemos qual medo está sendo alimentado, o medo econômico. Quando no Brasil afirma-se repetidamente a necessidade de continuar a trabalhar, visto que paralisar atividades impacta em desemprego, a população é afetada, constantemente, com encontros que fomentam o medo da fome. Colocando a vida em risco e pedindo o fim do isolamento social para poderem trabalhar, na esperança de que não morrerão de fome (em um país onde seu ingenium é marcado com a pobreza), inclusões perversas são incentivadas.

Como não ter medo da fome se o medo já é reconhecido em seu ingenium? Como disse Moreau (2010, p. 93), "conocer el ingenium es, pues, conocer los comienzos". Desta feita, entendemos porque a paixão mais forte para essa nação (Brasil) é o medo da fome, que já foi vivida ao longo da sua história. Em tempos de pandemia, mesmo a luta sendo de todas as nações o ingenium de cada uma trás a singularidade em meio à multiplicidade.

[1] Expressão em espanhol para a #yomequedoencasa - "eu fico em casa".

Flávia Roberta Busarello
Doutoranda em Psicologia Social pela PUC-SP, realiza período sanduíche na Universidad de Salamanca/Espanha em tempos da pandemia, com financiamento da CAPES/PDSE/2019.
Trabalha com pesquisa ação-participante e acredita em uma psicologia para a transformação social.

Salamanca, Espanha, 30 de março de 2020.

Para uma Poética dos Espaços Interiores I

Ismália confinada no alto de sua torre para o céu olhava e a ele queria chegar. Que céu Ismália viu, que talvez nunca antes tivesse reparado? Eram as nuvens e o Sol reluzente, eram visões de anjos a trovejarem suas espadas nos destinos dos seres ou o amado perdido dos seus delírios? Então ela cantou em seu confinamento e, depois, desencantou.

Dentro de seu quarto escuro, Raskolnikóv, antes de seu gesto fatal, sonha uma Idade de Ouro para a humanidade, uma época gloriosa vindoura a partir de um único ser extraordinário. Poderia ser ele benfeitor da humanidade? Tantas injustiças e tantos sofrimentos! Papéis e livros para todos os lados, a vela ilumina seus pensamentos tortuosos dentro da noite, enquanto questiona o valor da existência de outro ser, até sua decisão levá-lo para seu destino trágico.

Apenas dois exemplos de personagens da literatura universal, entre tantos outros possíveis. Mas poderiam ser utilizados ainda mais exemplos dostoiévskianos: Kirilov também em seus aposentos rangendo a maquinaria da razão para destronar Deus e tornar o homem um Deus; Kirilov febril, trêmulo e balbuciante, buscando no fio da navalha da lógica a resposta para a sua obsessão. Também podemos evocar o poderoso Ivan, supremo senhor da revolta metafísica, encarando demônios em seu quarto, delirante e descendo pela espiral da loucura da razão, dialogando com o espelho de si mesmo.

Também lembraremos do oleiro de Saramago, que fazia pequenas estátuas de barro antes de conhecer a verdade fora da caverna; ou do coronel Aureliano Buendía, perdido na busca alquímica da própria existência, navegando como peixes dourados por uma vida de naufrágios até um dos seus últimos descendentes, Aureliano Babilônia, o bastardo, forçado à prisão domiciliar, mas destinado a decifrar pergaminhos de Melquíades.

Todos esses são personagens que existiram em uma vida no interior dos seus espaços fechados. E subitamente nos vimos necessitados de ficar no interior de nossos espaços. Mas o que é um espaço?

Não é meramente sua definição física. Não se trata somente da materialidade de paredes, nem somente da disposição daquilo que tem dentro. Trata-se de um modo de existência à maneira como nele nos colocamos e dele extraímos aquilo que vamos sendo em seus limites, para superar o próprio espaço. O que são agora nossos quartos e salas? Não mais o local da televisão, do computador e de dormir. Não mais aquilo que sempre foi no correr dos dias. Agora são aquilo que neles existimos diariamente, buscando ir além deles. São conexões virtuais, imersões literárias, viagens cinéfilas. São a criação de um outro sentido para onde vivemos e estamos.

É verdade. O quarto e a sala sempre guardaram segredos familiares: violências cometidas, sonhos compartilhados, lágrimas no travesseiro, gozo nos lençóis, comida derramada e brinquedos espalhados. O espaço sempre foi a existência no fluir dos dias. Mas agora os dias congelaram. A vida parece ter estancado - ela que sempre fluía entre o vir e o ir, entre o abrir e o fechar da porta. Agora a porta não abre mais, pelo menos para aqueles que, salvo necessidade, podem fechar a sete chaves a tentativa de preservar a vida. E o que acontece? Uma mudança no espaço onde sempre existiu aquele animal enjaulado, que aos poucos começa a ter comportamentos repetitivos, que começa a temer o enlouquecimento e a solidão, além da eminência de conflitos familiares.

Agora o espaço é um espaço que se volta cada vez mais para o interior - medo do presente, esperança do futuro -, para o abrir-se de uma outra vida, de outras relações, de tudo o que vai por dentro e agora se desdobra para fora. O espaço interior que se abre ao que antes era fechado. Que os sonhos não nos façam pender da janela senão em um suave balançar para observarmos o novo céu límpido e que nossos delírios sejam de novos abraços, gestos e sorrisos, em busca de possíveis janelas através das paredes que somos.

Thiago da Silva Prada
Doutorando em Ciências Sociais pela PUC-SP. Publicou "Os Céus de Van Gogh" (2014), "Da Noite Sem Fim" (2015) e "As Feridas do Cotidiano & Algumas Belezas Frágeis" (2018). Palestrante e professor de cursos livres em FESPSP-SP e Teatro Satyros.

São Paulo, 6 de abril de 2020.

"Escorregar não é cair": por quedas com amortecedores

Nesse momento de quarentena, em que é reiterado, aos quatro cantos do mundo, o uníssono "fica em casa!", muitos debates vão sendo expostos e escancaram, como nunca, as contradições presentes nas sociedades de classe do Capital. Escrevo essas palavras, no auge do meu privilégio, já que eu sou uma humana que tem uma moradia pra poder passar essa quarentena, para fugir desse vírus, para não contaminar outras pessoas. E esse estado de isolamento tem trazido também muitas reflexões. Temos, pelo menos, três pontos chave que se revelam com essa pandemia e que são de caráter i) biológico, ii) subjetivo e iii) social. Claro que esses elementos não são tomados em separado. Eles caminham juntos e fazem parte de uma unidade dialética que constitui a vida humana na Terra.

As ameaças biológicas que a covid-19 traz aos nossos corpos têm mobilizado afetivamente e subjetivamente toda a humanidade. Pois, para além de uma questão de pandemia e de vírus, esse processo desperta uma avalanche de medos, porque o vírus acentua todas as contradições: as desigualdades sociais, os nossos desesperos, as nossas solidões. Muitos e diferentes medos se multiplicam junto com os contágios. Da perda de entes queridos, do desastre causado ao povo pobre sem casa para guardar seus corpos, do rombo da economia, das loucuras que começam a despontar nas cabeças enclausuradas, do aumento da violência doméstica, como já confirmado, inclusive. O corona vem quebrar fronteiras e atravessar o mundo todo para realmente deixar à mostra feridas que tentamos estancar sem muito (ou nenhum) sucesso ao longo de anos. Ao contrário do que prega a psicologia positiva dos coaches, ou o "good vaibismo", esse medo do fim, esse medo da morte, esses diferentes medos que afloram têm transformado a humanidade. Porém, até o momento não há indícios de que a mudança será para melhor, para a construção de um despertar de consciência. As mudanças, claro, são inevitáveis, mas os seus direcionamentos até então estão deflagrando e radicalizando ainda mais o abismo social que há nas classes de nosso país, além de egoísmos e individualidades. Há grandes empresários querendo passar por cima de milhares de cadáveres para "salvar" a economia. Seja lá o que esse objetivo significa em termos práticos. Salvar qual economia? De quem?

Uma vez que nos quedamos cara a cara com a ameaça do fim de mais uma configuração de planeta, nos resta a pergunta: o que será de nós na pós-pandemia? Para pensar sobre a questão, faço referência ao livro "Ideias para adiar o fim do mundo", de Aílton Krenak, no qual o líder indígena faz a seguinte provocação:

Talvez estejamos muito condicionados a uma ideia de ser humano e a um tipo de existência. Se a gente desestabilizar esse padrão, talvez a nossa mente sofra uma espécie de ruptura, como se caíssemos num abismo. Quem disse que a gente não pode cair? Quem disse que a gente já não caiu? (Krenak, 2019, p. 29).

No contexto da provocação, ele está se referindo às transformações ocorridas no planeta que nós, humanos, habitamos. A Terra, tal qual conhecemos hoje, já passou por muitas outras configurações. Mas nos apegamos nas imagens que somos capazes de absorver por meio das lentes desfocadas de nossas percepções perecíveis, voláteis. Focamos naquilo que nos conforta, nos acomoda e acreditamos que o planeta está configurado de modo a suprir nossas necessidades. Acreditamos, durante toda a história da civilização ocidental, que a Terra e seus preciosos recursos estão ao nosso dispor ad infinitum. E quando esse jogo vira nos assustamos. Como já ocorrera inúmeras vezes: em guerras mundiais, em guerras frias, em pestes e epidemias. É para essa queda, para esse tombo, que o ser humano no auge de seu antropocentrismo não está e nunca esteve preparado para cair.

A relação de nós humanos com a Terra tem sido perversa. Somos perversos com esse planeta que a gente explora há tanto tempo e onde viemos extraindo sem nenhum cuidado do seu ventre toda a potência, toda a vida e toda a riqueza que ele tem para nos amparar. Nesse cotidiano teimoso do capital, que escurece os dias com as queimadas de mata e escurece os mares com o ouro negro, o que seriam esses eventos ocorridos em 2019 senão a queda mais miserável e brutal do céu sobre nossas cabeças? Sim, a gente já caiu. E esse momento tenaz de pandemia apenas acentua essa queda do céu (Kopenawa e Albert, 2015). Ele desaba desde que o mundo é habitado por esses parasitas, que somos nós.

Diante de todas essas descidas ao lodo do abismo humano, mais uma vez na história precisamos aprender a perder, a aceitar nossas quedas. Todos nós, enquanto humanidade.

Sobretudo os que são donos do dinheiro precisam entender. Me refiro aqui a grandes corporações e políticos que fazem pactos bilionários com a bancada ruralista, por exemplo. Me refiro também a empresários que realizam acordos com igrejas neopentecostais exploradoras da fé do povo. Agora é a hora de aprender a perder.

Por que essa menção aos donos do dinheiro? Porque, acreditamos, quando o mundo todo repete em um só tom, "fica em casa!", nos lembramos de que no Brasil há muitas pessoas que não têm esse privilégio de ficar dentro de suas casas, dado simplesmente não terem casa. E a gente para e pensa: e faz o que então com todos os moradores e as moradoras de rua?

Em um primeiro momento, é preciso destacar para as autoridades, para os donos do dinheiro, que as pessoas em situação de rua são seres humanos. E enquanto essas pessoas estiverem transitando pela rua, na fase do contágio comunitário, o problema tende tomar dimensão sem precedentes.

Se, por um lado, para o Estado neoliberal pouco importa quantos pobres morrerão ou viverão; por outro, eles fazem parte da configuração do planeta Terra e são tão transmissores da covid-19 quanto os bem sucedidos da elite, que trouxeram o vírus para o país. Mas, para além de uma questão de acolhimento, moradia, temos uma história muito longa.

E ela não começa e nem acaba com o coronavírus. Existe uma questão pulsante, de saúde coletiva. E mesmo que seja conveniente pro Estado que elas [as PSR] morram, elas também transmitem o vírus. Com isso, adianta muito pouco a pessoas com propriedade privada ficarem confinadas. Se os pobres, se os moradores de rua, estiverem contaminados, a proliferação continua.

Enquanto não houver uma medida eficaz para tirar essas pessoas da rua, para acolher e dar uma assistência mínima, o colapso está dado. E não é oferecendo 400 vagas, como fez Bruno Covas, na cidade de São Paulo, que conta com mais de 100 mil pessoas morando nas ruas, que o problema será resolvido. É tirar todo mundo, é dar condições para essas pessoas se protegerem.

Acredito que medidas não vão ser tomadas nesse sentido, o que acaba sendo um tiro no pé. Porque no final dessa história, desse descaso com os mais pobres, todo mundo vai ser prejudicado. Enquanto os donos do dinheiro não aprenderem a perder, as novas configurações da vida humana na Terra tendem a ser as piores possíveis.

Como reitera Krenak: "quem disse que a gente já não caiu?" A queda do céu não cessa, mas nós podemos arrumar alguns amortecedores de impacto, de modo que atenuemos razoavelmente as dores no coração da Terra.

Lívia Maria Camilo dos Santos
É doutoranda no Programa de Psicologia Social da Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo (Brasil), com período
sanduíche na Faculdade de Letras da Universidade
de Lisboa (Portugal).

Salvador, 2 de abril de 2020.

Diálogos entre experiência Isolamento periférico: atravessamentos políticos e sociais

Este ensaio ou diálogo vem de um lugar de minha experiência e produção de sentidos diante do momento que estamos vivendo. Ele é motivado por minha necessidade de apresentar reflexões, perguntas e angústias para as quais não tenho respostas, acreditando que posso encontrar pistas no encontro com outros sentidos, via leitoras (es) de outros territórios, com seus específicos lugares de vida, relações sociais e sentimento de pertencimento em que cada um tem com seu território.

Começo pedindo licença a todas as periferias onde consolidei relações de passagens, afetividades e trocas, e que abriam e abrem, a todo tempo, os sentidos que eu dou a essa gente que nelas vivem com tão pouco, mas compartilham o muito para não faltar a ninguém. A periferia segue sangrando, mas não desiste da vida!

Nós, que vivemos em territórios periféricos, sabemos que o sangue derramado por aqui não importa para o Estado e que é muito difícil garantir nossos direitos e enfrentar os fatores que atravessam as diversas realidades de sofrimento ético-político deste de nosso povo. Corpos periféricos são corpos políticos que a todo tempo se constituem na luta para (sobre)viver em meio aos afrontamentos da desigualdade social, política e cultural. Pensando a periferia, segundo minha vivência como mulher negra e periférica, sei onde estão os bairros mais afastados do centro da cidade. Eu sempre tive para mim, que as periferias são o centro da cidade, já que os grandes centros são os lugares onde tem maior concentração de pessoas. No entanto, existe social e politicamente uma dificuldade imensa de possibilitar que esses grandes centros (as periferias) sejam reconhecidas como GRANDES.

A invisibilidade da periferia para o Estado reflete na falta de políticas públicas efetivas e também na falta de amparo ao isolamento social como o Ministério da Saúde adverte, desde o início da quarentena. Enxergo isso como consequência do pouco acesso a serviços públicos de prevenção e atenção à saúde, que as pessoas pobres vivenciam em seus territórios, bem antes da pandemia.

Entre nós já é entendido que pessoas pobres têm menos acesso aos seus direitos mínimos e um deles é a saúde pública. Diante deste fato “consumado” por quem vive aqui, quero compartilhar angústias, ansiedades e reflexões.

Eu nasci na periferia e vivo nela. Moro no Grajaú, território considerado extremo da zona sul. Mas estou nestes dias de quarentena, na casa das minhas irmãs, que dividem o mesmo quintal, porém cada uma em sua casa. Aqui o distrito pertence à Cidade Ademar e o bairro é Vila Missionária, o qual tem sido meu caminho trilhado como pesquisadora. E tamanha tem sido minha observação e ampliação de sentidos neste território como a mais de quatro (04) anos eu só fazia em outras periferias. Estar aqui no meu percurso de pesquisadora tem sido um despertar de muitas angústias, inclusive para a produção acadêmica, pois, como todos aqui, nós não estamos deslocados da realidade, que não é deles apenas, mas é nossa.

O senso de coletividade por aqui segue em percurso. Quando o gás de uma moradora acaba e outra ainda tem, esta oferta à vizinha colocar o arroz para terminar de secá-lo no seu fogão, até que encontrem uma companhia de gás na região. Para isso, uma outra vizinha, que ainda tem crédito no celular, está ligando para todos os telefones, que outras vizinhas vão compartilhando. Isso porque, elas já sabem que em todos os comércios locais, o gás está em falta e, como aqui tudo vem “depois”, não há previsão de chegada.

Eu poderia dar muitos exemplos de minhas observações realizadas, por aqui, em quinze (15) dias, mas esse serve para elucidar a reflexão: qual é a coletividade que você caro leitor tem tido dentro de suas condições com territórios mais vulneráveis? Isso não é uma provocação e sim uma reflexão para que possa perceber que existe privilégios ou acessibilidades em todos os corpos, inclusive aqui. Enxergo como potência de ação a movimentação delas para que todas possam ter comida quente, o que transmuta a relação do individualismo para a coletividade. Isso para mim, tem a ver com transformação social, e que ela jamais acontece sozinha.

Não é de hoje que as periferias criam resiliência em contextos que a resistência já existe, como formas de humanizar as relações que são construídas a partir do descaso do Estado. Tenho refletido que o isolamento social periférico já acontecia muito antes da Pandemia, pois, os territórios da periferia são isolados de lugares, que a todo tempo lhes expulsam, revelando a existência de uma seletividade social, sobre quem pode e vai acessar espaços fora daqui.

Assim, tenho pensado muito nas seguintes frases ou perguntas que não saem da minha cabeça, toda vez que vejo da laje as crianças brincarem de taco e esconde-esconde na rua: é possível manter-se isolado dentro do próprio isolamento que já se vive em territórios periféricos? Será que sair de suas casas nas vielas e becos e ver a rua, tomar uma cervejinha, brincar, conversar, ir à igreja não é a maior potência de vida que existe na história destas pessoas? Que o entendimento do que é quarentena ou isolamento social, seria anular a vida que aqui existe?

Tenho escutado que os moradores das periferias não estão mantendo-se protegidas em suas casas. Mas tenho tido uma leve convicção que a rua, para elas também é casa, liberdade, lar, onde elas podem aprofundar relações sociais, enxergar corpos e suas afecções e ativar potência de ação coletivamente.

É preciso cuidar, sim, isolar-se, mas aqui de onde eu escrevo, falo e tenho significados de existência, é a rua que parece ser a liberdade de existir em forma de potência. Sendo assim, só nos resta pedir proteção, que mães e mulheres acreditam fervorosamente que são protegidas e que nos protejam. Todos sabemos da falta de plataformas digitais para assistir filmes e séries, internet, álcool em gel na casa de muitas (os). Mas no pouco que tem, não falta à coletividade, o que, no meu sentir, é a grande transformação social, cultural e política, exercida por corpos marcados pelas desigualdades estruturantes deste país. E estes corpos são periféricos.

A minha grande esperança e certeza é: a periferia segue sangrando, mas sobrevive em coletividade, resistência e afetos.

Thais Fernanda G. Lima
Psicóloga pela Universidade Ibirapuera, 2018. Mestranda em
Psicologia Social pela PUC-SP. Idealizadora da Coletiva
Carolinas Soltem Suas Vozes, Co-fundadora do
Coletivo Luderê Afro-lúdico e Coletiva Lobas e
super fã da cantora Ludmilla!

São Paulo, 6 de abril de 2020.

FASE 1 - VOLUME 2
(Publicado em 22/04/2020)

APRESENTAÇÃO

E o drama continua.

Mais uma semana de protagonismo do coronavírus em um papel disputado por políticos. Mas quem sofre são seus dublês (ou coadjuvantes), os que fazem o trabalho pesado: o pessoal da saúde, da assistência social, da limpeza, do delivery e os voluntários que estão na linha de frente.

Mais uma semana de batalha eleitoreira sobre o dilema entre relaxar ou não a quarentena para a economia acontecer. Na verdade, um falso dilema. Se relaxar o isolamento, grande parte da população do país adocece, o que será um obstáculo tão grande quanto o isolamento à recuperação da economia.

A verdadeira disputa está na necropolítica, sobre quem deve viver e quem deve morrer.

Caiu o Ministro da Saúde.

Mais uma semana que desvela com crueza o conluio do vírus com a desigualdade. Ele acelerou um trajeto já esperado. Do bairro nobre de Pinheiros, onde começaram os primeiros casos, ele desloca sua fúria mortífera à periferia. Brasilândia lidera o ranking das mortes, embora os bairros centrais continuem apresentando maior número de contaminação.

Entretanto, também, mais uma semana que evidencia sua parceria com a natureza, promovendo a diminuição da poluição do ar, das águas e do verde. E com o bem viver a criatividade aflora para criar encontros virtuais, com calor e carinho. Atos de gentileza e gratidão e de ajuda se espalham, mitigando o sofrimento.

O tempo é outro elemento importante nessa dramaturgia pandêmica. Não o vivenciamos mais, pois não o marcamos mais. O caráter da imaginação do tempo, já afirmado por Espinosa, fica mais palpável do que nunca, pois o domingo

pode ser a segunda em tempos de pandemia. A cada dia que passa, fica mais difícil manter a potência de vida no isolamento: o medo do futuro cresce mais do que o seu inseparável parceiro, a esperança de que tudo vai ficar bem. Os afetos vagam erráticos. Aumenta o número de violência familiar para uns e, para outros, fortalece-se o convívio familiar.

E o medo se multiplica em sentidos: medo da fome, medo do contágio, medo de violências. Dois afetos começam a aumentar de intensidade, a saudade e a solidão, que enlaçadas ao medo, em seus diversos sentidos, formam uma constelação de afetos tristes cada vez mais presentes. Corremos o risco de nos acostumarmos com a caverna, com a vida atrás das telas?.

Mas, como alerta Spinoza, o nosso desejo de potência de vida nunca é destruído, e ele equivale ao desejo de estar junto, pois nossa potência é relacional. O remédio para tirar a potência do padecimento é combater os maus encontros e, enquanto não conseguimos, continuemos a unir nossos conatus de forma criativa.

É com esse propósito que divulgamos mais um número do Boletim "Expressões da Pandemia", convidando a todos a partilharem dele e agradecendo aos que escreveram, como fez Josias Sateré (membro do clã Sateré/ut), que honra o Boletim com sua reflexão sobre o combate ao vírus durante o abril indígena.

Bader B. Sawaia
Profa. Titular da PUC-SP. Docente Permanente
do Programa de Estudos Pós-Graduados em
Psicologia Social. Líder do NEXIN.

Voltando à carne

"Botei na balança, você não pesou". Parece que o coronavírus nos canta e nos pergunta: para que rimar amor e dor? É o título da música de Caetano Veloso, não menos indispensável para este texto. Uma música que nos diz: "mora na filosofia", ao que eu acrescentaria, na filosofia-moderna-colonial. E por que digo isso? Voltemos a interrogar os caminhos que podemos imaginar com essa canção, a qual nos diz "por que não pesamos na balança"? E então nos interrogamos, "que peso é esse"?

Ao que me parece, no campo deste texto, que nada mais é do que um compartilhamento de ideias, andamos nos esforçando demais para não pesar na balança desde a modernidade, logo, desde o colonialismo. Queremos menos peso e mais leveza mental. Essas são as palavras de ordem nascentes e efervescentes, pouco antes da radical chegada do novo coronavírus a interrogar-nos sobre o peso. Respiremos! Na casadinha da felicidade "menos peso, mais leveza mental", praticamos, como bons servos, os desígnios da modernidade: a vida livre do sentir, a vida controlada pela mente, a mente existindo sem corpo, sem peso... afinal, não são poucas as conclusões e fórmulas de felicidade que levam à máxima de que nosso corpo é apenas uma máquina, uma roupa, que nos serve como uma casa, quase dispensável à primazia da nossa racionalidade, por onde imaginamos operar a vida.

Os indígenas tentaram nos avisar, os africanos tentaram nos avisar, Spinoza tentou nos avisar. E nós? Movidos pelas ideias da ciência-moderna-colonial, acreditamos neste delírio: na leveza da vida que a mente pode nos proporcionar, livrando-se do peso do corpo. Usamos os nossos esforços para alcançar esse desen-carne, a operação e movimentação de uma vida desen-carnada, separada desta carne a qual relegamos o lugar de mero instrumento da nossa mente.

Mas, como diz Caetano Veloso, "a vida é real e de viés, e vê só que cilada o amor (a modernidade) me armou".

Abusando do uso da produção poética do cantor, lembramos ainda o "não te queres como és": corpo e mente. O SARS-coV-2 veio com menos paciência do que tantos outros que tentaram nos dar essa notícia inaudível, afinal, para que serve mesmo esse corpúsculo ouvido? Nos impõe a ruína do nosso ideário moderno, nos estampa o erro do cálculo, nos põe a pagar a conta, literalmente, desse desencarne moderno-colonial, desse delírio de que a natureza não passa de mero recurso natural, a nosso dispor, ao nosso serviço, como gostavam e ainda gostam de fazer os senhores de engenho diante de um corpo que denominaram como mero recurso das suas ambições.

O coronavírus nos lembra: é preciso respirar. Não há força de pensamento que nos tire a radicalidade de sermos, assim, como tudo nesta vida, coisa encarnada, coisa corporal, massa, pelo, pulmão, movimento corporal de respiração. O repouso corporal, de uma mente que imagina trabalhar sozinha, de uma mente que imagina que a transformação vem sem corpo, apenas por ideias, não nos serve no mundo pandêmico. Aliás, a primeira nota para a sobrevivência é dar mais atenção ao cuidado do corpo, à lavagem das mãos, a comermos mais alho, gengibre, gastarmos mais tempo fortalecendo o que somos. Caso negligenciemos essa tarefa, sucumbimos asfixiados por um corpo que não consegue mais produzir movimentos.

No entanto, se numa primeira ideia pensamos novamente, "droga de corpo!", que serve apenas para adoecer, tentando assim garantir, a todo custo, que a ciência-moderna-colonial estaria correta, um pouco mais de esforço diante de um afeto de frustração volta os nossos olhos não à despotência, mas à potência que é termos um corpo, estarmos encarnados. Mais interessante do que olharmos apenas para os ensinamentos da asfixia, sem negligenciá-la, inclusive incluindo a notícia que somos parte da natureza e não "a grande consciência que controla o mundo" e brinca de Deus. Nosso corpo encarnadíssimo, ao padecer diante do encontro com o corpo coronavírus, cria e recria novas composições, que nos ditames da medicina moderna, chamamos, que pena, de anti-corpo. Neste nome, perdemos de vista a potência criadora de nosso corpo que, após encontrar um corpo que o faz padecer, relaciona-se, modifica-se, transforma-se, e, em sua nova composição, já pode encontrar pela segunda vez, sem padecer, este vírus, "sem grilos de mim".

No que pode um texto curto como este, deixo o desejo de aceitarmos este convite de encarnação que o coronavírus parece nos fazer, a fim de podermos, no mundo pós-pandêmico, não continuar a nos expor a um modo de se relacionar, de encontrar outros corpos produtores de depressão em nós, de um pânico de encontrar-se com o mundo que nos produz uma síndrome, uma experiência de morte em vida. Que possamos criar um mundo no qual, ao nos vermos como um corpo que compõe a existência, abandonemos a ideia de sermos "a mente da existência", deixando um tanto de lado esse narcisismo moderno-colonial. Que possamos, encarnados, ouvir mais Gilberto Gil, que nos canta com o lembrete de que "a raça humana é uma semana do trabalho de Deus", ao que, em tempos pandêmicos, acrescentaria: é APENAS uma semana.

Aline Matheus Veloso
Psicóloga, doutoranda em Psicologia Social com formação
em coordenação de grupos operativos pelo núcleo de
Psicologia Social da Bahia.

São Paulo, 15 de abril de 2020.

Poeira de estrelas

O vivente saiu em busca
De interpretar a linguagem secreta
Dos outros seres: plantas, animais e minerais
Às vezes, ouvia apenas um sussurro poético:
Vivente, quem és tu?
E permanecia ali contemplando o mistério
Com des vaidade e modéstia.

Depois de um breve tempo,
O vivente voltou a caminhar
Mas o mantra encantatório o seguia:
Vivente, quem és tu?
Vivente, quem és tu?
Vivente, quem...?

Em vão procurava escapar da tormenta
Em vão recorria ao suposto saber:
“Caníço pensante”; “zoon politikon”; “homo demens”
Em vão! Porque a questão primal reaparecia
Por detrás dos sintagmas: Vivente, quem sois vós?

Foi necessário um longo intervalo de tempo
Para o vivente perceber a inflexão do pronome
E descobrir a mudança de pessoa
Da segunda do singular para a segunda do plural:
Vivente, quem sois vós?

E de repente, num átimo de segundo, a sinfônica se fez
E, sincronicamente, mil vozes ecoaram, diáfanas:
Vós sois poeira de estrelas!

José Carlos de Oliveira
Graduado em Comunicação das Artes do Corpo, mestre
em ciências sociais e doutorando em Psicologia Social.

São Paulo, primeiro semestre de 2019

O medo do invisível: memórias da pandemia de SARS-coV-2

O século XXI realmente marcou sua chegada por morte, destruição e fome, similar ao ocorrido no início do século XX, com a 1ª Guerra Mundial e a Gripe Espanhola. Nos últimos 30 dias, para dizer o mínimo, o planeta tem acordado com a sensação de impotência, incerteza e mal-estar, porque as pessoas se reconheceram definitivamente assustadas e impelidas a aceitarem a fragilidade em face ao megaevento da pandemia SARS-coV-2, um fato social total. As noites e os dias parecem intermináveis, à espera da infecção, e sinceramente aguardamos que ela venha bem mais à frente, porque cedo ou tarde provavelmente seremos infectados, de um jeito ou de outro. Resta saber em que medida nosso corpo reagirá à covid-19 e se a rede de saúde não implodirá e impedirá um possível tratamento.

Entrementes, as circunstâncias brasileiras concorrem para inúmeras possibilidades de produção de narrativas falseadas ou ambíguas, descrições inconsequentes da realidade e explicações dúbias sobre causas e possíveis rotas de ação contra a pandemia. Esperamos passar a crise sanitária nas nossas casas, mas muitos nem isso poderão fazer, ou por não terem casa ou não conseguirem nela ficar, sem comida, sem dinheiro, sem condições básicas de habitação e convivência coletiva. Há inúmeros contrastes, por exemplo, da Amazônia ante grandes metrópoles (vide New York/EUA, Madri/ESP e Roma/ITA), que hoje se assemelham a cidades-fantasma. Entretanto, em todos esses espaços de vivência as pessoas estão desoladas e à procura de um sentido em meio à solidão.

Para além da internet, vivemos um estado de afastamento na Amazônia por necessidade e obrigação. E eis aqui nós todos! Com a covid-19 está dado o indício de que fomos definitivamente globalizados pela maneira imperativa de existência que se baseia na vida em risco. Estamos em quarentena e somos uma espécie em "modus longinquus vivendi". E afirmamos que parece ter sido assim, ao longo da história, que ideias de fim do mundo passaram a ser adaptadas na literatura universal, área que, em tom de adivinhação, prenunciava desde antes um novo existir. Não raro que o magistral "Ideias para adiar o fim do mundo", de Ailton Krenak, seja de alto interesse a moradores do bioma tropical amazônico na atualidade.

Temos um microrganismo globalizado e seus principais concorrentes, o Estado e o mercado, fazendo suas guerras e invasões territoriais. E ambos (Estado e mercado) estão perdendo o jogo do “quem pode mais em menos tempo” contra o vírus. Na literatura, há referências importantes sobre a situação presente, como em "A Peste", de Albert Camus, que quatro meses após o lançamento transformou-se em fenômeno editorial. O fato conduziu o autor existencialista a uma notoriedade que extrapolou círculos intelectuais parisienses da primeira metade do século XX. É importante dizer que, quando "A Peste" foi escrita, a França não passava por nenhum tipo de epidemia. Mas o livro funcionou como instrumento que mencionava a cidade argelina de Orã como urbe tomada por uma doença fatal. A obra subliminarmente trazia a alegoria da Europa sitiada pelos nazistas.

Outros trabalhos nessa linha podem ser mencionados, como "Édipo Rei", de Sófocles, que fala de um oráculo a libertar Tebas de uma doença mortífera, e ainda "O Decameron", do renascentista Giovanni Boccaccio, a retratar a tragédia da peste negra. Outra obra que transita sobre imaginários de vida e finitude é "Morte em Veneza", de Thomas Mann, destacando a ambiguidade moral da arte e do belo no contexto da cólera na Europa. Soma-se a esses, o romance "Um Diário do Ano da Peste", de Daniel Defoe, sendo reportagem-relato sobre o flagelo da mortandade sofrida pela Inglaterra, em 1665.

Diante da perspectiva do agora, em um cenário que inesperadamente encolheu os humanos a um amontoado de seres com sentimentos controversos frente às derrotas impostas pela covid-19 — e que agora para nós, amazônidas, só existem por meio do *modus longinquos vivendi*, como apontamos —, temos que essa doença pôs em xeque a ciência e os avanços em microbiologia, epidemiologia e virologia. Nos últimos dias, por exemplo, ultrapassarmos a marca dos 2,5 milhões de infectados e a Terra mantém-se em alerta pelo alto poder de espalhamento e contágio. Além do mais, noticiários não cansam de atualizar mortes e citar amontoados de corpos em caminhões-frigoríficos improvisados, em vias públicas ou covas coletivas. O mundo encontra-se no caos. Sim, o novo coronavírus tornou-se um fato social total na medida em que Durkheim teorizou o conceito.

A ideia também merece ser compreendida a partir das teses de Mauss, que popularizou propostas particulares sobre fato social total em "Ensaio Sobre a Dádiva", tendo perspectiva alargada por Fauconnet, visionário da sociologia moderna. Eles, Durkheim, Mauss e Fauconnet, a seus modos, supuseram que fatos sociais totais são epifenômenos complexos que remetem a emergências humanas, em suas potências e impactos. E são essas emergências a solidariedade, a igualdade, a cidadania comum, a justiça social e o cuidado de si e do outro.

Durkheim, Mauss e Fauconnet, pela linha de raciocínio, discordavam sobre o significado comum de fato social total. Tinham suas especificidades, por assim dizer. Mas no geral deixavam claro que a vida, quando impactada, deveria obrigatoriamente ser orientada pela divisão da riqueza e não pela acumulação primitiva de capital. Uma tese simples e potente, que poderá ser reconstituída nos anos 2021/22/23, após as maiores ondas sistêmicas da pandemia do novo coronavírus, quando se dará outra realidade dentro da divisão global de influência entre Europa, China e EUA. E preferimos apostar em uma realidade melhor, mais humana, após a peste.

Gerson André Ferreira
Professor do Instituto de Ciências Sociais,
Educação e Zootecnia da Ufam

Renan Albuquerque
Professor da Faculdade de Informação
e Comunicação da Ufam

Manaus, Amazonas, 16 de abril de 2020

Coronavírus: a vida parou ou foi o automóvel?

Devido a pandemia causada pelo coronavírus, estamos vivenciando um momento de inúmeras angústias e incertezas; um sentimento de medo acoplado à esperança de que "tudo termine bem". Não podemos negar que, em alguma medida, experienciamos um sofrimento ocasionado pelas transformações dos sentidos e significados de diversos elementos do cotidiano, além de um estado constante de alerta. Contudo, quem se afeta de maneira mais aniquiladora são as mesmas pessoas que já vêm sofrendo todas as mazelas causadas pela desigualdade social.

Para justificar um modelo de sociedade sustentado pela exploração e desigualdade, nos convenceram de que existem povos obscurecidos e arcaicos e que é necessário, portanto, trazê-los para a civilidade, para um modelo único e coeso de humanidade, colonizá-los. Centenas de anos atrás, povos originários do Brasil enfrentam um processo violento de colonização, resistindo de maneira criativa, reivindicando o direito de continuarem vivos e lutando para preservar suas visões de um mundo de pessoas coletivas, que guardam as memórias e sabedorias da terra e de povos ancestrais.

O livro "Ideias para adiar o fim do mundo", de Ailton Krenak, resultou de palestra na Universidade de Lisboa, em 2019, e chamou atenção o fato do autor terminar a reflexão referindo-se às epidemias que dizimaram populações inteiras simplesmente pelo contato entre diferentes corpos, mais ou menos adaptados para determinados encontros. A chegada desses corpos estranhos nos continentes colonizados foi a primeira forma de genocídio dos povos originários. Desde então, a violência, com diversas roupagens, cumpre a manutenção de uma sociedade que devora a tudo e a todos à margem do seu desenvolvimento. A modernização, por exemplo, gerou o deslocamento compulsório de populações da floresta para favelas urbanas, retirando-as de seu lugar de origem e transformando suas existências em mão de obra, em mercadoria barata. É desse contexto que nasce o fabuloso mito da sustentabilidade - uma necessidade corporativa para justificar um projeto de exploração parasítico, em nome de uma humanidade seleta.

Este projeto retira da natureza seus verdadeiros atributos, a reduz a mero recurso que satisfaz nossos deleites capitalistas e aliena nosso entendimento de que também somos natureza, que tudo é natureza.

A teoria de Spinoza (1632-1677) também reforça essa visão, pois defende que tudo que existe são modos de derivações de uma mesma substância de pura potência: a natureza. Deus é a natureza e nós somos um modo, uma expressão dela. Para o filósofo holandês, a natureza está na potência de perseverarmos na própria existência, na liberdade e na busca de encontros que nos compõem. Diversos povos, que (re)existem com suas cosmovisões, nunca esqueceram a integralidade entre existência humana e natureza, e experienciam uma estética de vida pautada na relação simbiótica com ela.

Para muitos, as montanhas, os rios e as florestas são família. E família não se vende. É claro que não devemos homogeneizar seus modos de vida e multividências; tampouco pensar nessas populações de maneira exótica e estática, congeladas no tempo de nosso imaginário fetichista.

No texto referido, Krenak nos provoca e questiona o motivo de continuarmos insistindo em nos enquadrar em uma invenção de humanidade que limita nossa existência, criatividade e liberdade, atualizando, o tempo todo, nossa disposição para a servidão voluntária. Enquanto nos deslocam e distanciam da verdadeira liberdade, as corporações se apropriam do útil comum da humanidade. Tomam conta de florestas, rios e montanhas e nos enfiam, "goela à baixo", um modelo duvidoso de progresso, saúde e felicidade. Nesse sentido, os únicos que ainda sentem que precisam da natureza para continuarem existindo da maneira como desejam são os das beiras: indígenas, quilombolas, ribeirinhos... aqueles que estão nas margens dos rios e oceanos, à margem do "progresso".

A humanidade que seguimos acreditando ser é tão vaidosa que nossas ações fundaram o Antropoceno, uma Era marcada pelo forte impacto humano no planeta. Criar uma Era que afeta a Terra de modo tão aniquilante deveria nos alertar para como nossas formas de organização e produção da vida vêm esgotando as fontes que até agora nos permitiram prosperar como humanidade.

As consequências da covid-19 vêm escrachando a relação direta entre a atividade humana e a intensa degradação ambiental. Com poucos dias de uma drástica redução de nossas movimentações e ações, causada pela medida do isolamento social, podemos observar a capacidade de regeneração da Terra. Além disso, a característica desse corpo viral atacar somente humanos parece ser a linguagem que a natureza está usando para se comunicar e denunciar efeitos e fragilidades do estilo de vida que criamos.

A diminuição de nossas atividades vem permitindo que o planeta realize um processo de limpeza. Isso se evidencia pela significativa melhora da qualidade do ar, causada pela redução da emissão de poluentes, como CO₂, o que possibilitou, pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial, que o Himalaia ficasse visível na Índia. Na Itália, depois de muitos anos, os canais de Veneza estão com a água mais limpa. Animais estão voltando a habitar lugares que há tempos não habitavam. Globalmente, sensores que mensuram ruídos sísmicos registraram diminuição do movimento da crosta terrestre, causado pelo isolamento generalizado da população.

A Terra está aquietada. Mas a vida parou ou foi o automóvel? Já questionava Drummond, em 1930. O momento que estamos vivenciando coletivamente escancara inúmeras contradições e problemáticas do projeto de sociedade que criamos, mas também revela a capacidade desse organismo vivo, que é a natureza, em seguir perseverando em sua existência. E essa é uma das lições que a covid-19 nos dá.

Será que aprenderemos ou, como aponta Spinoza, estamos todos enredados na ilusão da onipotência consumista, acreditando que estamos lutando pela nossa liberdade, quando na verdade estamos lutando pela nossa servidão?

Beatriz Marques Sanchez
É mestranda no Programa de Psicologia Social
da PUC-SP e integra o NEXIN.

São Paulo, 14 de Março de 2020.

Abril Indígena no combate ao vírus: uma leitura Sateré-Mawé (clã sateré/ut) e sua resistência Tupi

A partir do contato com os brancos, há mais de 1500 anos, nós, povos indígenas, povos de primeira nação, principalmente da América do Sul, fomos obrigados a nos defender dentro do próprio território. A trajetória de luta dos meus parentes ameríndios foi pela vida, em tentativas constantes de garantir às futuras gerações os recursos naturais das terras e a liberdade de exercermos nossos direitos. Enfrentamos inúmeras formas de discriminação e dizimação, sendo inseridos em batalhas sem fim, que violaram a vida de todos nós, indígenas da Amazônia. Hoje, em meio à pandemia, continuamos firmes nessa "guerra sanitária" global, que já infectou perto de 2,5 milhões de pessoas no mundo todo.

Por falar em luta pela vida, cito Kopenawa e Krenak, pensadores indígenas que questionam a ação destruidora do capitalismo não apenas nas nossas terras nativas, mas no mundo. Eles destacam que é preciso discutir desenvolvimento e sustentabilidade, porque há certo paradoxo nesses termos. O ser humano nesse mundo é, desde sempre, insustentável. O branco muito mais. Portanto, os dois conceitos, segundo Kopenawa e Krenak, são modos de ludibriar a população, pois no sistema capitalista quando um ganha o outro perde, e o que se perpetua na verdade é a "desigualdade social", que só aumenta.

Essa experiência minha, como filho do clã sateré/ut dos Sateré-Mawé, em falar do David e do Ailton, parentes Yanomami e Krenak, que escreveram "A Queda do Céu" e "Ideias para adiar o fim do mundo", respectivamente, é no sentido de questionar nossa realidade e valorizar o saber indígena, instigando o branco para que ele pense em alternativas de continuar vivendo sem o desastre do capitalismo, que nunca deu certo. Em contexto regional, no Amazonas, minha etnia, conhecida como "povo filho do guaraná", conheceu na prática as palavras desses dois grandes líderes pensadores. Isso aconteceu quando nós vivenciamos o poder do dinheiro e fomos obrigados a lutar dia e noite para proteger o território Mawé. Dois episódios depois da Cabanagem (1835-1839) marcaram a vida do meu povo: a mobilização da classe empresarial na construção da estrada Maués-Itaituba (Amazonas-Pará), que cortaria nossa terra indígena, e a invasão da empresa

francesa Elf Aquitaine, interessada na prospecção de petróleo na nossa área, sabendo ser uma atividade destruidora da fauna e flora. Dessas lutas, travadas em 1981 e 1982, conquistamos a demarcação territorial, em 1986.

Em um contexto global, trazendo essa historicidade para o presente, hoje o mundo sofre ataques de uma inimiga invisível, a covid-19, que passou a revelar os problemas que Estado e mercado sempre esconderam, pelo menos na Amazônia, e esses problemas vêm da ganância pelo poder e pelo capital. A saúde é para os privilegiados. Nós, indígenas, pouco temos acesso a tratamentos biomédicos. A maioria da nossa população nativa vive sem garantia de assistência hospitalar no sistema público de saúde. Tudo sob o pretexto da salvação do capitalismo. Mas o SARS-coV-2 testou e reprovou essa política destinada à população em geral. Na nossa terra indígena, na Amazônia, desde sempre precisamos lutar contra a ótica dos ideais neoliberalistas, de incentivo à privatização e contra cortes em investimentos em educação, saúde e outros segmentos essenciais para nossa sociedade.

Atualmente, o problema da infecção viral tem se apresentado para tornar a vida ainda pior. O coronavírus até forçou os líderes do meu clã, sateré/ut, a repensarem alternativas que possam combater esse sistema, que só aumenta as desigualdades sociais. Mas os problemas continuam a aparecer e meu povo tem sido muito prejudicado. Nós contamos apenas com a assistência de instituições indigenistas, que na maioria das vezes não estão fortalecidas para cumprir seu papel, como a Fundação Nacional do Índio (Funai) e a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), que tapam o sol com a peneira não porque querem, mas porque são obrigadas a tocar o barco sozinhas. A decadência dessas instituições reflete o desejo de morte da elite, que vê nas terras indígenas lugares de exploração e enriquecimento.

A pandemia visibilizou as insistentes reivindicações de nossas lideranças e associações indígenas. Queremos o fortalecimento de políticas públicas específicas e diferenciadas. Não queremos mais ser marginalizados. Queremos investimentos na educação escolar indígena, na saúde, em infraestrutura, saneamento básico, demarcação de terra e proteção contra invasores, madeireiros, garimpeiros e grileiros.

É verdade que todos os esforços são necessários para combater o vírus e não se pode perder nenhuma oportunidade para frear o contágio. Mas seria diferente se latifundiários, em vez de criminalizarem a luta de lideranças e organizações indígenas, fortalecessem políticas públicas específicas e diferenciadas que, já no século passado, foram propostas e defendidas por nós.

Queremos proteger nossas terras, promover nossos atores sociais e reconhecê-los como protagonistas de suas próprias histórias. O mundo foi afetado pela pandemia como um efeito dominó e os países ricos viram seus sistemas de saúde entrarem em colapso. Mas nós já esperávamos por isso. Sabemos que apesar de todas as riquezas que os brancos possuem o dinheiro não pode salvá-los. E passados mais de três meses após o começo da peste, ainda não se encontrou a cura e mesmo quem tem dinheiro está morrendo. Não há, por enquanto, vacina "salvadora", que neutralize a covid-19. O vírus continua a matar e promover contaminações em diferentes espaços da mãe Terra, pois sua ação é sem fronteiras, é democrática, não faz escolha por raça, cor ou religião.

Imagina o estrago que o vírus pode fazer na nossa comunidade indígena, onde existe apenas a caricatura de postos de saúde e onde falta tudo? Os profissionais de saúde indígena, já nos dias comuns, enfrentam dificuldades para atender a enfermos Sateré-Mawé. Todos fazem milagres com os remédios e materiais disponíveis, sendo os casos de alta complexidade removidos a centros urbanos que abrigam hospitais de referência. No cenário do coronavírus, o problema se agrava. Além disso, a desinformação também pode matar mais que o próprio vírus. O medo de morrer se espalha e quem fica com medo não sabe o que fazer. Por isso, medidas paliativas, por mais bem-intencionadas e benéficas que sejam, devem vir acompanhadas de resoluções do problema. Caso contrário, as infecções vão se manter.

Nesse ponto se assenta o grande impasse, considerando as alternativas rápidas e que assegurem direitos aos cidadãos indígenas. Eu percebo a fragilidade das instituições do governo em todas as esferas, principalmente em efetuar, de forma legal, o amparo às famílias em estado de vulnerabilidade social. Quando discuto com meus parentes eles compreendem que uma ajuda

oriunda dos cofres públicos é uma atitude exagerada, se distribuída publicamente visando a promoção de cunho político e eleitoreiro. Portanto, eu insisto em repetir quantas vezes for necessário, em alto e bom som, que o governo não está dando dinheiro de graça, ele apenas está devolvendo o imposto que recolheu durante décadas.

É importante rever os questionamentos que prejudicam e distorcem os direitos dos Sateré-Mawé enquanto sujeitos. Portanto, eu afirmo que é preciso:

-- Desconstruir a ideia de que o plano do governo de alimentar quem não tem o que comer, em tempos de pandemia viral, em uma "guerra sanitária", é um ato para "quem não gosta de trabalhar". Eu quero esclarecer que é direito de cada cidadão, branco e índio, enquadrado em estado de vulnerabilidade social, receber alimento e, ainda mais, é preciso contemplar a todos os atingidos que estejam na mesma situação.

-- O isolamento social é uma ação coerente e benéfica ao coletivo, mas apenas isolar a população não é o suficiente. Devem existir alternativas viáveis de escoação para a produção indígena e que possibilitem ao parentes a compra de mercadorias básicas para o consumo diário, pois quem tem fome tem pressa.

-- A união se faz necessária e a política partidária não deve interferir no trabalho coletivo. Não se pode impedir a colaboração de partidos da direita e da esquerda. Essa unanimidade é para exigir e cobrar o direito do cidadão diante do Estado e do neoliberalismo, que devem apresentar a contento uma solução viável ao caos.

-- É necessário aprender com a crítica. As autoridades que afirmam serem constituídas por Deus (políticos diversos) devem compreender que é importante assumir pontos estratégicos em defesa de seus cidadãos e nunca esquecer de que o poder emana do povo e este o exerce por meio do voto. Ao tentar inverter essa posição, as autoridades podem ficar isoladas.

Dessa maneira, nós, que somos donos do imenso e bonito Andirá-Marau, na Amazônia Central, que estamos aqui desde muito antes de 1500, continuaremos a mostrar que os povos indígenas estão a lutar não apenas pela garantia dos seus direitos, mas também pela sua efetivação.

Por conseguinte, o Abril Indígena é a resistência ameríndia, é a resistência Tupi, é a resistência Sateré-Mawé. Este mês incentivamos a descolonização da ideia de que o "dia do índio" é para ser festejado, que os indígenas devem e precisam ser tutelados. Nós, mais do que nunca, insistimos em participar das decisões que nos dizem respeito. Os pensadores Kopenawa e Krenak, que tiveram seus territórios invadidos pela ação do capital, alertam que devemos questionar e opinar sobre o que é melhor para a nossa gente, lutando sempre por melhores condições de vida. Então é assim que estamos fazendo!

O Abril Indígena defende: "DEMARCAÇÃO JÁ!". É um mês de reflexão, de luta, de lembrar dos nossos mortos. Lembrar de quanto sangue foi derramado para termos liberdade de reivindicar nossa vida. É um mês para celebrar a nossa vontade de ir e vir, exigir os nossos direitos e exercer a nossa cidadania. Dessa forma, o dia dos povos indígenas é uma data que nos remete a todos os dias.

Enquanto eu tiver fôlego e existir, enquanto eu puder ajudar cada guerreiro indígena Sateré-Mawé a defender a nossa gente e os nossos territórios, eu quero afirmar: o dia 19 de abril será sempre o maior símbolo de que ainda estamos vivos.

Josias Sateré (membro do clã Sateré/ut)
Graduado em Biologia e Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas. Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Ufam. Professor da Escola Indígena de Ponta Alegre do Rio Andirá, na Terra Indígena Andirá-Marau/AM.
Guerreiro Sateré-Mawé pela linhagem dos lagarta (sateré/ut).

Comunidade Ponta Alegre, Rio Andirá, TI Andirá-Marau,
Amazonas, 18 de abril de 2020.

FASE 1 - VOLUME 3
(Publicado em 28/04/2020)

APRESENTAÇÃO

Fuga da morte x desejo de vida: uma escolha necessária

A pandemia continua provocando convulsões dirigidas pela desigualdade social, pelo jogo de poder, por interesses espúrios, estupidez e corrupções, nos lembrando sempre das sábias palavras do filósofo da liberdade, Spinoza, ao destacar que a política é o reino das paixões. No presente momento, paixões tristes movidas pelo desejo de destruir a alegria alheia, pela inveja e por ódio.

Cai mais um ministro. O futuro fica cada vez mais incerto - a (des)esperança aumenta. E mais ainda quando assistimos passeatas em frente a hospitais e quartéis, exigindo a "volta à normalidade", a "volta da ditadura militar", a "volta do AI-5".

(Des)esperança é a essência do espírito trágico. Conduz à resignação. Conduz à inação melancólica, um sentimento de que a vida não pode oferecer nenhuma satisfação, portanto não merece nossa lealdade, nem nosso esforço, aprisionando-nos à inexorabilidade do presente.

Enquanto isso, a covid-19 aumenta seu poder de morte, pelo caminho da infecção, da fome e da melancolia.

Famílias impedidas do luto vivem, agora, o que era só de alguns, a experiência de silenciamento, a experiência do ocultamento de cadáveres por força do vírus, a experiência do luto coletivo, como mostra Naiara. Os moradores de rua, os imigrantes e refugiados haitianos e venezuelanos, tornam-se cada vez mais indesejáveis e vivenciam a vulnerabilidade mais latente da pandemia: como se isolar quando a sua morada é a rua? Como ter comida quando seu trabalho é feito na rua? Refletem Renan, Fabrício e Ana em seus artigos neste boletim.

De onde tirar força para não sucumbir às paixões tristes, cada vez mais dominantes?

O afeto é o remédio mais receitado nas mídias para combater as paixões tristes. "Reforce o afeto", "O afeto é o mais importante", "É um momento de partilha e afeto". Assim nos aponta Marcos em seu texto. Lembrando mais uma vez que, como ensina Spinoza, uma ideia não destrói um afeto. Apenas uma paixão mais forte e contrária é capaz de destruir uma outra mais fraca.

Qual seria esse afeto? É preciso ter cuidado para o efeito colateral do individualismo e do afetivismo, cujo benefício é fugaz e ilusório. Evidenciado por coachs e personalidades como uma ditadura da alegria. Eles dizem: "basta encontrá-la dentro de você".

Uma resposta vem do artigo de Elisa sobre os estudantes. A pesquisadora pondera sobre a necessidade de estar em grupos. Não há maior força do que a união da conatus. "Não há nada mais útil a um homem do que outro homem", disse Spinoza, enunciando a força da (com)paixão, paixão integrante do todo comum. Nessa direção, ressurgem mundialmente o bater de panelas como uma estratégia para comunicar publicamente insatisfações com governos. Mas temos também as palmas públicas, que não deixam dúvidas: são para agradecer e saudar os profissionais da saúde, da limpeza, do delivery, dos transportes, tal como nos relata Cinara.

Spinoza lembra que somos seres de desejo e de imaginação, e que, portanto, o que nos move é o desejo de perseverar na existência, de aumentar nossa potência de vida ou, como fala Benjamin, o dilacerante e explosivo impulsivo de felicidade. Essa potência nunca é anulada totalmente, só enfraquecida por forças externas, que procuram destruir os afetos alegres e impor os tristes, que favorecem a dominação.

Esta é uma ideia poderosa, a de que as paixões são indispensáveis à vida e sem elas não há humanidade. A vida em sociedade é a luta e o enfrentamento entre duas paixões contrárias, fuga da morte e desejo da vida. "Tudo vai ser diferente depois da pandemia". É o mantra que mais se repete, atualmente. Com certeza, muitas coisas mudarão.

Não podemos esquecer de mais um ensinamento espinosista: se o futuro nascer do medo e do ódio, o futuro nascerá da impotência e da fraqueza de seus fundadores; se nascer do desejo de vida e do sentimento do comum, nascerá da força de seus fundadores, o que se exprimirá em suas instituições.

Como resume lindamente Chauí, citando um poema de Drummond: só depois que as paixões tiverem decidido o porvir, saberemos se, tristemente, "morreremos de medo e sobre nossos túmulos nascerão flores amarelas e medrosas", ou se caminhos se abrirão para a liberdade e felicidade. Caminhos árduos e difíceis de encontrar, mas, como fala Spinoza na *Ética V*, tudo que é belo é tão difícil quanto raro.

São essas reflexões que o "Expressões da Pandemia - Vol. 3" almeja instigar.

Este volume inicia com um poema que é fruto da afetação que o boletim já provocou, seguido dos textos já citados, que falam sobre luto coletivo, pelejas de professores e estudantes em tempos de pandemia, especificidades do viver em tempos de crise, da população em situação de rua e dos imigrantes que vivem em Manaus (esse último está em duas línguas). Por fim, um texto que reflete sobre a panela como instrumento de resistência coletiva e manifestação de afetos comuns.

Bader B. Sawaia
Profa. Titular da PUC-SP. Docente Permanente
do Programa de Estudos Pós-Graduados em
Psicologia Social. Líder do NEXIN.

Poucas palavras

A dor faz parte da vida, mas nem sempre a vida precisa de dor

O que fazer pra não sentir dó quando o que se vê é só dor?

O que fazer pra não sentir dó quando o que se vê é só dor?

Espere, não se desespere com o que pode acontecer

É só você não parar... de viver

Simples assim (?)

Há dias em que essas palavras me pertencem

Há dias em que as sinto vazias

Simples assim

Um poema, poucas palavras

Está tudo aí pra você, não vá fugir

Simples assim (!)

Jaison Hinkel
Doutor em Psicologia (UFSC). Professor do Departamento de
Psicologia da Universidade Regional de Blumenau (FURB).
Integra a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da
FURB. Vocalista, guitarrista e compositor da banda "Malungo".

Blumenau, Santa Catarina, 21 de abril de 2020.

O confronto com a finitude e o luto coletivo

O mundo chora os mortos e se enluta sem ritos de passagem. Desqualificam-se rituais e são tirados um pouco de seus valores. Vida e morte são dimensões do mesmo espaço corpo, mas estarmos propensos e diante da morte nos obriga a refletir sobre a finitude humana.

A morte do outro, ainda que desconhecido, nos coloca frente a um estado de dor ou sofrimento coletivo no mundo, promovendo um sentimento em comum. A morte é uma espécie de desorganizadora cultural e a cultura encontra respostas por meio dos rituais, que juntam as pessoas em cerimônias para oferecermos "nosso último adeus" e estabelecermos uma condição segura para a expressão dos afetos, o que nos auxilia no processo de construção do sentido/significado sobre a mesma.

No velório, cada pessoa que comparece leva um fragmento que vai compondo o primeiro passo necessário à elaboração da ausência que passou a exigir um desinvestimento de energia afetiva. As emoções precisam estar vivas para que juntas possam auxiliar no processo do luto. Esse espaço de contação de histórias e construção de narrativas é uma elaboração coletiva e ajuda a construir a colcha de retalhos do que representou aquela pessoa na vida de todos.

No cenário mundial, nesse momento de pandemia, rompemos brutalmente com a velha cultura e não vivenciamos ritos e cerimônias de passagem, portanto, torna-se uma dupla dor, trazendo efeitos psíquicos ainda mais desafiadores. Uma lei nacional impede velórios e, com o isolamento social, amigos e familiares sequer podem se despedir dos seus entes queridos. Na Itália, pudemos acompanhar a campanha "O direito de dizer adeus", que se referiu a poder cuidar dos mortos, já que rituais de afeto tinham sido impedidos. Como seres finitos, temos a responsabilidade de dar uma significação às nossas vidas. Isso, paradoxalmente, nos leva à busca para ultrapassar a finitude por meio de ações que deixam marcas e memórias para além da morte.

Sendo assim, manifestam-se o processo do luto e os necessários desdobramentos sociais na construção da memória coletiva enquanto ação pública da dimensão ético-política.

Na psicologia, o processo de luto é um percurso de registros de "reconhecimentos" do que se perdeu, do que não se perdeu, do que você não sabe se perdeu, da recuperação de algo perdido, do receio de perder e da reconstrução e separação do perdido. Tudo isso, é necessário para ressignificarmos um conjunto de atos, experiências, realizações e uma espécie de primazia dos registros, sejam reais, simbólicos ou imaginários.

Vimos nos últimos anos a grande dificuldade do Estado brasileiro em reconhecer graves violações de direitos humanos cometidas na época da ditadura civil-militar. Muitos familiares de pessoas desaparecidas até hoje não conseguiram enterrar entes queridos. Portanto, abre-se aqui uma importante reflexão: precisamos pensar na questão do reconhecimento não só como processo de assimilação (de acordo ou de contrato), mas também como processo de "separação ou ruptura".

Quais processos estão ligados à experiência do reconhecimento, que por sua vez exige experiência de dissolução de unidades, dissolução de identidades e dissolução de nexos/representações? Precisamos pensar as narrativas a partir das quais elas se tornam possíveis. O silenciamento é um ótimo exemplo de como uma experiência pode perder a sua dimensão narrativa, ainda que se inscreva, ainda que isso possa ser capturado "perversamente" por discursos institucionais jurídicos, teóricos ou de saúde.

Precisamos refletir sobre o reconhecimento jurídico e o silenciamento promovido não só em situações de desastres/catástrofes naturais, mas em todas as esferas da sociedade. A teoria do reconhecimento jurídico, elaborada por Axel Honneth em "Luta pelo Reconhecimento - para uma gramática moral dos conflitos sociais", destaca muito bem essa problemática.

Honneth (2009) faz um apanhado de duas conclusões preconizadas por Hegel e Mead - o fato de a luta pelo reconhecimento implicar na obtenção de confirmação intersubjetiva por parte de cada sujeito, e o fato de ambos se apoiarem no conceito de solidariedade (complementado por valores e objetivos comuns, resultantes de experiências de interações passadas), ou seja, na expressão coletiva por direitos (articulação das necessidades sociais).

É preciso encontrar inúmeras contradições e entender como se operam os bloqueios, as rupturas, as possíveis suspensões e as patologizações do processo dialético narrativização-silenciamento diante de uma situação de luto coletivo, reconhecida pelo Estado, e/ou por uma situação de luto coletivo em que o próprio Estado é autor do sofrimento humano e, mesmo assim, não o reconhece. O Estado só vai entrar na gramática de reconhecimento a partir da narrativa "proprietarista", como se todos tivessem igual chance de acesso a mercado e propriedade.

Ao pensarmos o processo de reparação e de reconstrução de experiências de luto coletivo (da violência promovida pelo Estado ou não) será preciso decompor essas experiências que fazem o sofrimento se narrativizar. Estas são experiências de determinação e/ou indeterminação. Por que? Porque para se opor à violência é preciso transformá-las em experiência de tortura, experiência de silenciamento, experiência de ocultamento de cadáveres, experiência de luto coletivo. Em suma, a gente precisa transformar isso em outra coisa diante das leis que o Estado estabelece sobre nós, pois experiências de indeterminação o poder não consegue reconhecer.

Precisamos aprender a dissociar o conceito de justiça do conceito de direito. Mostrar e apontar para a máquina pública que o ordenamento jurídico é importante, mas o papel do Estado não é só o empilhamento de um amontoamento jurídico, ou só um conjunto de normas e leis. Essa experiência de conhecimento precisa ser superada.

Será necessário pensarmos a experiência de justiça para além dos protocolos do ordenamento jurídico. Precisamos quebrar esse efeito patológico "identitarista" colocado pelo Estado. Ou seja, para poder ser reconhecido você precisa se inscrever em uma determinada identidade, por exemplo: a vítima, o exilado, o sintomático ou assintomático da covid-19, o ribeirinho, o negro, o homossexual etc. Você tem que ter um nome e esse nome permite que a reparação seja feita. Sim. Mas ele te ata indeterminadamente e infinitamente a uma identidade que replica esse sofrimento, o sofrimento que você queria superar.

Afinal, a ideia de realizar o luto coletivo é que o sofrimento seja amenizado. Que a gente consiga se libertar do estigma, da discriminação, da dor e deixar para trás uma determinada identidade. Dissolver o "eu" que estava ligado àquilo.

Mas as formas jurídicas fazem o contrário disso. Quanto mais a gente insiste na luta, mais se identifica com o sofrimento que vem junto da identidade pré-estabelecida. Pensar a violência de Estado e reparação implicaria pensarmos o reconhecimento para além das identidades.

Naiara R. Vicente de Matos

Doutoranda em Psicologia Social pela PUC-SP. Foi coordenadora da pasta "Memória, Verdade e Justiça" na Secretaria Municipal dos Direitos Humanos da Prefeitura de São Paulo (2017/18). Publicou o livro "Inclusão Perversa: o sentido do trabalho para pessoas com deficiência" (2017). É professora universitária.

São Paulo, 19 de abril de 2020.

"Apanha e sorri, porque na rua não tem outro jeito"

A pandemia vem trazendo uma nova noção temporal e um recente senso de realidade. Dias que mais parecem anos e que têm escancarado os efeitos das políticas de cunho neoliberal, sobretudo na área da saúde, até então invisíveis aos olhos de muitos.

Ficar em casa e higienizar-se com frequência são recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e das autoridades de saúde para evitar a contaminação em massa. Nesse momento somos capturados pela seguinte questão: e aqueles que fazem das ruas sua morada? É importante ressaltar que a Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto nº 7.053/09) define "população em situação de rua" como:

Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009, p. 1).

Dessa maneira, pela própria condição de precariedade, essa população é a que mais sente os períodos de crise, inclusive com o aumento de seu contingente. Sendo assim, as medidas para contenção do coronavírus, que incluem basicamente isolamento social e higiene básica, são inviáveis para o cotidiano de 24,3 mil pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo (Censo da População em Situação de Rua, 2019).

Outro alerta proferido obstinadamente é de evitar contato físico. Esse, por sua vez, é mais fácil ser seguido, já que nesse momento, mais do que em qualquer outro, a população em situação de rua tem sido evitada, afastada, vista como personificação da experiência da peste, como ameaça coletiva, afinal, não lavam as mãos ou passam álcool em gel. Sintoma de uma sociedade polarizada.

No dia 08/04/2020 o Atendimento Diário Emergencial (Atende II), único serviço da região da Luz, foi fechado. Pelo "Atende II" passavam 300 pessoas todos os dias. Lá, tinham acesso à higienização, alimentação e vagas de pernoite. O fechamento contraria recomendações da Defensoria e do Ministério Público (MP). Fica evidente, então, que se trata de mais uma medida higienista que já vem sendo arquitetada desde 2017. Em tempos de governo ultraconservador, de direita, narrativas que justifiquem tais medidas tem se intensificado: o SARS-coV-2 veio a calhar!

No front diário estão profissionais das equipes de Consultório na Rua[1], realizando o cuidado humanizado. A atuação das 18 equipes tem se intensificado nos territórios, mas os profissionais não têm condições adequadas de atender essa população toda, reflexo do fracasso das políticas de higienização e guerra às drogas.

Comércios fechados e pessoas isoladas em suas casas. Uma realidade que afeta diretamente a população em situação de rua, que fica aguardando alguém que disponibilize água, comida e pia para lavar as mãos. Nesse sentido, o fortalecimento de saídas coletivas via, por exemplo, movimentos sociais, também se faz importante, visto que a desmobilização social conduz ao desmantelamento das próprias políticas.

Com isso, observamos iniciativas individuais e coletivas compondo redes de sustentação e apoio, dando conta da ausência de um Estado que garanta proteção e direitos a todos os cidadãos, formando uma rede quente junto a profissionais que trabalham diariamente nas ruas.

[1] "São equipes que devem operar o cuidado longitudinal, ou seja, o cuidado das pessoas em seus processos de vida, trabalhar de modo itinerante, integrando e articulando as ações com os diferentes equipamentos da rede, sendo porta de entrada para o SUS e dando visibilidade às demandas dessa população, sempre visando à atenção integral na perspectiva da redução de danos e da clínica ampliada. Sendo assim, o Consultório na Rua deve atuar como elo entre a população em situação de rua e os diversos serviços que podem compor a rede de cuidado" (SÃO PAULO, 2016, p. 27). O Consultório na Rua surgiu em 2004, da Estratégia Saúde da Família (ESF), parceria entre o Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto e a Secretaria Municipal de Saúde. A meta é oferecer atendimento às PSR.

Equipes de resistência atuam a partir da política de redução de danos e da escuta acolhedora. Na pandemia, reafirmam a delicadeza no cuidado, a fruição suave, o respirar conjunto através de atendimentos humanizados, considerando sujeitos em suas particularidades. Cuidam das dores e feridas, mas afirmando a vida. Defendendo os afetos alegres como uma trincheira, trabalhadores da rua mantêm-se na contramão das narrativas duras e estigmatizantes, construindo processos de (re)conhecimento de necessidades e demandas sociais e de saúde, articulando e tecendo redes de atenção, substanciadas em linhas de cuidado, integrais e intersetoriais, referenciadas no conceito de cuidado.

Parafraseando Chico Buarque, em tempos de "morreu na contramão atrapalhando o público" temos visto e normalizado práticas e discursos de ódio, justificando mortes em massa. Afinal, aqueles que não são ajustados socialmente servem para que? Nas tessituras diárias, potências do olhar-palavra passam a integrar trajetórias de cuidado das equipes, que olham para as PSR na sua integralidade. Segundo Deleuze, em uma leitura sobre Spinoza, os encontros podem ser percebidos como bons ou maus encontros. São encontros que "me compõem" ou "me decompõem". Bons encontros aumentam a potência do sujeito, tornando-o mais ativo e capaz de agir, ajudando-o a perseverar na vida, sendo percebidos como um sentimento de alegria. Para as equipes do Consultório na Rua, os conceitos são fundamentais na atuação e consolidação de modos de operar o trabalho nos territórios, mesmo permeados por medo e angústia de um vírus de tamanha letalidade. As equipes mantêm encontros acolhedores, nos quais se escuta atentamente o outro de forma horizontalizada, construindo aliança e vínculo terapêuticos.

Qual é a real necessidade dos excluídos? Aos pobres basta o alimento? Aos discriminados, basta a lei? Às crianças, basta o acesso à escola? É evidente que não. Essas são medidas fundamentais, mas não suficientes. Os excluídos, como todos, têm fome de dignidade. Eles desejam ser reconhecidos como "gente", como seres humanos. Necessitam de afeto, de atenção, de sentir que realmente são únicos [...]

e que, ao mesmo tempo, são iguais aos seus semelhantes, o que lhes é negado nas relações sociais injustas e discriminadoras [...] A alegria, a felicidade e a liberdade são necessidades tão fundamentais quanto aquelas, classicamente, conhecidas como básicas: alimentação, abrigo e reprodução (SAWAIA, 2003, p. 55).

Em 2017, atendia na rua um homem que lavava suas roupas em uma poça de água formada após chuva intensa ocorrida no dia anterior. Pedestres passavam olhando com desconforto para a cena e atravessavam a rua. Ele, então, passou a falar sobre a tristeza por não ser visto, por sentir-se um "nada", um "ninguém". Enquanto contava sobre as marcas da exclusão, disse: "[...] que bom que a gente ainda tem a turma do Consultório na Rua para olhar por nós. Apanhar dói, chorar faz ranho e nem papel higiênico e água tem para limpar o nariz nesse lugar. Então apanha e sorri, porque na rua não tem outro jeito".

Ana Carolina Martins Gil
Doutoranda em Psicologia Social pela PUC-SP,
psicóloga clínica e professora universitária.

São Paulo, 19 de abril de 2020.

Coronavirus et migrants à Manaus, l'épicentre de la pandémie en Amazonie brésilienne

Il est de plus en plus fréquent d'écouter, les dernières années à Manaus, épicentre de la pandémie en Amazonie brésilienne, les langues française et espagnole parlées de façon spontanée, principalement dans le commerce manauara. Cela s'explique par l'arrivée de centaines de milliers de Haïtiens et de Vénézuéliens, qui ont migré en fuyant la crise économique, le chômage et le manque de ressources dans leur pays. En espérant trouver du travail pour reconstruire leurs vies, ces migrants, par nécessité, entrent par l'extrême nord du Brésil, étant Manaus, capitale de l'État d'Amazonas, passage quasiment obligatoire pour ces gens.

Cependant, suite à l'émergence du nouveau coronavirus (SARS-coV-2), le secteur économique brésilien a été énormément touché, ainsi que la santé, en menaçant le seul moyen de travailler pour ces personnes. Ceux qui ont une formation technique travaillent dans plusieurs domaines de l'économie, mais surtout le bâtiment, les services de réparation et de ménage, dans des entrepôts divers. Par contre, la grande majorité travaille dans l'informalité en vendant des marchandises diverses tels que fruits, bonbons, glaces, dans les rues de Manaus.

Coronavírus e migrantes em Manaus, o epicentro da pandemia na Amazônia brasileira

Nos últimos anos, em Manaus, o epicentro da pandemia na Amazônia brasileira, tornou-se cada vez mais comum ouvir as línguas francesa e espanhola faladas espontaneamente, principalmente no comércio Manauara. Isto se deve à chegada de centenas de milhares de haitianos e venezuelanos, que migraram em fuga da crise econômica, do desemprego e da falta de recursos no seu país. Na esperança de encontrar trabalho para reconstruir suas vidas, estes migrantes, por necessidade, entram pelo extremo norte do Brasil, sendo Manaus, capital do Estado do Amazonas, uma passagem praticamente obrigatória para estas pessoas.

No entanto, após o aparecimento do novo coronavírus (SARS-coV-2), o setor econômico brasileiro foi enormemente afetado, bem como a saúde, ameaçando a única forma de trabalhar para estas pessoas. Os que têm formação técnica trabalham em diversas áreas da economia, mas principalmente na construção, reparação e serviços de limpeza, em vários armazéns. Por outro lado, a grande maioria trabalha no setor informal, vendendo vários produtos como fruta, doces, gelados, nas ruas de Manaus.

Venus seuls dans leur grande majorité, les migrants ont comme premier but celui de travailler pour envoyer de l'argent à leurs familles et après pouvoir les faire venir au Brésil.

Pour contenir la pandémie du nouveau coronavirus, plus d'un tiers de la population mondiale vit désormais sous des mesures d'isolement. En Amazonie, le contrôle des restrictions a commencé avec l'interruption des cours et la fermeture des écoles. Mais peu à peu, elles se sont développées, la fermeture du commerce, des services, conduisant même les usines à interrompre la production ou à accorder des congés collectifs à leurs employés. La covid-19 est une maladie causée par le coronavirus SARS-CoV-2, qui présente un tableau clinique allant d'infections asymptomatiques à des affections respiratoires graves. À Manaus, alors que toutes les familles sont priées de s'enfermer dans leurs maisons, de nombreuses personnes dans la rue sont confinées à l'extérieur dans leurs tentes.

Pour survivre, les migrants qui ne reçoivent pas d'aide se sentent obligés de continuer à travailler. Bato Jan, un Vénézuélien qui vit à Manaus depuis huit ans, vend des fruits dans le centre-ville. Il affirme que les ventes ont fortement chuté ces dernières semaines et que les gens ont peur et ne sortent pas faire leurs courses au centre-ville. Outre la baisse des ventes, la police tente de les empêcher de travailler dans les rues à cause du nouveau coronavirus.

Vindo sozinho na sua grande maioria, o primeiro objetivo dos migrantes é trabalhar para enviar dinheiro para as suas famílias e depois trazê-los para o Brasil.

Para conter a pandemia do novo coronavírus, mais de um terço da população mundial vive agora isolada. Na Amazônia, o controle das restrições começou com a interrupção das aulas e o fechamento das escolas. Mas, pouco a pouco, foram-se expandindo, fechando o comércio e os serviços, levando até mesmo as fábricas a interromperem a produção ou a concederem férias coletivas a empregados. A covid-19 é uma doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, que apresenta quadro clínico que vai desde infecções assintomáticas a afecções respiratórias graves. Em Manaus, enquanto se pede a todas as famílias que se tranquem nas suas casas, muitas pessoas na rua estão confinadas em suas barracas do lado de fora.

Para sobreviver, os migrantes que não recebem ajuda sentem-se obrigados a continuar a trabalhar. Bato Jan, um venezuelano que vive em Manaus há oito anos, vende frutas no centro da cidade. Ele afirma que as vendas diminuíram drasticamente nas últimas semanas e que as pessoas têm medo e não vão às compras no centro da cidade. Não bastasse isso, a polícia tenta impedi-los de trabalhar nas ruas devido ao novo coronavírus.

Les produits d'hygiène tels que les masques et le gel à l'alcool sont très chers, c'est pourquoi Bato dit qu'il ne pratique pas les mesures d'hygiène recommandées, mais qu'il désinfecte correctement les fruits qu'il vend.

De l'autre côté, il y a aussi ceux qui obéissent à l'isolement social et intensifient les habitudes d'hygiène, surtout ceux qui ont une famille. Marbelis et Carlos Cortez, un couple Vénézuélien qui a un fils de six ans, vivent depuis un an et demi à Manaus, dans un petit appartement situé dans l'est de la capitale. Marbelis dit que le loyer est sa plus grande préoccupation, car son mari ne peut pas aller dans la rue pour vendre de l'eau et des chocolats, et elle est au chômage depuis six mois. Ainsi, ils risquent d'être expulsés par manque de paiement, ce qui serait désespéré en cette période d'isolement. La nourriture et l'argent diminuant chaque jour, ils vivent dans l'incertitude quant à ce qu'il adviendra d'eux dans les semaines à venir, mais font leur part, pour le bien de tous.

On a beaucoup parlé de l'impact de cette crise sanitaire sur l'économie, mais au-delà de cela, de nombreuses vies se trouvent dans des positions plus vulnérables à ses effets. Nous savons que nous sommes tous exposés au risque d'être infectés par le pandémie, mais les personnes âgées et celles qui ont des maladies préexistantes, en plus de celles qui vivent dans des situations de logement précaire, sont des cibles faciles pour ce virus.

Produtos de higiene, como máscaras e álcool gel, são muito caros, razão pela qual Bato diz que não pratica as medidas de higiene recomendadas, mas que higieniza devidamente os frutos que vende.

Por outro lado, há também aqueles que obedecem ao isolamento social e intensificam os hábitos de higiene, especialmente os que têm família. Marbelis e Carlos Cortez, casal venezuelano com um filho de seis anos, vivem há um ano e meio em Manaus, num pequeno apartamento na zona leste da capital. Marbelis diz que o aluguel é a sua maior preocupação, pois o marido não pode sair à rua para vender água e bombons, e ela está desempregada há seis meses. Em consequência disso, correm o risco de serem despejados por falta de pagamento, o que seria desesperante neste momento de isolamento. Com a comida e o dinheiro diminuindo diariamente, vivem na incerteza sobre o que lhes vai acontecer nas próximas semanas, mas estão fazendo parte deles, para o bem de todos.

Muito tem sido dito sobre o impacto desta pandemia na economia, mas, para além disso, muitas vidas encontram-se em posições mais vulneráveis aos seus efeitos. Sabemos que estamos todos em risco de ser infectados pelo novo coronavírus, mas os idosos e as pessoas com doenças pré-existentes, os que vivem em situações de habitação precária, são alvos fáceis para este vírus.

Les personnes qui n'ont pas accès aux services de santé sont encore plus vulnérables, ce qui rend divers segments de la population plus susceptibles de souffrir de la crise.

Alors, les migrants qui n'ont pas leur propre maison et qui doivent vivre dans des petits espaces dans les maisons de soutien avec de nombreux autres compatriotes, sont directement touchés. Qu'est-ce qui a été fait en faveur de ces gens qui, faute de politiques publiques efficaces, sont plus vulnérables loin de leur pays et de leur famille? Dans une interview pour un journal local, la Pastorale des Migrants de l'Archidiocèse de Manaus a déclaré qu'il n'existe pas de politique spécifique pour aider les migrants et/ou les réfugiés politiques à faire face à cette pandémie.

En revanche, les migrants Haïtiens et Vénézuéliens en épiceutre de SARS-coV-2 en Amazonie brésilienne, qui ont le Cadastro de Pessoa Física - CPF (enregistrement des personnes physiques), peuvent avoir accès aux prestations d'aide gouvernementale qui, dans ce cas précis de pandémie, seraient l'aide d'urgence d'un montant de \$600 reais (un peu plus d'une centaine de dollars), pour trois mois. Rosana Nascimento, vice-coordinatrice de la Pastorale, a également déclaré qu'il n'y aura pas de nouvelles entrées et pas de déconnexions dans les maisons d'accueil, à Manaus. Selon elle, ce sont des mesures de sécurité dans la lutte contre le coronavirus, car elles empêchent l'augmentation de la transmission.

Aqueles que não têm acesso aos serviços de saúde são ainda mais vulneráveis, o que torna vários segmentos da população mais susceptíveis de sofrer com a crise.

Assim, os migrantes que não têm casa própria e que têm de viver em pequenos espaços, em casas de apoio com muitos outros compatriotas são diretamente afetados. O que tem sido feito por estas pessoas que, na ausência de políticas públicas eficazes, são mais vulneráveis longe dos seus países e famílias? Em entrevista a um jornal local, a Pastoral dos Migrantes da Arquidiocese de Manaus afirmou que não existe uma política específica para ajudar os migrantes e/ou refugiados políticos a enfrentarem esta pandemia.

Em contrapartida, migrantes haitianos e venezuelanos no epicentro da SARS-coV-2 na Amazônia brasileira, que possuem o Cadastro de Pessoa Física (CPF) podem ter acesso a benefícios de ajuda governamental que, neste caso específico de pandemia, seria um auxílio emergencial no montante de R\$600,00 durante três meses. Rosana Nascimento, vice coordenadora da Pastoral, afirmou também que não haverá novas entradas nem desligamentos nas casas de acolhimento em Manaus. Segundo ela, tratam-se de medidas de segurança na luta contra o coronavírus, porque impedem o aumento da transmissão.

Il convient de noter que le gouvernement fédéral a fermé les frontières brésiliennes, empêchant ainsi l'entrée des étrangers dans le pays. Paniers d'achats, matériel d'hygiène et de nettoyage, nourriture et conseils pour l'enregistrement de la demande d'aide d'urgence du gouvernement, sont des actions de solidarité pour les migrants et les sans-abri, a déclaré Rosana. En plus des actions pastorales à Manaus, une base de soutien pour la population des rues (PSR) a été inaugurée en avril au Centro de Convivência do Idoso (Ceci), quartier Aparecida, zone sud de Manaus. Parmi les services fournis figurent des lignes directrices sur la prévention du covid-19 et des déjeuners gratuits.

Cette nouvelle base est née de l'articulation entre le Gouvernement de l'État, la Mairie et la Société Civile Organisée. Avec l'isolement social, de nombreux migrants perdent leurs revenus, car leurs clients sont les personnes qui passent quotidiennement dans les rues de Manaus. En outre, comme ils travaillent la plupart du temps dans l'informel, ils doivent parcourir de longues distances pour tenter de vendre leurs produits, s'exposant ainsi au virus. En fait, rien n'a été dit au niveau du Gouvernement Fédéral concernant des actions spécifiques pour ces groupes. Cela ne nous surprend pas ! Le gouvernement brésilien actuel a beaucoup entravé la politique migratoire et, pire encore, ne reconnaît pas le Pacte Global pour la Migration, signé par

É importante ressortir que o Governo Federal fechou as fronteiras brasileiras, impedindo assim a entrada de estrangeiros no país. Cestas básicas, materiais de higiene e limpeza, alimentos e orientações sobre como solicitar o auxílio emergencial do governo são ações de solidariedade para com os migrantes e os moradores de rua, afirmou Rosana. Além das ações pastorais em Manaus, foi inaugurada em 1º de abril uma base de apoio à população de rua (PSR) no Centro de Convivência do Idoso (Ceci), no bairro Aparecida, zona sul de Manaus. Os serviços prestados incluem orientações para a prevenção da covid-19 e almoços gratuitos.

Esta nova base é o resultado da articulação entre o Governo do Estado, a Prefeitura Municipal e a Sociedade Civil Organizada. Com o isolamento social, muitos migrantes perdem sua renda, pois seus clientes são as pessoas que passam pelas ruas de Manaus diariamente. Além do mais, como trabalham sobretudo no setor informal, têm de percorrer longas distâncias para tentar vender seus produtos, expondo-se assim ao vírus. Na verdade, nada foi dito em nível de Governo Federal quanto a ações específicas para estes grupos. Isto não nos surpreende! O atual governo brasileiro do presidente ultraconservador Jair Bolsonaro tem dificultado muito a política de migração e, pior ainda, não reconhece o Pacto Global Para as Migrações, assinado por

deux-tiers des 193 pays membres de l'Organisation des Nations Unies (ONU), comme un instrument adéquat pour traiter le problème migratoire.

Pour finir, les migrants et les réfugiés qui n'ont pas accès aux politiques sociales du gouvernement sentiront dans leur peau les effets de cette pandémie en voyant leur autonomie financière diminuer, jour après jour. Des facteurs tels que le chômage, les licenciements massifs, la faible demande des consommateurs sur le marché, l'augmentation du prix des produits alimentaires apportent un scénario inquiétant à ces personnes qui vivent déjà du sous-emploi, à la recherche d'une vie meilleure. Malgré tous ces revers, on constate, de plus en plus, un effort de la société manauara pour sensibiliser ses membres de venir à l'aide des migrants. Donc, dans l'espoir de pouvoir apaiser les difficultés des migrants à Manaus, la société civile s'organise en actions de solidarité, montrant une fois de plus que la vie est plus importante que l'économie. Accepter la présence de migrants et de réfugiés, savoir les intégrer, c'est toujours une opportunité d'enrichissement social et culturel.

Fabrizio Vasconcelos
Diplômé en Tourisme à l'Université
Nilton Lins (2012). Diplômé en Langue et
Littérature Française à l'Université
Fédérale d'Amazonas (2019). Professeur
Assistant de portugais dans les écoles
publiques de Toulouse/France (2016-17).

Renan Albuquerque
Professeur à Ufam/Brasil

Manaus, 20 avril 2020

dois terços dos 193 países membros da Organização das Nações Unidas, como instrumento adequado para resolver o problema migratório.

Para concluir, os migrantes e refugiados que não têm acesso a políticas sociais sentem na pele os efeitos desta pandemia na medida em que notam a independência financeira diminuir, dia após dia. Fatores implicados são o desemprego, as demissões em massa, a baixa procura dos consumidores pelo mercado e o aumento dos preços dos alimentos, que trazem um cenário preocupante às pessoas que já vivem do subemprego, em busca de uma vida melhor. Apesar de todos estes reveses, há um esforço crescente por parte da sociedade manauara para sensibilizar a sociedade no sentido dela vir em auxílio aos migrantes. Assim, na esperança de poder amenizar as dificuldades dos migrantes em Manaus, a sociedade civil pode organizar-se em ações de solidariedade, mostrando uma vez mais que a vida é mais importante do que a economia. Aceitar a presença de migrantes e refugiados, saber como integrá-los, é sempre uma oportunidade de enriquecimento social e cultural.

Fabrizio Vasconcelos
Bacharel em Turismo pela Universidade
Nilton Lins (2012). Tem Licenciatura
Plena em Língua e Literatura Francesa
pela Ufam 2019). Professor Assistente de
português em escolas públicas de
Toulouse/França (2016-17).

Renan Albuquerque
Professor da Ufam

Manaus, 22 de abril de 2020.

Em tempo de máscaras: sorrisos escondidos e olhares afetivos

Temos acompanhado a evolução do novo coronavírus (SARS-coV-2). A pandemia assola diferentes grupos sociais, da elite aos mais vulneráveis (moradores de rua, de favelas e periferias, idosos, pessoas do sistema prisional, entre tantos outros), bem como os racializados (negros, afrodescendentes, indígenas).

A pandemia da covid-19 alterou o cotidiano das pessoas nas sociedades contemporâneas, fixando novos modelos de relacionamento e comportamento.

Alterações profundas ocorridas em uma perspectiva psicossocial mostram suas diferenças, no entanto apresentam também o que existe de comum, os afetos.

À medida que a pandemia continua a se espalhar, diferentes veículos de informação enfatizam diversos temas relacionados ao momento atual nas sociedades contemporâneas. Notícias têm sido veiculadas em todos os meios de comunicação, em todo o mundo, sobre a pandemia. Desse modo, para esta nota a seguir, focamos nosso olhar para notícias veiculadas em alguns sites internacionais.

O suposto é porque estamos neste momento vivenciando em Portugal a quarentena, com os cuidados necessários (isolamento social, uso de máscara, luvas). Entretanto, cabe dizer, também recebemos muitos afetos de familiares e amigos.

Cito como exemplo a oferta de bolos confeitados de uma doceria que sou costumaz frequentador. Mas isso é uma outra história.

Como já dizia Chico Buarque:

Com açúcar, com afeto
Fiz seu doce predileto
Pra você parar em casa...

Assim sendo, destaco algumas notas sobre o tema do novo coronavírus (SARS-coV-2) e o descritor "afeto", captadas em sites[1] (inter)nacionais.

"Covid-19. Histórias de afeto (mas também de adeus) num hospital".

"Não deixa de ser irônico que um mandato marcado pela proximidade e política de afetos tenha como verdadeiro teste à sua consistência uma doença em que a proximidade e o excesso de afetos são dois dos principais motivos de contágio".

"Se possível, leve as suas compras até a porta de casa, mantenha o contacto visual e mostre o seu afeto, mas cumpra a distância de segurança. Se não for possível, contrate uma empresa de entregas ao domicílio".

"Reforce a necessidade de lavar as mãos. Mesmo estando em casa devem lavar as mãos, peçam aos vossos filhos para fazerem vídeos para os mais velhos, é uma maneira de dar afeto e de manterem a ligação".

"Reforce o afeto: ligue diariamente. Pergunte como estão. Se possível crie grupos familiares, lance desafios, tarefas semanais que possam partilhar. Partilhe de um poema, um desenho, uma música, são coisas que nos unem e ajudam os mais velhos a sentirem-se incluídos".

"O afeto, amor, carinho e a calma são essenciais. O afeto é o mais importante".

"Tenha tempo para eles: brinque com os seus filhos, veja um filme, jogue um jogo. Façam exercício juntos. Estabeleça uma rotina semanal de um determinado jogo por exemplo de tabuleiro, uma vez por semana. Envolve toda a família e é um momento de partilha e afeto".

[1]<https://rr.sapo.pt/2020/04/07/actualidade/covid-19-historias-de-afeto-mas-tambem-de-adeus-num-hospital/video/236240/>
<https://labor.pt/home/2020/04/23/e-muito-dificil-viver-sem-o-afeto-diario-no-nucleo-familiar/>
<http://portocanal.sapo.pt/noticia/217909>
<https://observador.pt/opiniao/o-presidente-da-republica-e-o-covid-19-erro-de-analise-da-politica-dos-afetos/>
<https://www.delas.pt/estes-sao-os-sinais-de-afeto-que-deve-evitar-ter-com-o-seu-parceiro/sexo/802137/https://www.vaticannews.va/pt/mundo/news/2020-04/historia-professora-covid-10-bergamo.html>
<https://expresso.pt/coronavirus/2020-04-23-Fotogaleria.-A-pandemia-pelo-olhar-das-criancas>

"É muito difícil viver sem o afeto diário no núcleo familiar"

"Covid-19: Equipa de intervenção comunitária leva cuidados e afetos a casa dos doentes".

"Estes são os sinais de afeto que deve evitar ter com o seu parceiro".

"Neste período a senhora recebeu muito afeto e solidariedade da sua cidade, em particular dos alunos da quinta série..."

"As máscaras complicam os afetos, mas os olhos revelam que estão sorridentes".

Marcos Antonio Batista da Silva
Doutor em Psicologia Social pela PUC/SP, Brasil.
Pós-doutorado no Centro de Estudos Sociais
(CES), Universidade de Coimbra, Portugal.
Membro do projeto 725402 - POLITICS — ERC-2016-COG.

Coimbra, Portugal, 23 de abril de 2020.

Panelaços, carreatas e afins:
reflexões sobre a dimensão ético-política da ação
coletiva em tempos de pandemia

No último dia 24 de março, ao finalizar minha primeira webconferência em tempos de quarentena, fui surpreendida por um barulho alto e dissonante que me prendeu a atenção. Ao me aproximar da janela presenciei pela primeira vez um panelaço. Havia também luzes piscando e gritos de "Fora, Bolsonaro!". Enfim, a Cidade Júlia[1] decidiu engrossar o entoar das panelas ao longo de aproximadamente 20 minutos.

Fazendo uma busca rápida pelo universo online encontramos informações, de matérias jornalísticas a escritos acadêmicos, que mostram os panelaços como um símbolo latino-americano de protesto. Desde 1970 países como Chile, Argentina, Colômbia e Venezuela adotaram o bater das panelas como estratégia política para comunicar insatisfações com governos dos mais diferentes segmentos ideológicos. A ação ganha sempre um sentido singular em cada país e momento da história.

Em 8 de março de 2015 foi a vez do fenômeno ter expressividade no Brasil, durante um discurso presidencial, iniciando assim a série de panelaços que marcaram o golpe contra a presidenta Dilma. Tendo as varandas de bairros nobres como foco das manifestações, o fenômeno se tornou um dos símbolos da polarização política evidenciada desde 2013 no país, sendo totalmente deslegitimado pelos setores progressistas e de esquerda.

Desde que Bolsonaro iniciou os pronunciamentos sobre a pandemia, o utensílio voltou a expressar indignação por aqui.

[1] Bairro periférico pertencente ao distrito de Cidade Ademar, um dos extremos da Zona Sul paulistana. Sua formação resulta da ocupação populacional desordenada, durante o período de industrialização, em uma área de manancial, assim, a vulnerabilidade social é agravada por situações de risco e degradação ambiental, dado o adensamento das áreas de favelas, configurando um processo de exclusão ambiental e urbana, somado à exclusão cultural, uma vez que em seus 12 km² não possui nenhum equipamento público de cultura.

Neste 24 de março lembrei que, dias antes, ao ouvir um dos pronunciamentos irresponsáveis de Bolsonaro, que não só minimiza o impacto da covid-19, mas reitera o mercado financeiro acima da vida, havia pensado: vamos ter que ouvir isso quietos em casa? No mesmo dia, a Cidade Júlia respondeu que não. Isso me impeliu a correr até a cozinha, pegar a minha panela e contemplar aquele momento, olhando as afetações que meu corpo vivenciava.

Fiquei extremamente feliz por saber que a vizinhança e eu tínhamos algo mais do que o compartilhamento de um mesmo território. Tínhamos afetos comuns, uma mesma indignação e um mesmo desejo de permanecer vivos, ou seja, uma mesma luta. A imagem dessa luta comum era reforçada a cada post ou story no facebook, a cada status no whatsapp, que continha cenas gravadas naquela noite com frases que expressavam o orgulho de terem participado do ato, somado ao desejo de mostrar isso para o mundo, ainda que de maneira virtual. Assim, não só compartilhávamos afetos comuns, mas nos uníamos à multidão que iniciara o panelaço em 17 de março (data do primeiro dessa série). Eu, ainda que só, me sentia representada pelos/as batedores/as de panela.

Quando nossos corpos não podem se encontrar para formar um aglomerado que ocupa ruas e avenidas entoando palavras de ordem, ainda assim é possível unir nosso barulho em uma ação coletiva, capaz não só de potencializar sujeitos singulares, mas também de formar um sujeito político poderoso, impondo medo a quem nos impõe medo, ou não teria sido necessário que Bolsonaro convocasse um panelaço de seus apoiadores.

Agora, saindo um pouco do universo singular desse relato, dirijo meu olhar para as outras formas de manifestações políticas que estão ocorrendo: panelaço convocado pelo próprio presidente, como contraponto às manifestações contra ele, e carreatas contra as medidas de isolamento social impostas por prefeitos e governadores. O que poderia parecer apenas o retrato de uma sociedade democrática, em que grupos com interesses distintos manifestam ideias e anseios, evidencia a luta de classes que perpassa relações sociais, fruto da desigualdade, uma vez que a reivindicação de um grupo coloca o outro em um risco ainda maior de contágio pelo vírus e, além disso, dados de realidade demonstram em qual grupo a letalidade da doença é maior.

Segundo boletim epidemiológico da Secretaria de Saúde do Município de São Paulo (17/04), distritos com maior número de casos confirmados da doença concentram a elite paulistana, mas vale lembrar que os casos confirmados não expressam o número real de infectados, pois no SUS estão sendo testados apenas casos de internação e o resultado tem demorado em média três semanas. Logo, o dado, além de demonstrar a baixa letalidade do vírus nessa classe social, mostra que essa parcela da população tem acesso a laboratórios privados e com resultados rápidos. Enquanto distritos que concentram alto número de mortes por confirmação ou suspeita de covid-19 são os periféricos.

A questão do isolamento social escancara uma outra faceta da desigualdade... a fome. Algo que tenho ouvido bastante, e que já foi tratado no "Expressões 1", é justamente o dilema "morrer de covid-19 versus morrer de fome". Esse dilema dá sustentação a debate que legitima manifestações favoráveis a uma maior flexibilização do isolamento e reconhece a necessidade momentânea de alimentar trabalhadoras(es) autônomos. Estes, realizam atividades precarizadas e convivem com a dimensão da crise econômica e as consequências que esta traz.

É um dilema que aponta para a urgência de repensarmos a forma de organização social. A opção para uma parcela da população não pode ser "morrer ou morrer". A dificuldade em se pensar estratégias em que todas/os possam viver é justamente porque uma parcela - ainda que a menor em termos numérico - não aceita perder privilégios.

Aqui é possível olhar para a dimensão ético-política da ação coletiva, uma mesma ação que pode servir de instrumento de luta para a manutenção do privilégio de poucos, garantindo determinadas vantagens àqueles(as) que conseguirem sobreviver à pandemia, ou ainda pode servir de instrumento de luta pelo direito natural de permanência na vida.

Cinara Brito de Oliveira
Psicóloga. Doutoranda em Psicologia Social pela
PUC/SP. Professora na graduação e pós-graduação
(lato sensu) em Psicologia da UNISA.

São Paulo, 19 de abril de 2020.

Nossa peleja em tempos de pandemia: a humanidade é para todas(os) ou não será para ninguém

Hoje completam 37 dias de quarentena. Eis uma sensação de estar dentro de um filme de ficção científica, em que imagino o roteirista com senso de humor negro, sendo ao mesmo tempo sarcástico e previsível. Tenho vontade de perguntar: "Já sabemos que não teremos um happy end... Então o que está por vir?". A pandemia, marcada pelo cenário da realidade brasileira, faz-me recordar da imagem da nau dos insensatos. Esta nau carrega passageiros humanos vindos de um mundo que já não existe, habitantes que, de tão perturbados, já não se importam para onde estão indo. Apesar de estarem no mesmo barco, ondas os atingem de maneiras distintas. Há os que terão a queda n'água amortecida por coletes salva-vidas e os que cairão do barco por estarem próximos demais da beirada e não terem onde se apoiar.

Quando paro e fecho os olhos, estou dentro desse barco. Vejo diferentes imagens que se intercalam e formam um mosaico composto pelo elitismo desumano das classes sociais, pelo luxo obeso, pela miséria escarnecida dos cadáveres das guerras e pelo cemitério ecológico. Após alguns minutos de afogamento da realidade que inunda o barco, olho para cima em busca dos paraquedas coloridos do Ailton Krenak. É a humanidade que deve ser livre e não alguns humanos. A grande superstição do nosso século XXI não seria, pois, a da própria noção de humanidade? Humanidade para poucos, muito poucos.

A partir dessa pequena introdução acima, peço licença para compartilhar algumas experiências do território da educação. Nossa realidade brasileira é reflexo de uma ausência da Reforma Educacional, que preservou o mesmo modelo de ensino mesmo após a ditadura militar. Com a constituição de 1988, que marca a luta pelos Direitos Humanos, fomos capazes de, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que determina os direitos de aprendizagem de todo estudante cursando a Educação Básica, estabelecer dez competências gerais.

Destaco a décima: "Responsabilidade e cidadania para agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários". Na pandemia, que escancara desigualdades sociais, vem à tona a pergunta: como ser "resiliente" quando ainda vivenciamos a realidade das escolas de latas[1]? O ensino superior abriu portas com o aumento de ações afirmativas, sobretudo direcionadas para seu público. Contudo, ações em relação a políticas de permanência de estudantes são tímidas ou quase inexistentes. Vivenciamos uma formação atravessada pela demanda de empresas privadas, em que predomina uma lógica de geração de estudantes dentro dos moldes patrão-servo.

Há mais de três anos como professora universitária tenho escutado relatos dos mais diversos. Destaco a pergunta de uma estudante: "sempre tive curiosidade para saber o que vocês [professoras(res)] pensam sobre nós? Vocês devem pensar que é perda de tempo dar aula para nós. Não temos mesmo tempo para estudar." (Estudante do quarto período do curso de psicologia, instituição privada). Esta situação do cotidiano de sala de aula exemplifica o processo de inclusão perversa no ensino superior, que, atualmente, com a pandemia, foi intensificado. O que mais tem me chamado atenção é a lógica da exclusão digital por meio das atividades remotas, o que é sofrível a estudantes sem acesso a recursos (banco de dados móveis para acesso à internet, ambiente de estudo adequado, condições financeiras para pagar mensalidades pelos próximos meses e perda de empregos).

Nós, professoras(es), tivemos nossos corpos atravessados pela precarização do trabalho. Em poucos dias, tivemos que exercer a função de pelo menos quatro pessoas: webdesigner (busca de recursos criativos e ferramentas para realizar a manutenção das aulas); secretária (mediação com estudantes com relação a atividades remotas); gestora (comunicação com representantes de turmas para possível identificação de dificuldades e especificidades de cada um); e professora (função que se confunde com a de operadora das aulas online).

[1]Reportagem de abril de 2019, realizada pelo Sindicato de Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo denunciou que cerca de 60 mil estudantes estudam em Escolas de Lata em São Paulo. Disponível no link: <http://www.apeoesp.org.br/noticias/noticias-2019/cerca-de-60-mil-alunos-estudam-em-escolas-de-lata-em-sao-paulo/>

Brinco com minhas turmas que "cuspi pra cima e caiu em cima de mim". Sempre tive posicionamento crítico em relação a EAD - e continuo tendo. Nunca imaginei que dar aula online se tornaria parte da rotina de trabalho. Nas primeiras semanas da quarentena, estar conectada tornou-se a regra: uma experiência da hiper-conexão. Senti as consequências disso na terceira semana: percepção alterada (sensação de escutar o celular vibrar, dificuldade para dormir por conta do contato constante com a luz da tela do notebook), estado de hipervigilância e necessidade de estar em grupos. O último ponto merece atenção, pois se há algo na experiência que tem possibilitado o esperar é a possibilidade de estar em grupos, incluindo a própria sala de aula.

Como exemplo, cito o grupo da disciplina "Processos Grupais". Nele, está sendo possível articular o conteúdo da aula com as urgências trazidas pelo cenário da crise. Nestas semanas refletimos sobre a precarização do trabalho, tendo em vista entregadores de comida, que estão em condição de extrema vulnerabilidade, e sobre relatos de estudantes da turma que estão atuando na linha de frente como profissionais da área de saúde (enfermeiras). Trouxemos à tona as estudantes que são mães e têm as aulas acompanhadas de suas crianças e de seus adolescentes que, por outro lado, vivenciam junto a experiência, também, de terem aulas remotas. Pensamos acerca de medos e angústias relacionadas à saúde mental. Resumindo, está sendo possível trazer a vida (real) para a sala de aula.

Recebi orientações institucionais de continuar a enviar atividades para as turmas. Parei para sentir e pensar. Decidi que não daria nenhuma atividade desvinculada do momento atual. Ou seja, as atividades estão sendo direcionadas para que possamos refletir o contexto da pandemia e parar para nos olharmos. Ouvi de um professor que: "o estudante que não participava na sala de aula, virtualmente continuará não participando". Será? Talvez, antes da classificação por estudantes participativos e não participativos, seja importante que nos questionemos sobre o que tem sido historicamente a sala de aula. Temos de avançar na visão que reduz o estudante a papéis sociais de bom ou mau aluno. Afinal, desejamos produzir estudantes resilientes. Parafraseando Criolo, "não quero viver assim, mastigar desilusão".

Os encontros alegres são possíveis dentro da sala de aula? Mais do que nunca são necessários. Quando se cria um espaço de legitimação dos afetos, mesmo que mediado por uma tela, é possível, pasmem - também fiquei pasma - escutar relatos de que "faz sentido discutir esse tema", "nossa, me emocionei quando você contou essa situação", "não tá fácil, mas pelo menos a gente tá falando". Sou supervisora clínica e tenho duas turmas de nono período. Minha preocupação tem sido com a qualidade de saúde mental que as(os) estudantes terão quando regressarmos aos atendimentos. Ao colocar esta situação, sou solidária às amigas coordenadoras de cursos e estão tendo de responder à instituição de outra maneira, pois a preocupação é com a evasão escolar. A instituição, não tendo estudantes, por consequência, não terá dinheiro para manter suas(seus) professoras(es).

Nunca fugimos da luta. Nossas(os) antepassadas(os) sempre nos ensinaram que as conquistas só vêm por meio das grandes pelejas. Todas as autoras e autores desse cenário são importantes para que nosso barco não afunde. Lembrem qual é o primeiro procedimento caso o barco fure? Deixá-lo mais leve (?). Recebi um importante alerta da professora Bader Sawaia, relativo ao perigo que pode representar esta metáfora. Não podemos escorregar no risco de esquecer que vivenciamos os tempos sombrios da necropolítica. Deixar o barco mais leve, às custas de quais corpos (velhos, pobres, periféricos, indígenas e pretos)? Fazer do nosso cotidiano suportável é urgente. Fazer caber mais humanidade(s) dentro do nosso barco, é igualmente urgente!

Elisa Harumi Musha
Trabalhadora brasileira com descendência okinawana, herdeira
de muitas das lutas de nossas(os) antepassadas(os).
Doutoranda em Psicologia Social pela PUC-SP e
professora na Faculdades Integradas de Ciências Humanas,
Saúde e Educação de Guarulhose na Universidade
Presbiteriana Mackenzie.

Boiçucanga, 20 de abril de 2020.

FASE 1 -VOLUME 4
(Publicado em 06/05/2020)

APRESENTAÇÃO

9º semana de quarentena

O "Expressões da Pandemia - vol. 4" inicia as reflexões perguntando: por que a cidade de São Paulo emudeceu na última semana?

O painelço, que tanto nos entusiasmou, calou, assim como calaram os aplausos. Raramente uma ou outra homenagem silenciosa acontece em agradecimento a trabalhadores da saúde. Por outro lado, barulho e violência se manifestam aos domingos, em frente ao Palácio da Alvorada, contra as instituições democráticas, sob o olhar do chefe da nação.

Enquanto isso, aos que perduram na quarentena, o tempo em frente às telas aumenta, seja da televisão ou do celular, com opções de lives de músicas, conselhos e exercícios que se tornam alternativas/fugas em meio à cotidiana vivência do isolamento. E, nessa desordem, notícias de testes de vacinas surgem como um suspiro na disputa entre diferentes países ao combate contra o vírus.

O espalhamento do SARS-coV-2, em sua marcha orientada pela desigualdade social, impulsiona o número de mortos, ultrapassando 400 por dia, o que altera de centenas para milhares o total acumulado. Além disso, subnotificações exponenciam esse número em prognósticos até nove vezes maiores. Não era só uma gripezinha. As estatísticas indicam retomada da curva de ascendência de contágio, à medida que avança na zona rural e nas florestas (aldeia indígenas e quilombos), onde não há, historicamente, nenhuma infraestrutura, o que é relatado nos textos de Renan e Ítalo, de Cristina e de Marcos, com destaque às marcas do racismo estrutural e ao permanente genocídio que, também histórico, permite novamente a morte de milhares de indígenas.

Mas, "E daí?"

Para os que se preocupam, a constatação de que o avanço do vírus é tão prejudicial à economia quanto o isolamento. À medida que ele atinge o campo, aumenta ainda mais o risco do desabastecimento de alimento. O que por sua vez destrói a esperança de que tudo vai acabar bem e abre caminho para o medo da fome, da perda do emprego e do endividamento também para outras classes sociais, além da pobreza, e transforma a dúvida do futuro em desespero.

Para os que se preocupam, o silêncio da cidade amedronta.

Por que a cidade emudeceu? Cadê o som animador dos panelaços e dos aplausos?

É possível que São Paulo, a cidade que nunca dorme e que não para, tenha se tornado uma cidade solidão, como fala Spinoza? O isolamento, não ele sozinho, mas o jogo político em torno dele, teria conseguido despolitizar o espaço público? Estaríamos nos refugiando no intimismo de nossos lares, assistindo lives e noticiários?

Não há mais o cidadão. Só seguidores, plateias e telespectadores na sociedade do espetáculo, expressão criada por Guy Debort para definir uma relação social entre pessoas mediatizadas por imagens.

Caímos na desesperança, na melancolia ético-política? Abandonamos a defesa da vida? Fomos abatidos pelo ressentimento/indignação? São sentimentos que se espalham auxiliados pela imitação afetiva, expressão usada por Spinoza na "Ética III" para indicar que somos afetados pelo afeto do outro. Um processo que fortalece a política das paixões tristes, enriquecido mais ainda, por paradoxal que possa parecer, pelo imperativo do "seja feliz", do "exercite a alegria". Isto significa, nesse momento de pandemia, romper a unidade corpo/mente, pois o corpo sofre e a mente alienada desse sofrimento lhe impõe a alegria, o que a torna uma paixão má. Spinoza nos ensina que o sentimento é mau quando abafa e impede a mente de pensar sobre suas causas, mesmo quando seja um afeto alegre. Stuart Mill já falou que mais vale um Sócrates triste do que mil suínos alegres.

Estariamos bloqueando nossa capacidade de pensar e sentir?

Uma cidade, é preciso dizê-lo ainda, em que a paz é efeito da inércia dos súditos conduzido como um rebanho e formados unicamente na servidão, merece mais o nome de solidão que o de cidade. (Spinoza, Tratado Político, cap V, §4).

Será que o silêncio da cidade não está destacando, dentre tantas EMERGÊNCIAS HUMANAS que a pandemia acarreta, a necessidade da esperança/utopia para enfrentar a esperança/servil ou a (des)esperança.

[...] a medida que se imagina uma coisa como sendo possível, no futuro, imaginamos certas coisas que põem a sua existência (Spinoza, E IV, Prop 12. Dem.)

Não podemos perder a capacidade de imaginar.

Aqui, é preciso trazer o alerta feito por Vera Trevisan e Fernanda, no primeiro texto deste boletim: será que não estamos jogando a criança com a água do banho? Há unanimidade quanto à covid-19 ser fruto dos maus tratos impostos pela nossa dita civilização ao planeta Terra. Correto. Mas isto não significa considerar que o ato de criação do homem, ou tudo que ele construiu no seu processo de hominização, seja ruim e que só nos resta o retorno ao bom selvagem de Rousseau. Na verdade, o perigo não é a ação criativa do homem, mas seu direcionamento perverso por interesses capitalistas de produção da mais valia e do valor de troca. O que o coloca diante das paixões tristes, em busca da servidão pela recompensa material.

A demonização de todas as criações humanas pode embotar a capacidade de imaginar um futuro possível, nos aprisionando ao presentismo ou ao passado. Perseverar na existência é buscar pela vida em ato, reatualizar o presente com as configurações na qual o corpo se encontra e projetar o futuro. Não podemos esquecer os avanços conquistados em termos de produção do humano genérico. A saber: arte, a ética, a religião, a filosofia, a ciência e as máquinas que facilitam a produção de alimento.

Temos direito ao conforto, ao belo, ao lazer. A arte é uma dessas conquistas humanas, destacada por dois textos do boletim: o de Vera e Fernanda e o de Cristina.

Como nos ensina Vigotski, as emoções da arte são emoções inteligentes. Elas não distraem nossos sentimentos ou impedem a mente de pensar. Elas aguçam mente e corpo a absorver a humanidade em toda a sua experiência acumulada. A arte é a técnica social dos sentimentos. Mas ela também corre o risco de ser abafada. Cristina reflete sobre a dificuldade de produção artística na periferia em tempos de pandemia.

Não deixemos São Paulo emudecer. Que os poetas não se calem, como Elisa e Lívia, que colocam em versos suas afecções. São dolorosas palavras transformadas em poesias que tentam acalentar os corações daqueles que perderam Vanessa e dos que acreditam na potência da criação humana.

Não deixemos São Paulo emudecer. Que voltem as manifestações coletivas. A história nos mostra que a maioria das grandes mudanças ocorre quando pessoas potentes e inovadores se reúnem com outras, juntas por um objetivo comum, um sentimento de útil comum.

Esse grupo começa pequeno, mas cresce pouco a pouco até atingir a potência necessária para desencadear uma mudança. E esse sentimento não pode se enclausurar nas intimidades dos lares ou na alegria fugaz. Tem que se manifestar e tomar o espaço público.

Bader B. Sawaiá
Profª. Titular da PUC-SP. Docente Permanente
do Programa de Estudos Pós-Graduados em
Psicologia Social. Líder do NEXIN.

Um vírus varre o mundo

Uma voz morde meu coração.

Esquenta a tarde quase fria de um outono na Bahia.

Como arrebentar os grilhões se estamos presos em solidões?

O invisível nos arrebata e preenche nossos exílios de dúvidas.

Até quando? Quantas mortes? Quantas vidas?

Alguma vacina contra os desesperos?

Nossos corpos colonizados não tem imunidade para o novo.

Nos acostumamos com os hábitos que nos trouxeram,

E não avançamos nem nas mazelas.

A hostilidade dos dias atravessa as espinhas.

Alguns corpos padecem vivos no isolamento.

Outros, quase não tão mortos,

Resistem a mais um ataque às suas células negras,

Periféricas, isoladas desde o aparecimento brasileiro no mundo.

Haverá emprego? Haverá comida? Haverá remédio?

O desabrochar do invisível

Nos impede de lutar pela vida ao invés de escapar da morte.

Na espiral dialética das dúvidas geradas pela doença,

Ainda nos resta uma certeza

Cantada por uma voz feminina tão infinita quanto forte:

“Cambia, todo cambia.”

Sobra-nos a irremediável utopia:

Haverá poesia após a pandemia?[1]

Lívia Maria Camilo dos Santos
É doutoranda no Programa de Psicologia Social da Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo (Brasil), com período
sanduíche na Faculdade de Letras da Universidade
de Lisboa (Portugal).

Salvador, 23 de abril de 2020.

[1] Parafrazeando Adorno em 1949, quando se perguntava se seria possível escrever poesia depois de Auschwitz.

A dimensão reflexiva da arte em tempos de coronavírus: contribuições da psicologia histórico-cultural

O espaço onde vivemos é constituído só por aquilo que vemos?
E o que não vemos e também povoa o espaço?
Como tornar visível algo invisível?
O que permanece invisível no nosso dia a dia?
(Há sempre um copo de mar para um homem navegar. 29
Bienal Set-Dez 2010 Parque Ibirapuera)

As perguntas que abrem essa proposta de reflexão compuseram o material de um dos Seis Terreiros da 29ª Bienal de Arte de São Paulo, em 2010, mas parecem caber muito bem ao momento atual, em que inúmeras indagações povoam nossos pensamentos, mobilizadas pelo desconhecimento do que nos ameaça e pela incerteza em relação ao hoje e ao futuro. De que copo de mar dispomos? Caso fosse possível navegar, provavelmente estaríamos à deriva, pois a covid-19, invisível a olho nu e inapreensível por experiências anteriores, mobiliza afetos tristes que submetem os corpos à imobilidade.

O verso do poeta Jorge de Lima, "há sempre um copo de mar para o homem navegar", inspirou o tema da exposição daquele ano, que era a "estreita relação entre arte e política", o que resultou na divisão do Pavilhão da Bienal em "Terreiros" que tinham cada um sua temática, proposta em forma de perguntas e com objetivo de possibilitar a interação e ação do público com as diversas formas de arte, descaracterizando a participação como mera contemplação. As perguntas referidas pertencem ao Terreiro "A pele do invisível", que, dedicado às imagens, questionou o que vemos e o que não vemos, nos provocando a pensar também sobre o invisível. Invisível que hoje se tornou uma grande ameaça às vidas humanas, talvez a maior dos últimos tempos.

Como pode um corpo tão minúsculo, invisível a olho nu, produzir tamanho medo nas pessoas, a ponto de dominá-las e mantê-las afastadas umas das outras, fazendo-as abrir mão de sua natureza gregária? Para além do vírus não visto, o que mais não estamos vendo e o que estamos? Qual a fonte de tantos afetos tristes?

O confinamento, isolamento social ou ainda período de quarentena, adotado como medida para assegurar a saúde, nos lança, indefesos, em um mar de dúvidas e produz sentimentos que mal podemos compreender. De uma hora para outra nos vemos privados da liberdade e fadados a viver fechados em nossas casas, mergulhando na cotidianidade de nossas vidas, condição vivida de modo privilegiado por alguns e de modo precário por outros, quando não impossível a muitos que têm de lutar para continuar comendo. Ou seja, a vida cotidiana, ainda que tenha características semelhantes no que concerne ao modo de viver, é vivida de forma diferente em sociedades desiguais como a nossa. Boa parcela da população não pode se beneficiar do isolamento como maneira de proteção simplesmente porque vive em espaços exíguos, por vezes junto com muitas pessoas, em habitações precárias que não contam com ventilação adequada, ou mesmo água e sabão para lavar as mãos.

Eis um paradoxo que a vivência da pandemia põe em relevo: ela escancara a vergonhosa desigualdade social que assola o Brasil, situação conhecida por muitos, mas tornada invisível de muitas formas, visando manter interesses de poucos. E eis que o invisível, que ameaça a todos de igual modo, torna visível o modo desigual de enfrentar a ameaça - o invisível, fonte de medo e cuja consequência de sua objetivação (a doença respiratória) também objetiva as piores dores que se pode viver. Trata-se da perda de pessoas queridas sem a possibilidade da despedida. Novamente se manifesta a desigualdade no sofrimento: ele é maior para os mais pobres, os menos protegidos, aqueles a quem o Estado abandonou e a sociedade não enxerga.

E qual é o papel da psicologia, afinal? O que temos visto? O que temos buscado tornar visível? Assistimos, todos os dias, a um movimento de produção de cartilhas, manuais, documentos orientadores, lives, entrevistas, dentre tantos materiais produzidos por associações, grupos de pesquisa e especialistas. São conteúdos que vão de orientações sobre como enfrentar o isolamento a como não adoecer psicologicamente na pandemia.

Há muitas sugestões de atividade, desde aquelas que deveríamos fazer em nossas vidas cotidianas, como ler, dormir bastante, se alimentar de modo saudável, praticar exercícios físicos, se distrair com filmes e séries, até receitas de como se livrar do stress, de meditação e assim sucessivamente. Há ainda chamadas de revistas científicas para a escrita de artigos sobre o coronavírus e um número expressivo de questionários enviados por profissionais solicitando que passemos a estudantes, colegas ou mesmo que respondamos a como estamos vivendo este momento.

Frente a esse grande número de informações e demandas, temos nos perguntado: por que tanta urgência? Como saber o modo que estamos vivendo se sequer temos parado para pensar, refletir sobre essa experiência? Por que a psicologia, ciência que se dedica a estudo e compreensão de sujeitos e suas relações, por vezes orienta a nos ocupar, a enfrentar a angústia ou tristeza fugindo delas? Será possível enfrentar algo que não conhecemos? Ver o invisível? Souza, Dugnani e Reis (2018), escrevendo sobre os fundamentos da psicologia da arte, afirmam:

Na cotidianidade, os modos de interação entre sujeito e realidade se constituem a partir de certo nível de consciência e de intencionalidade, em que um afeta e constitui o outro de maneira dialética e permanente. Entretanto, o ritmo da vida cotidiana é marcado pelo imediatismo e pela incompletude, não oferecendo possibilidades para questionamentos e reflexões (p. 376).

Parece ser este o movimento que tem caracterizado nosso modo de viver desde que foi estabelecida a quarentena: nossa relação com a realidade ficou restrita, não encontramos na memória experiências anteriores que nos permitam imaginar o que pode ser o futuro e as informações em abundância ofuscam possibilidades de discernimento e reflexão. Então nos resta um imediatismo insuportável pela emergência de nossa incompletude e impotência, restringindo nossas possibilidades de questionamento e reflexões. Onde estão os outros além de aqui, dentro de nós? E parece que a única coisa que nos é exigida é: sobreviva, permaneça saudável.

Temos uma promessa: “vai passar”. Ainda que não se saiba como, nem quando. Poderá o medo se dissipar neste movimento? Para Spinoza (1677) não, pois só o conhecimento das causas adequadas criam potência de ação e nos liberta das paixões tristes.

Para isso, é preciso alterar o ritmo da e na vida vivida, por meio do estabelecimento de pausas que possibilitem ao sujeito exercitar seu olhar na busca do não aparente, a fim de desvelar os mistérios e as causas que fazem a realidade se apresentar tal como é. O humano-genérico não nega a cotidianidade, mas a incorpora em uma complexa rede que amalgama passado, presente e futuro, contrapondo, dialeticamente, o que se pôde ser efetivamente ao que se pode ser potencialmente, produzindo um tensionamento permanente entre o real e o ideal (p. 376-377).

O que é viver apartado das possibilidades do “nós”? O que incorporar desta vida vivida para imaginar o futuro? Uma sociedade cujo único valor é a sobrevivência; uma sociedade em contínuo estado de emergência não pode ser livre, e nisso nos provoca Giorgio Agamben (2004), que problematiza as consequências de se viver permanentemente sob o estado de exceção: a liberdade inviável. Para o filósofo contemporâneo, quando se está cotidianamente preocupado em garantir a própria sobrevivência deixa-se de se importar com a garantia de direitos, como por exemplo o direito da criança e do adolescente de acesso à educação, imediatamente suspenso, sem questionamentos, a fim de que se garanta a não aglomeração e, então, a maior propagação do vírus. Não se trata aqui de defender o não isolamento ou ir contra a suspensão momentânea das atividades escolares para a contenção da pandemia, mas de refletir como a vida vivida sob condições emergenciais nos faz, quase que involuntariamente, sem espaço de reflexão, abandonar qualquer horizonte conquistado no desenvolvimento histórico da humanidade. Com vistas a afastar a possibilidade de morte, abdicamos modos de vida conquistados, inclusive pressupostos iluministas materializados na Revolução Francesa, de Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

A reflexão só emerge nas e pelas pausas quando fazemos o esforço de olhar para além do vivido de imediato, para o não visto, para o invisível. O esforço de enxergar o invisível requer imaginação, em um processo capaz de nos tirar da prisão do concreto, do imediato, rumo a novas significações (Vigotski, 1999). No movimento de nos levar além, ao futuro, a imaginação se enlaça ao nosso passado, em que resgatamos o desenvolvimento histórico da humanidade.

Essa vivência, que favorece à reflexão, requer espaço e tempo, requer o contato consigo próprio, com afecções e ideias dessas afecções derivadas da vivência da pandemia. É uma experiência de contemplação ativa, de contato íntimo, de exploração de afetos, de leitura de filósofos, de teóricos da psicologia. Uma experiência científica, de apreciação das variadas formas de arte. Ou seja, são vivências que emergem do cotidiano - impossível não nos inserirmos nele - e se direcionam ao humano-genérico. Vivências que não se confundem com momentos pontuais de diversão proporcionada por lives de músicas das mais diversas filiações, por filmes e séries "maratonadas", que, com a disponibilidade de tempo alcançada por alguns, passaram a fazer parte dos assuntos compartilhados nas redes virtuais.

Nossa defesa da arte se sustenta na potência que atribuímos a ela, de fazer reviver a emoção no sujeito, mobilizada pela imaginação. Então estamos falando de psicologia da arte, ou seja, de uma possibilidade de afetar o outro e fazê-lo viver algo que é seu por intermédio do expresso em determinada obra, justamente pelo caráter humano-genérico que ela sintetiza. Pensamos a arte como tendo em seu centro o sensível, enquanto síntese dos afetos humanos, com seu caráter dialético que expressa as contradições de que é feita.

Voltando à Bienal de 2010 e ao tema da arte e política, é preciso tomar a arte como promotora de potência que confronta o expectador com maneiras diversas de pensar, que rompe com consensos organizadores do mundo e da realidade e instiga o homem a criar novas formas de ser e viver.

Esta seria a dimensão política da arte, cuja potência é o próprio ato de criação do que não está dado, ou que sequer se pode imaginar - o invisível. Mesmo porque, nesse momento de pandemia, o invisível pode se apresentar enquanto o copo de mar do poeta Jorge de Lima, para que possamos navegar em meio a tanta dureza e frieza desses tempos.

Fernanda Pereira Medeiros
Doutoranda e mestre em Psicologia pela Pontifícia
Universidade Católica de Campinas/SP (PUCCAMP)

Vera Lucia Trevisan de Souza
Docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação Stricto
Sensu em Psicologia e do curso de graduação em psicologia
da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

São Paulo, 27 de abril de 2020.

A cultura periférica e o isolamento social

Assim que a epidemia chegou ao Brasil o primeiro setor a fechar as portas foi o cultural. Isso é fato notório. Todos se perguntavam, em princípios de março, o futuro das artes. À primeira vista, observando o senso comum, muitos dos questionamentos diziam respeito a shows, teatros, stand up comedy etc. Para além de artistas renomados, em cinema, teatro ou música, também se pensou nos profissionais dos bastidores, sejam produtores, técnicos, sonoplastas, iluminadores, montadores de palco, entre outros. São esses os que mais sentirão na pele a falta das grandes produções.

Em São Paulo, perdemos a Virada Cultural. Imaginem quantas pessoas, que já contavam com esse "job", agora se veem sem perspectiva? Há também um campo da arte, o qual sofreu imediatamente o aperto financeiro que a pandemia trouxe, que é o campo da arte produzida nas periferias. Coletivos de teatro, saraus, slam's, escritores independentes, ocupações culturais, músicos de bares e metrô se viram, da noite para o dia, desassistidos.

A carência se torna dupla. A primeira sente-se no bolso. A segunda na falta que faz o público, o aplauso, a crítica e o abraço. Temos de lembrar que essa arte se faz no "tête à tête" e, ao fim, espectadores e artistas tomam a mesma cerveja. Podemos falar de uma terceira carência, que acomete a todos, orientada pela reclusão e falta de certezas em meio a tudo isso.

De um lado, o luto; do outro, a luta. Nós que pertencemos a esses coletivos sempre estamos em enfrentamento, seja na busca de políticas públicas para a cultura, seja de olho na votação do orçamento na Câmara. Estamos discutindo e criando leis de fomento ou resistindo pela manutenção de nossas ocupações culturais. E sabemos que esses espaços, antes abandonados pelo poder público, locais de entulho e violência, agora são revitalizados e ressignificados pelo povo para atender ao povo. Nosso jargão é: "nóiz por nóiz!".

Esses movimentos não são novos, mas nos últimos anos temos visto o revigoramento de suas forças, com saraus em bares, slam's nas ruas, espetáculos teatrais em locais não convencionais, ações afirmativas pela cultura negra, feminista, lgbtqia+ e muito mais. Com a pandemia, adiamos eventos, festas literárias e também questionamos como agir, o que fazer, como e o que reivindicar para amenizar os efeitos inexoráveis da crise. Com o Sesc e as Casas e Fábricas de Cultura fechadas, perdemos nossos cachês. Outros perderam a venda de livros e zines nos saraus e slam's, a gorjeta no metrô, e por aí vai.

Nas redes sociais e grupos de conversa nos articulamos e, já no princípio, muitos se preocuparam a respeito das necessidades básicas de sua vizinhança. Rapidamente, espaços culturais tornaram-se locais para recebimento de doações, transformadas em cestas básicas e kits de higiene. Vimos isso em toda a cidade. Na Vila Santa Inês, o grupo afro Batakerê; em Ermelino Matarazzo, o Movimento Cultural Mateus Santos (Ocupa de Ermelino) e a Casa Poética. Agrupamentos mistos, como a Rede Potências Periféricas, a Rede Apoio Humanitário nas e das Periferias, a Uneafro e o Grupo Solidariedade Coronavírus/SP criaram vaquinhas virtuais e atuam em diversos bairros da cidade.

Partimos para a criação de petições online. Uma em busca de isenção de contas para músicos, promotores de eventos e equipes. Outra pedindo o afastamento pelo INSS a artistas e produtores culturais. As pautas que nos uniram foram a defesa radical do SUS e a Renda Básica da Cidadania. A sobrevivência é necessária, portanto pressionamos Congresso e Senado para a aprovação da MP que garantiu R\$ 600 por três meses. Porém, constatamos filas nas agências e outros empecilhos para atraso no pagamento.

Vimos que Maranhão e Pará iniciaram o credenciamento de artistas para um festival on-line. Enfim, precisávamos achar formas de manter vivas nossas ações. Observamos aqui em São Paulo promessas do Estado para a cultura, mas não compreendiam produções periféricas. Houve ações da Secretaria Municipal. Discutimos o edital "Cultura Presente" e seu carro chefe, o projeto "Janelas de São Paulo", mas isso nos remeteu somente a janelas de condomínios de bairros da burguesia, onde o músico pode tocar de sua sacada e outras sacadas podem assisti-lo.

Aqui moramos em Cohab's, em casas de fundo apertadas, em barracos. Obviamente não queremos anulá-lo (o edital), mas somente isso não basta. Apoiamos outras iniciativas, como Projetos de Lei no Senado, na Câmara dos Deputados e de Vereadores.

Reunimos em ambientes virtuais com lideranças e a vereança para discutir políticas culturais na cidade, bem como com a Subcomissão de Finanças da Cultura da Câmara de Vereadores/SP. Obtemos apoio para a inclusão de coletivos inscritos no cadastro nacional dos Pontos de Cultura. Dessas ações, ganhou visibilidade o PL 253/2020 da Bancada Ativista do legislativo estadual, que prevê o pagamento de um salário mínimo para trabalhadores da cultura e auxílio a espaços culturais no Estado.

O barulho dos movimentos culturais tem repercutido. A exemplo disso vemos que projeto "Cultura Presente" se tornou abrangente, com a abertura de editais para música, teatro e incentivo à literatura, além da abertura para credenciamento no edital "Conexão Casas de Cultura", que cria lives para a apresentação de artistas. Cabe ressaltar que as leis de fomento da prefeitura (VAI I e II e Fomento à Cultura da Periferia) autorizaram a continuidade do pagamento para grupos contemplados.

São projetos que previam oficina ou já tinham oficinas em curso. Estes estão sendo transformados em oficinas online, a partir da possibilidade e viabilidade das adaptações. Assim podemos pagar esses formadores, que devemos ressaltar aqui: também são artistas periféricos.

Ações de coletivos com projetos de fomento também redirecionaram recursos. Exemplo vem do coletivo do qual faço parte, o Slam da Guilhermina. Previmos cachês para a apresentação de convidados. Em março, teríamos o Ferréz. Em abril, Preta Rara e Pastoras do Rosário. Em maio, Sérgio Vaz. Suspendemos temporariamente as atividades, mas revertemos os cachês para premiações nos slam's virtuais que faremos nos meses seguintes, como forma de ajudar poetas menos renomados.

Sabemos que essas medidas não contemplarão a todos. É triste observar que, quando isso passar ou mesmo antes de tudo isso passar, muitos desses deixarão de lado suas vocações artísticas e terão que correr atrás do seu pão, na formalidade ou na informalidade, e ficarão sem o aplauso no final de cada ato.

Cristina Adelina de Assunção
Bacharel em História pela Fundação Santo André. Mestre em História Social pela PUC-SP. Slammaster do Slam da Guilhermina. Atriz do Coletivo Dolores Boca Aberta MecaTrônica de Artes. Membro do Bloco de Ocupações do Movimento Cultural da Periferia. Mãe e professora.

São Paulo, 2 de maio de 2020.

Quilombos e terras indígenas da Amazônia em lockdown territorial(1)

O acesso ao extremo leste do Amazonas, na Amazônia Central, onde estão as terras indígenas (TIs) Andirá-Marau, dos Sateré-Mawé, e Nhamundá-Mapuera, dos Hixkaryana, bem como os quilombos Boa-Fé, Itaquara, São Pedro, Santa Teresa do Matupiri e Trindade, pode se dar tanto pelo Pará quanto pelo Amazonas, por via híbrida (fluvial e terrestre). Isso faz com que o controle mesmo mínimo do trânsito de pessoas na região seja difícil, dado que se tem movimentação ao menos de dois Estados em sentidos bidimensionais (leste-oeste-leste), sem falar nas pessoas transitando a sul, do Arco do Desmatamento, e a norte, do entroncamento pré-polígono da mineração paraense. De modo que a exposição ao contágio pelo SARS-coV-2 se apresenta indiscriminada, encenando uma repetição histórica de doenças e mortes do passado.

Por causa dessa conjuntura, a coordenação do Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) de Parintins organizou uma força-tarefa que envolveu a Fundação de Vigilância Sanitária (FVS), a Polícia Militar (PM) e a Fundação Nacional do Índio (Funai). O propósito foi montar marcos de controle, por barreira sanitária de confinamento, para acesso e decesso a espaços dominiais de indígenas e quilombolas. Foram considerados os principais rios que interligam comunidades originárias e tradicionais no Baixo Amazonas. O lockdown territorial abrangeu igarapés e furos (braços pequenos de rios) do Andirá e do Marau. Com a atividade, iniciada em 13 de abril, pessoas que entram e saem desses ambientes passaram a ser monitoradas. Entre os municípios de Parintins e Barreirinha, PM e FVS montaram guarnições na aldeia Ponta Alegre, e em Maués, na aldeia São Benedito. As localidades foram consideradas pontos-chave para a proteção contra a covid-19, sobretudo porque quilombos margeiam aldeias, e vice-versa, e tudo é cercania comum de trânsito.

1. Versão estendida deste paper está publicada em Quarentenas Amazônicas - Vol 1.

O trabalho começou na segunda semana de abril, mas a utilização da sistemática, reconhecidamente eficaz por organizações mundiais, mesmo sendo criticada por negacionistas, não se deu sem a resistência dos comunitários amazônicos, reticentes ao lockdown e à presença de policiais e vigilantes sanitários. De acordo com o cabo Kildary Ferreira, a PM e a equipe de segurança do Dsei passaram a orientar e fiscalizar o fluxo de viagens, mercadorias e pessoas. Tem havido patrulha da Polícia Militar com armas e dez fiscais, em média, entre médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem.

A situação controversa de se compreender ocorre porque indígenas e quilombolas do Baixo Amazonas só presenciaram forças coercitivas do Estado nesse tipo de procedimento em duas fases históricas. Uma na resistência da Guerra dos Cabanos, de 1833 a 1839, quando perto de 40 mil amazônidas foram assassinados e feridos. Outra no começo do século XX, na luta de quilombolas e indígenas contra a exploração do “ciclo da borracha”, enfrentando jagunços, grileiros e milicianos de Itaituba/Pará.

São memórias dolorosas que, com a situação atual, vieram à tona. Todavia, tem sido feito trabalho de informação e esclarecimento, por parte do poder público e de membros das comunidades confinadas, dado que o momento histórico é outro e a razão da presença militar se deve à pandemia.

No que se refere a amparo em termos sanitários e alimentícios, a força-tarefa tenta atender às demandas, mas há o agravante de que medicamentos e itens nutricionais, durante o lockdown, passaram a ser de responsabilidade dos comunitários, algo que já foi alvo de ambiguidade na história recente de demarcações e leis de salvaguarda. Significa que as comunidades estão tendo de providenciar profilaxias próprias no âmbito da sua farmacopeia e da comida ancestral (farinha, macaxeira, biju, cará e peixe). Assim, o contexto está posto até que se providenciem melhores estratégias de entrega de remédios e alimentos, questões estas em discussão desde fim de abril.

A nosso ver, em se tratando de dois conjuntos de áreas de resguardo e preservação socioambiental (duas TIs e um espaço de marco afrodescendente), seria primordial que o Estado e o mercado se fizessem presentes para garantir a manutenção da legitimidade dos povos sobre seus territórios afetivos e de direito. Mas isso não tem ocorrido.

Sem a máquina estatal a auxiliar as bases proteicas e de sanidade psicofísica dos amazônidas, além da educacional, é claro, seja por falta de planejamento ou em razão de problemas estruturais históricos, que concorrem para certa fragilidade no Baixo Amazonas, resta aos próprios comunitários, por fim, encontrarem estratégias que lhes sejam favoráveis.

Para sociedades originárias e tradicionais do bioma, a continuidade do método de quarentena, mesmo sazonal, é o menos perigoso, haja vista a vulnerabilidade ao surto, a disfuncional resiliência em face ao lockdown efetivado na região e a necessidade de produzir para comer. Relaxar o isolamento seria desastroso. São, portanto, dimensões complexas a serem observadas. Sobre elas, o coletivo "De Olho Dos Ruralistas" identificou, inclusive, relatos atuais similares de restrições em modo de barramento territorial em áreas de pelo menos 25 etnias brasileiras, contando com as do Baixo Amazonas, o que remonta ao menos a 13 Estados do Brasil.

São ações realizadas por iniciativa de indígenas e quilombolas, além de colaboradores regionais ou locais, a exemplo do que ocorreu no ponto nadir leste amazonense, a mostrar com objetividade que distâncias na hiléia não são apenas geográficas, mas jurídicas, de cidadania e humanitária, e que, apesar disso, há diálogos intersetoriais.

O novo coronavírus acentuou uma realidade social dada, de domínio público, manifesta com agudez desde a redemocratização do país. Porém, destacamos o quanto foi alterada a reconfiguração das sociabilidades e das terras de influência em agrupamentos de ordem étnica e racial em meio à pandemia.

Não se trata de fazer ilações acerca de eventuais mudanças drásticas em marcos e lugares já homologados. Queremos chamar atenção para a valorização das pessoas, para a geração positiva de reposicionamentos domésticos e para o engajamento dos povos amazônicos. A crise sanitária na Amazônia profunda parece ter vindo como um ato de reinício comportamental.

A falta crônica de governança socioambiental no maior bioma de floresta úmida do mundo só incentiva a indiferença de megaempresários quanto a sofrimentos que povos nativos enfrentam. Nos últimos três anos, o índice de desmatamento praticamente dobrou na Amazônia, comparando-se igual série temporal para os anos de 2014-2016. O respeito a invisíveis e marginalizados da região, bem como suas complexidades e engendramentos específicos, deveria ser reforçado em meio à epidemia de SARS-coV-2.

Esperamos que a peste proporcione um novo arranque, um recomeço, a partir do qual o cuidado com o outro, de modo solidário, possa ser reconformado. É uma possibilidade em aberto. Certamente outros meios de se viver e relacionar entre as sociedades dominiais das florestanias andino-brasileiras necessitariam emergir nas terras baixas da América do Sul pós-crise. Seria a transformação em curso.

Nossa expectativa é que a desconsideração pelo valor da vida de originários e tradicionais, hoje crônica e criminosa, seja repensada ao longo do período que durar a contagem dos cadáveres que o vírus nos traz.

Georgio Ítalo Ferreira de Oliveira
Negro, historiador, doutorando em Sociedade e
Cultura na Amazônia pela Ufam. Professor.

Renan Albuquerque
Professor da Universidade Federal do Amazonas

Manaus, 3 de maio de 2020.

Viés racial, desigualdades e coronavírus

O combate a racismo estrutural e desigualdades raciais e sociais no Brasil tem sido investigado por institutos de pesquisa (IBGE, IPEA), universidades e movimento negro, bem como por formuladores de políticas públicas (diagnóstico e execução), que verificam ações práticas para sua redução. Entre as diversas formas de manifestação dessas desigualdades, a por cor/raça ocupa espaço central no debate brasileiro, mostrando que grandes diferenciais raciais marcam praticamente todos os campos da vida, seja no que diz respeito à renda, emprego, violência, educação, habitação ou saúde, entre outros.

Temos crescimento econômico, científico e tecnológico. Mas as desigualdades raciais e sociais continuam sendo uma marca da sociedade brasileira. Entende-se que essas situações de desigualdade decorrem das matrizes histórica, colonial e escravista. Não resta dúvida de que o longo período escravista e as estruturas social, política, econômica e cultural, estabelecidas no pós-abolição, deixaram cicatrizes e consequências desastrosas na evolução dos direitos integrantes da cidadania brasileira, que perduram até a contemporaneidade.

Reconhecer a existência dessa dimensão da desigualdade, que estrutura nossa sociedade e nosso Estado, é essencial para o enfrentamento. Reconhecer que o problema se manifesta e expressa em diferentes níveis, a partir de diversos mecanismos, é fundamental para avançarmos em direção a uma sociedade mais justa e igualitária.

A ausência reiterada do Estado, em vários casos, e a baixa qualidade de serviços e atendimentos prestados por instituições à população negra em geral, são sinais explícitos do racismo estrutural a partir do qual essas instituições operam historicamente. Desta feita, perguntamos: será que as ações em curso sobre desigualdades e o racismo no Brasil estão de fato sendo combatidos em nosso país?

Pesquisas sobre a história das mobilizações da população negra no país contribuem para que a sociedade brasileira seja reconhecida como uma sociedade na qual o racismo estrutural e as desigualdades raciais estão presentes. Aprende-se com Silvio Almeida[1] que nos debates sobre a questão racial são encontradas variadas definições de racismo, partindo dos seguintes critérios: relação entre racismo e subjetividade, relação entre racismo e Estado, relação entre racismo e economia. Segundo o autor, o racismo na concepção individualista seria "fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados", ou seria um mecanismo, uma "irracionalidade" a ser combatida no campo jurídico por meio da aplicação da lei.

Para Almeida, "a concepção individualista pode não admitir a existência de 'racismo', mas de preconceito, a fim de ressaltar a natureza psicológica do fenômeno em detrimento à natureza política". O racismo institucional não se resume a comportamentos individuais, "mas é tratado como resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça". Contudo, "o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo 'normal' com que se constituem relações políticas, econômicas, jurídicas e familiares, não sendo patologia social e nem desarranjo institucional. O racismo é estrutural".

Quando nosso olhar recaiu sobre a pandemia do novo coronavírus, observamos que o racismo estrutural atingiu a maioria da população negra e pobre, destinatária das consequências nefastas da pandemia. O debate que cruza as condições econômicas com a raça não dever ser invisibilizado e silenciado. A crise vem ampliando desigualdades raciais e sociais na contemporaneidade. Em particular, estudos estimam que, de cada dez trabalhadores no Brasil, oito se encontram em algum grau de risco de perda de renda e trabalho por conta da paralisação econômica gerada atualmente.

[1] ALMEIDA, Sílvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Polém, 2019.

Mulheres correm mais risco de perder emprego e renda porque estão mais presentes em setores não essenciais (fortemente afetados pela covid-19). Negros, com maiores vínculos empregatícios precários e informais, também estão em risco de desemprego. Grande parte das mulheres negras continua sendo bastante vulnerável. Trabalhadores informais são, homogeneamente, o segmento mais afetado no país, seguido de trabalhadores informais de serviços pessoais de beleza. Juntos, somam quase 6 milhões de pessoas, segundo dados da Pnad de 2019.

Acompanhamos a expansão da pandemia no Brasil. Hoje, 5 de maio, ao meio-dia, estão doentes 108.620 e morreram 7.367 no Brasil. Uma avaliação da semana anterior, de 26 de abril (boletim do Ministério da Saúde), indicava alta de negros (pretos ou pardos) entre pacientes internados ou mortos por covid-19. Os dados sinalizam que permanece a disparidade no percentual de infecções e mortes entre negros, o que é apontado por especialistas como indício possível de dificuldade no acesso a atendimento. Segundo números que consideram a variável raça/cor, pardos e pretos somavam 37,4% das hospitalizações e 45,2% das mortes[2].

Chama-nos atenção o que tangencia às favelas brasileiras. Citamos como exemplo as do Rio de Janeiro, segundo o IBGE, com cerca de 1,4 milhão de pessoas, representando 22,5% da população carioca. Significa que questões habitacional, econômica e social dificultam o isolamento na periferia. Ou seja, é impossível se adaptar à quarentena proposta pela OMS, já que habitações são próximas, com pouca ventilação e falta saneamento básico.

Apesar do avanço da covid-19 em periferias e comunidades carentes, além do perigo constante de contaminação e ausência acentuada do poder público, estão sendo criadas iniciativas por associações de moradores visando ações de combate à pandemia, somadas ao combate à subnotificação.

[2] gl.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/28/cresce-percentual-de-pretos-e-de-pardos-entre-internados-e-mortos-por-covid-19-apontam-dados-do-ministerio.ghtml

A falta de testes em massa nas comunidades/favelas e o atendimento precário da rede de saúde em boa parte da periferia revelam a face dramática das subnotificações[3], que concorrem para as mortes em casa, por exemplo. Contudo, a seguir, enfatizam-se algumas notas sobre dois países que tenho acompanhado de perto, para além do Brasil. São eles Portugal e Peru. Pesquiso relações étnico-raciais, no que tange à população negra do Rio de Janeiro e afro-peruana em Lima (Peru). O levantamento é no contexto universitário da produção de conhecimento sobre "raça" e [anti]racismo nas esferas de política [inter]nacional do governo e das universidades públicas, integrando o projeto Politics (2017-2022), da Universidade de Coimbra, Portugal. Desse modo, observo questões fundamentais para a compreensão do racismo na contemporaneidade e suas raízes históricas.

Em Portugal, reportagem do jornal O Público[4], intitulada “Novo coronavírus ainda não chegou à Cova da Moura, mas famílias já desesperam”, de 6 de abril, dá ênfase à Cova da Moura (Concelho da Amadora, Portugal). É observado que, devido ao encerramento das escolas como medida contra a pandemia, crianças da Cova da Moura foram para casa e sobrecarregaram suas famílias em nível da alimentação. Elas precisam ainda de acompanhamento para trabalhos escolares e nem sempre os pais podem auxiliar. Com isso, associações de bairro se organizam junto à comunidade de forma assistencial. Na Cova da Moura, há uma concentração de pessoas afrodescendentes e muitas trabalham no setor de serviços. Em Portugal, com informações do Ministério da Saúde[5], até 1 de maio focalizamos cerca de 25 mil casos confirmados e 989 óbitos por coronavírus. Vale dizer que no país lusitano não há recolha de dados étnico-raciais, o que impossibilita discussão sobre a pandemia no contexto da população afrodescendente no país.

[3] <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/04/subnotificacao-falta-de-informacao-e-condicoes-precarias-aumentam-drama-da-covid-19-nas-favelas-do-rio/>

[4] <https://www.publico.pt/2020/04/06/local/noticia/covid19-novo-coronavirus-nao-chegou-cova-moura-familias-ja-desesperam-1911153>

[5] <https://covid19.min-saude.pt/>

[6] <https://www.gob.pe/coronavirus>

Chamou-nos atenção, acerca da população afro-peruana, uma nota de organizações da sociedade civil, a exemplo do Centro de Desarrollo Etnico[7], cuja missão é contribuir para o fortalecimento da identidade étnico-cultural da comunidade afro-peruana. O Centro solicitou ao governo atenção à população negra, às pessoas em extrema pobreza, bem como aos povos indígenas. Foi pedida a elaboração de diretrizes específicas para eles. De acordo com o último censo étnico do Peru, a população autodeclarada afro-peruana é de 3,6%[8], o que faz com que, muitas vezes, a torne invisibilizada perante a sociedade.

No contexto brasileiro, a discussão também merece destaque: o debate sobre a saúde da população negra, considerando seus recortes. Como exemplo, temos relato de uma das participantes do Painel da Associação Brasileira de Saúde Coletiva[9] (Abrasco). "A escassez material é uma das principais condições do racismo que estrutura a vida das pessoas em situação de rua. Como chegar a elas e pedir para lavarem as mãos? A recomendação é máscara para todos. Todos quem?", indagou Joilda Nery, do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia.

Quando foram debatidos dados epidemiológicos e cor/raça, a pesquisadora Márcia Alves abordou a falta desse viés nos boletins. "Os boletins da covid-19 abordam a condição dos agravos apresentados por doenças crônicas sem detalhamentos em relação à perspectiva racial. Se olharmos índices de doenças cardíacas, diabetes ou doenças renais, encontramos desigualdade. Essas doenças, que acentuam a gravidade do coronavírus, são proeminentes na população negra", explicou Márcia Alves, da UFRJ, técnica da Secretaria de Estado de Saúde/RJ. Outro relato evidenciou o contexto das favelas, já explicitado neste texto. Nesse sentido, acrescenta-se ao debate o discurso de uma das participantes do evento.

[7] <http://www.dcimarron.org/index.php/politica/29-seccion-politica-d-cimarron-5>

[8] <https://www.inei.gob.pe>

[9] <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/saude-da-populacao/a-populacao-negra-nao-e-homogenea-tem-segmentos-expostos-a-diferentes-riscos-de-adoecimento-e-morte/46955/>

"É necessário parar de naturalizar o fato de que pessoas terão menos chances de se cuidar porque são pobres. É preciso lutar e criar condições para que todos possam se cuidar. Não é um olhar apenas de contenção do vírus. A pandemia nos dá oportunidade de perceber o quanto desigualdades sociais são um problema o tempo inteiro", apontou Denize Ornelas, médica e diretora da Sociedade Brasileira de Medicina da Família e Comunidade.

A pandemia assola diferentes grupos sociais, da elite aos vulneráveis: moradores de rua, de favelas e periferias, idosos, população negra, população cigana, povos indígenas, população prisional, entre tantos grupos minoritários. Sobre isso, compartilhamos as reflexões de Julvan Oliveira[10]: "historicamente, tragédias que atingem a humanidade têm peso maior sobre grupos vulneráveis. Na sociedade brasileira, especificamente, devido a nossa história marcada por uma herança escravista, em que alguns ainda se comportam e pensam dentro daquele modelo colonial, há que se pensar que a vulnerabilidade atinge especialmente negros, mulheres, homossexuais e transexuais, com uma carga muito maior quando são pobres".

Marcos Antonio Batista da Silva
Doutor em Psicologia Social pela PUC-SP. Pós-doutorado pelo
Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.
Integrante do projeto 725402 — POLITICS — ERC-2016-COG).

Coimbra, Portugal, 5 de maio de 2020.

[10]<https://www2.ufjf.br/noticias/2020/03/20/a-vulnerabilidade-atinge-especialmente-negros-e-pobres/>

Vanessa Pupys

Fecho os olhos
Te avisto no fundo da sala
Qual a cor do seu cabelo?
Tem as cores da alegria, da indignação, da luta, do amor

Abro os olhos
A saudade apertada, marca da ausência
De não te saber presente nos dias vindouros

Algumas pessoas, colocam o corpo e esquecem da alma
Outras, colocam a alma e esquecem do corpo
Nenhum dos dois casos te cabem,
Vanessa, presente, com corpo e alma!

Não conhecíamos essa sensação
De perder uma estudante para o vírus
Faremos chover lágrimas

Quando a tempestade passar
Te celebraremos, Vanessa
Por enquanto, fica a alegria do nosso encontro
Fica a tristeza da sua partida
Para o fim do início que mal começou
Como você diria: - Bem deusa (com todas as cores!).

Elisa Harumi Musha
Trabalhadora brasileira com descendência okinawana,
herdeira de muitas das lutas de nossas(os) antepassadas(os).
Doutoranda em Psicologia Social pela PUC-SP e
professora universitária na Faculdades Integradas de Ciências
Humanas, Saúde e Educação de Guarulhos (FG) e
na Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Boiçucanga, 27 de abril de 2020.

FASE 1 - VOLUME 5
(Publicado em 13/05/2020)

APRESENTAÇÃO

Porque os afetos tristes são sempre ruins à ação política

Dia 12/04, 5º boletim, nenhuma novidade na trama afetiva da semana passada. Ela continua sendo comandada pelo medo. Não poderia ser diferente. Continuamos vivenciando o aumento da força devastadora do coronavírus, alimentada por interesses espúrios do capital e do poder, que por sua vez alimentam a política perversa dos afetos, visando manter pessoas na ignorância - impedindo-as de terem ideias adequadas -, para sustentar inveja, ódio e ganância como motivadoras de ação.

Não adiantam recomendações e lives para motivar a alegria. O afeto não obedece a palavras de ordem. Ele exprime a simultaneidade e a atualidade do que se passa na mente e no corpo. Por isso, o medo mantém a liderança, adquirindo novos companheiros à medida que o combate à pandemia fica mais e mais distante. Alguma mudança na trama afetiva são as outras emoções tristes que se aliam ao presente, além da esperança, parceira constante (o medo alimenta a esperança e a esperança nos permite viver apesar do medo): ódio, raiva, inveja e saudade.

Cada um de nós está sujeito a várias paixões contraditórias, que flutuam e se chocam, por isso, afirma Vigotski, "o psiquismo tem que ser analisado como drama", o que é saudável.

O problema está na cristalização de uma delas [as paixões] e sua ascendência sobre as demais. Nesse caso, o afeto torna-se dominado por uma única ideia[1], como o avarento que não pensa em outra coisa senão no lucro ou como o que odeia, dominado pela obsessiva ideia de vingança.

[1] Muitas vezes enumerado como doença.

Paixões que se reduzem ao ódio ou se originam dele (inveja, raiva, vingança) são más e tudo o que desejam é torpe e injusto, pois se direcionam à destruição da alegria alheia, canalizando nossa potência à fuga da morte, para sobreviver, em lugar da busca pela vida. O invejoso se deleita com a impotência ou o sofrimento do outro, diz Spinoza (E III, Def. 23). Outra paixão triste não derivada do ódio, mas igualmente ruim, é a melancolia ético-política, caracterizada pela insatisfação consigo mesmo. É um desejo de potência negativo, manifesto como ansiedade, depressão, suicídio ou pânico.

A saudade foi muito citada na última semana, talvez pelo Dia das Mães, quando tantas mulheres não puderam abraçar seus filhos e estes não puderam visitá-las, trazendo um questionamento: por que sentimos saudades, mesmo vendo e falando com pessoas queridas por meio de uma tela, como reflete Flávia em seu texto? Como remédio das paixões tristes, o que tem sido mais receitado desde o início da pandemia é a felicidade e o amor, ou melhor, o dever de ser feliz e de amar. Remédios, que não são novos, constituem a política afetiva do neoliberalismo, denunciada por Lipovetsky como triunfo da psicologização e da afetivação das relações, a serviço do individualismo e do consumismo. Tanto que Lipovetsky, em seu livro "Liberdade Paradoxal", ironicamente alertava em 2008 sobre o amor como uma relação com a casa, lugar onde ele passava cada vez mais tempo (15 horas em média por dia, para os dias ativos, e 20 horas para os inativos). Na pandemia, o confinamento nas casas é de 24 horas para grande parte das pessoas, o que pode acentuar esse amor pela materialidade, levando-as a investirem mais tempo e dinheiro no embelezamento da casa do que na busca de bons encontros.

Recentemente, as recomendações que mais se ouvem são: "tem que acreditar", "vai passar". Mas acreditar em quem e no que? Como confiar quando a novidade da semana foi a obrigatoriedade da máscara, após sua necessidade ter sido negada para camuflar o fato de que não havia quantidade suficiente delas para todos? Disseram também que testes para detecção da covid-19 são inúteis apenas para negar o fato de que também não tínhamos testes para todos.

Como ter confiança no isolamento quando o chefe da nação circula em meio a aglomerações, anda de jet ski e promete churrasco para mais de 100 pessoas? Ou quando o dinheiro já curto para a compra de respiradores é apropriado por negociatas fraudulentas, ou ainda quando os interesses do comércio se sobrepõem ao direito à vida? Agora mesmo, dia 10/05, ao finalizar este boletim, ouço uma carreata em favor da abertura do comércio.

Lembrando mais uma vez que, na perspectiva teórica deste boletim, afetos não são estados psicológicos, mas práticas ético-políticas. Portanto, é plausível hipotetizar que no contexto de desconfiança e ideias inadequadas, a recomendação para "acreditar que tudo vai passar" nos torne dependente da "esperança de esperar", fatalista.

Spinoza ensina que não há esperança sem temor (E III, prop. 47). Assim, temos que nos tornar menos dependentes da esperança, o que significa livrar-nos do temor, buscando ideias adequadas para dirigir nossas ações ao futuro. Caso contrário, a esperança se torna fantasia distópica a criar um mundo que não tem nada de novo.

Desculpe, leitor, mas reafirmamos aqui algo já dito no boletim anterior, que a esperança/utopia é uma EMERGÊNCIA HUMANA trazida pela pandemia. A reafirmação não significa desconsiderar outras emergências humanas, remetendo a alegria ao futuro e deixando apenas sacrifícios no presente.

"Com efeito, em que é mais nobre extinguir a fome e a sede, do que afugentar a melancolia? [...] É, pois, do homem sábio fazer uso das coisas e com elas deleitar-se (sem ir à saciedade, o que já não é mais deleitar-se) [...] recrear-se pelos perfumes, pela amenidade das plantas verdejantes, pelo ornato, pela música, pelos jogos que exercitam o corpo, os espetáculos e outras coisas que todos podem usar sem dano a outrem" (E IV, prop. 45, esc. 2).

Significa que pequenas alegrias e prazeres são importantes, mas não o suficiente para abalar estruturas da vida cotidiana e reordenar nossa experiência.

É preciso entender nossos afetos sem escamoteá-los ou submetê-los ao prisma da política dos afetos, e ainda nos unir a outros para fortalecer a potência singular e coletiva para pensar, desejar, acreditar e agir por um mundo em que novos vírus não nos aprisionem, com a colaboração de pessoas das paixões tristes.

Os escritos que compõem este boletim analisam formas e contextos diferentes de busca por bons encontros através da tela e dos obstáculos enfrentados.

A poesia de Elisa nos relembra a adormecida revolta que silenciosa se esconde pelas casas. O texto de Karina apresenta o drama, a luta e a força dos coletivos da periferia para resistir às mortes impostas pela "doença de rico que mata o pobre".

O terceiro reflete sobre o riso e os memes. Rimos do que? Juliana vai buscar uma pouco lembrada reflexão spinozista, a ideia do "riso ético" como alegria pelo conhecimento no encontro com o outro, que o filósofo holandês contrapõe ao escárnio.

No quarto texto, Flávia pergunta: qual a potência dos encontros vivenciados através das telas? Por que sentimos saudades, mesmo vendo e falando com pessoas queridas por meio de aparelhos eletrônicos? Ela nos lembra de outras formas de comunicação a distância, como as missivas que Spinoza escrevia em abundância a amigos, bem como as "Sete Cartas a Espinosa", escritas por Nise da Silveira. Pinça da Carta IV uma reflexão importante: "os homens não variam muito na maneira de se comportar, o que varia é a capacidade de observá-los por dentro" (SILVEIRA, Carta IV, p. 67). Será que essa capacidade fica mais nublada com a mediação da "tela"?

O 5º boletim é finalizado com dois depoimentos. Um de Giseli, que reflete justamente uma questão posta por Nise: podemos observar as pessoas por dentro na avaliação on-line? A psicóloga narra preocupações com a elaboração de avaliações com crianças e adolescentes em situações judicializadas.

Ela questiona se as avaliações não poderão ter menos qualidade técnica e menor compreensão acerca dos conflitos existentes na situação, estando crianças e adolescentes em suas casas, muitas vezes no exato local do conflito.

O último depoimento é do indígena Tuyuka Justino Rezende. Ele nos informa que seus ancestrais sempre souberam do poder do isolamento no combate a males. "Com os seus sentidos apurados [...], ao ouvirem que se aproximava uma doença forte, levavam a aldeia para um lugar bem longe [...], até ela passar [...]. Só que agora, que os brancos decidem isto, não tem para onde fugir".

Como mensagem final nesta quinta e última parte de nossa "Fase 1" das avaliações sobre a pandemia, desejamos que, além das máscaras necessárias à proteção contra o coronavírus, nossos rostos possam se iluminar com o riso ético spinozista, nos protegendo das paixões políticas tristes.

Bader B. Sawaia
Profa. Titular da PUC-SP. Docente Permanente
do Programa de Estudos Pós-Graduados em
Psicologia Social. Líder do NEXIN.

Revolta

Por falar em ti, onde andas, amiga?
Espera, há passos vindo
Escuta, há passos atravessando as ruas
Enxerga, as pessoas amontoadas

Os homens já correram muito
As mulheres lutam com seus corpos
Há homens em corpos de mulheres

Vós que sempre aglutineis corpos, muitos corpos
Vós que tens o poder de olhares temerosos
Vós que és esperança

Nós, que vomitamos tédio
Nós, que agimos como crianças mimadas
E, ora como adultos sem pais

A responsabilidade está tímida
O presente já desencantou há tempos
O tempo virou moeda de troca

Amiga, ainda virá nos visitar?
Deixem a porta aberta, sacudam a poeira da chaleira
Quando o apito tocar, nós saberemos
Nos rebelaremos.

Pelo amor a nosotros. Nos rebelaremos!

Elisa Harumi Musha
Trabalhadora brasileira com descendência okinawana,
herdeira de muitas das lutas de nossas(os) antepassadas(os).
Doutoranda em Psicologia Social pela PUC-SP e professora
universitária na Faculdades Integradas de Ciências
Humanas, Saúde e Educação de Guarulhos (FG) e na
Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Boiçucanga, 20 de abril de 2020.

ColetiVIDAdeS em tempos de pandemia

Sim, o coronavírus chegou nas quebradas! Foi num retorno de viagem da gringa, de longas horas de avião até chegar ao Brasil, que o vírus se propagou. Dos bairros de boy, a viagem prosseguiu de ônibus, metrô, trem, atravessou praças, becos e vielas, caminhadas, até chegar às periferias do país. Mas, o que os moradores das periferias estão pensando sobre isso?



A doença de rico também tem deixado doente e levado à morte gente pobre. Não são só pessoas de grupos de risco que são infectadas, estão morrendo ou vão morrer. A covid-19 matou e continua matando crianças, jovens, homens e mulheres, idosos, pessoas brancas, negras e indígenas. Atinge a todos. Os atravessamentos de classe, raça e gênero demarcam quem deve viver ou não, e é na periferia que o projeto de genocídio continua. Oração não imuniza e cachaça não cura, inclusive segundo o 3º Levantamento Nacional Sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira, divulgado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz, 2017), o álcool é a substância mais associada, direta ou indiretamente, a danos à saúde que levam à morte.

Dias nascem, velhos ares sufocam e dá-se a falta ar pra muita gente. A falta de ar causada pela covid-19 vem somada a condições precárias de abastecimento de água, saneamento básico, coleta de lixo, habitação, urbanização, transporte público, trabalho, atenção à saúde e segurança. E a periferia segue sangrando todos os dias. São lutos constantes e por vezes impedidos de serem vivenciados.

A vida de alguém preto, índio ou pobre é invalidada muito antes de morrer. Já no nascimento, são associados a "bandidos", "criminosos" e "drogados". São corpos sem valor. Mesmo na finitude, seja por doenças que assolam periferias - como dengue, tuberculose, anemia ou hepatite -, ou mesmo mortes assassinadas, não existe o reconhecimento de que ali há uma perda a ser lamentada e chorada. A partir da covid-19, outras famílias distantes dessa realidade têm experienciado a dor, a angústia, o medo, a despedida ou sua impossibilidade dela pelo caixão fechado, o lacre do esquife, os lutos coletivos.

Dos lutos coletivos, muito antes do coronavírus já nasciam lutas coletivas. Lutar é a palavra que acompanha a vida e também a morte em um tempo que não se tem para perder. Nesses caminhos mortíferos, o primeiro desafio é manter-se vivo, é manter a relação com a possibilidade do viver. É tecer uma produção de cuidados e práticas de enfrentamento à recusa da morte, com informação, máscara, água, sabão, estratégia de redução de danos e o que mais for possível.

Assim, compartilho com vocês a experiência do coletivo que faço parte.

O "215 REC" é um coletivo político-cultural formado por sujeitos periféricos moradores da cidade de Assis/SP. A principal atividade organizada por nós é a Batalha do Velho Oeste (BVO), uma ação que engloba diversas outras, direcionada à periferia do interior paulista, sobretudo a moradores da região centro-oeste do Estado. O coletivo atua no enfrentamento a encarceramento e genocídio de jovens por meio da interação e integração das expressões políticas e artísticas da cultura de rua.

O trabalho é voltado a articulações de batalhas de improvisação de rimas (freestyle), apresentações de grupos de rap, break dance, DJs e beatmakers (minuto sample), além de artes visuais (grafite), plásticas e circenses, produção audiovisual, Slam Quilombo XXI e teatro. Como possibilidade de construir um espaço intergeracional de convivência comunitária e familiar, foi desenvolvido o "Espaço das Crianças", onde se pensa na produção de cuidados em saúde e na ampliação do diálogo sobre drogas e sexualidades.

O coletivo também desenvolve o Restaurante Urbano Alternativo (RUA), que vende alimentos e bebidas para a manutenção de custos e aquecimento da economia periférica. Além disso, realizamos formações políticas e culturais por meio de workshops, oficinas, cine-debates, rodas de conversas e distribuição de livros.

É um coletivo que se propõe a ocupar a rua, construir atividades da periferia no centro da cidade, tecer encontros políticos e culturais permeados por experimentações coletivas e fazer aglomerações das 4i20 até a hora da polícia expulsar. Com a covid-19, tudo precisou mudar e tivemos que nos reinventar a partir de outras estratégias de redução de danos no enfrentamento e para além das grades e balas.

Entendemos que não será em meses que conseguiremos garantir as pessoas nas suas casas, em isolamento, na quarentena. Até porque não existe equidade nas condições de vida e acesso a políticas públicas e emergenciais de cuidado.

Outro ponto é que as casas são lugares onde vivem famílias numerosas, em pequenos cômodos. Nelas, temos um espaço principalmente para comer e dormir, e a rua se transpõe como espaço de convivências, encontros e criações. É o nosso quintal.

Por meio do Coletivo, discutindo com e para essa juventude, chegamos a alguns eixos importantes para viralizar ações de cuidado que minimizem o risco de adoecimentos e mortes.

Muitos coletivos do Brasil começaram a produzir materiais digitais de redução de danos e democratizar vídeos informativos que compartilhamos pelas redes sociais. Isso permitiu acesso filtrado sobre informações sérias a respeito do corona e como podemos cuidar de nós mesmos e dos nossos (<https://www.youtube.com/watch?v=U5VmreaWoEY>).

Desde a impossibilidade de isolamento, principalmente para aqueles que trancam e ainda para aqueles que estão com dificuldades de se isolar, recomendamos um "salve" na voz (via youtube), e que sejam evitados contatos físicos e se mantenham distâncias seguras, além do uso de máscaras.

Criamos uma campanha de arrecadação de tecidos para a fabricação de máscaras estilizadas, com estampas que atraem a juventude, e estas foram distribuídas gratuitamente. Discutimos sobre o improviso da rima e da vida. Então, quem não pode comprar álcool em gel, dá pra improvisar e colocar numa garrafa água com detergente. Há a possibilidade de rotear a internet com os amigos. Damos sugestões de entretenimento em casa, além de incentivarmos à continuidade de produções artísticas voltadas ao momento que estamos vivendo.

Além disso, disponibilizamos informações sobre redução de danos e uso de substâncias psicoativas na quarentena, sobre violência doméstica e redes de apoio, e ainda divulgamos o trabalho de psicólogos que fazem atendimentos gratuitos e on-line.

A partir das conversas on-line, permeadas por falhas de conexão, entendemos a importância de lutarmos por internet gratuita a todos, bem como pela defesa e pelo fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Entendemos ainda como importante a garantia da renda básica (projeto renda mínima), da redução no preço do gás e dos alimentos, bem como a isenção das contas de água e luz. Enfim, por meio dos coletivos tem sido fundamental tensionar instâncias do poder público, que somente se importam com a economia. Ademais, em via de mão dupla, devemos continuar as ações de combate à necropolítica.

A importância das vidas está nas ações construídas pelas coletiVIDADEs, que teimam em viver e fomentar projetos de sociedade que impliquem não no extermínio de pessoas, mas sim no fim das desigualdades.

Em um momento onde a falta de ar é um dos sintomas da covid-19, e estamos sem respiradores, sem testes ou vacina, somente coletivamente poderemos ganhar fôlego para os próximos dias de luta e construir estratégias para continuarmos vivos.

Como diz MV Bill, em sua música "Quarentena", "[...] uma realidade nova que se impôs, afastamento agora e abraçar depois...".

Karina Scaramboni
Graduada em Psicologia pela UNESP/Assis e mestra em
Psicologia Social pela PUC-SP. Produtora cultural
e redutora de danos pelo Coletivo 215 REC.

Assis, 06 de maio de 2020.

Em busca do riso ético perdido

Por que se multiplicam os memes durante a pandemia? Por que rimos?

Desde o início do confinamento recebemos em nossas redes sociais chuvas de memes (imagens, vídeos e gifs) sobre o tédio; sobre a convivência em casa, o pronunciamento de políticos e celebridades; sobre o que fazer na quarentena; sobre o isolamento, os cuidados e as promessas para o pós-quarentena.

Muitas pessoas buscam o humor na desigualdade social, com ironias finas sobre pessoas que sempre tiveram empregadas domésticas e agora descobrem os "encantos do trabalho doméstico" como momentos para se pensar na vida, tal como um "perrengue chique". Outras tantas o fazem explorando a tragédia.

À medida que o vírus foi se espalhando pelo mundo, algumas pessoas assustadas começaram a se manifestar em suas redes sociais, como a rapper estadunidense CardiB, que ao pronunciar o nome do vírus em sua língua "coronavairus" causou frenesi nos brasileiros e "viralizou" em um bregafunk. Ainda se ria pela contaminação da música, do conforto que ela produzia aos ouvidos, mesmo que sem sentido algum ante a triste realidade. Conforme o número de mortes aumentava, também aumentavam as diversas versões do meme do caixão "fique em casa ou dance conosco" - vídeo da cerimônia fúnebre com música eletrônica e dança, originalmente realizada na República do Gana -, como um alerta para aqueles que não respeitavam o isolamento.

Mas o hit brasileiro estreado no início da quarentena pela cantora e aspirante a BBB, Inês Brasil, nunca fez tanto sentido como nessas últimas semanas: "não tem coronavírus porque o nosso Deus tem poder contra todos os vírus". A letra soa como um mantra aos ouvidos daqueles que, com "histórico de atleta", seguem pelas ruas implorando por uma intervenção do messias para salvá-los da crise econômica.

Ao ser questionado por jornalistas sobre o aumento do número de mortos, o presidente do país, que "não é coveiro", relata que "sempre esteve preocupado com a vida, que nunca deixou de se preocupar com isso". Ele afirma que pouco importa se "alguns vão morrer, ué? E daí? É só uma gripezinha!". Desde que não sejam os cidadãos de bem que defendem a nação nas "manifestações espontâneas em frente ao palácio em prol da democracia", os demais brasileiros podem contar com os R\$ 600,00 para protegê-los do vírus.

A jornada pandêmica em nosso país é dupla: a primeira contra o vírus que nos tira o ar e, a segunda, contra outro vírus que nos tira do sério, a crise no governo. E nos convoca a rir de nossa situação. O que seria de nós, brasileiros, sem o riso em momentos tão assombrosos como esse? Spinoza, filósofo inspirador desta escrita, distingue o riso do escárnio, sendo que o primeiro "tal como a brincadeira, é pura alegria e, portanto, desde que não seja excessivo, é, por si, bom" (E IV, Prop. 45, esc. 2). Já o segundo, surge dos afetos de ódio e por isso é mau.

"O escárnio é uma alegria que surge por imaginarmos que há algo que desprezamos na coisa que odiamos" (E III, def. 11). Esse riso mau é uma paixão alegre que vem daquele que se sente impotente diante de determinadas situações e acredita que, para alegrar-se, é necessário humilhar o outro. Esse riso, carregado de preconceitos, se contenta com as lágrimas do outro, pois "quem imagina que aquilo que odeia é destruído se alegrará" (E III, prop. 20). Portanto, o riso oriundo dos afetos tristes não pode ser bom. Por estar submetido ao afeto de ódio, não permite que se alcancem ideias adequadas (ou ideias boas). Logo, é um riso solitário, que inveja e se contenta com a impotência desse outro.

O riso bom, ou riso ético, nomeado por Deleuze, é capaz de contagiar o outro por meio do afeto da alegria. Em um bom encontro com o outro, nos tornamos capazes de aumentar a potência. O riso é bom justamente por ser compreendido pelas ideias adequadas daquilo que nos afeta, pelas afecções que nos lançam para a ação em busca de perseverarmos em nossa existência. Esta é a afirmação da vida, que se alegra pela descoberta, pelo conhecimento daquilo que pode nos manter vivos e, portanto, felizes.

O riso dentre seus múltiplos aspectos evidencia os modos de vida, critica os valores de uma sociedade, desvela as nuances da desigualdade, questiona a ordem e o poder. Seu efeito é contagiante, tal como o vírus, mas, ao contrário do corona, ninguém morre de rir. É preciso estar atento sobre o que se ri, pois podemos pelo ódio paralisar na servidão, ou pela alegria nos mobilizar no contentamento com o outro.

Spinoza relembra que, para manter os corpos sob o comando de um tirano, é necessária a tristeza, pois submetidas a afetos tristes as pessoas não são capazes de agir pela sua própria razão. Pelo contrário, reagem por afecções de seus corpos, sem compreenderem suas causas. Portanto, o riso ético, vindo dos bons encontros, é uma arma potente de alegria, capaz de ser resistência diante das mazelas do poder ao desnudar o seu ridículo.

As máscaras que nos protegem nas ruas, portanto, também bloqueiam nosso riso, mas talvez os memes nos conduzam às alegrias que nossos corpos desejam em ato, mesmo que isolados.

Juliana Berezoschi
Graduada em Psicologia pela FURB (Blumenau/SC).
Mestra e doutoranda em Psicologia Social pela PUC-SP.
É integrante do grupo de pesquisa Nexin.

São Paulo, 10 de maio de 2020.

“Até quando pudermos nos abraçar”:
o re-encontro pós-pandemia

Nos tempos de Spinoza, as tecnologias de comunicação não se assemelhavam em nada com o que temos nos dias atuais, em que emails chegam rapidamente e conversas podem acontecer a distância, através das telas. Mesmo assim, o filósofo, na época, mantinha fluxo de correspondência com diversos pensadores e, por cartas, debatia suas ideias e fazia reflexões. Admiradora de Spinoza, Nise da Silveira escreve sete belas missivas para o filósofo em sua obra "Cartas a Spinoza". Em um diálogo constante, reflete sobre a teoria, traz informações sobre o holandês e faz reflexões sobre a realidade brasileira. Entre seus escritos ao filósofo, a autora destaca: “[...] Os homens, em toda parte e em todos os tempos, não variam muito na maneira de se comportarem. O que varia é a capacidade de observá-los por dentro” (Silveira, Carta IV, p. 67). A partir da reflexão de Nise, fica uma questão relacionada a como observar o sujeito por dentro em um tempo de tantas telas em frente aos corpos. Quiçá em tempos pandêmicos, em que a distância entre os corpos é tão grande, como fazê-lo?

Em alguns dias, a vida de muitos foi impossibilitada do movimento e restringida para uma vida de telas - aulas mudaram para plataformas on-line, cafés com amigos nas padarias se tornaram café na casa de cada um com uma tela em frente ao rosto, conversas em bares também se transformaram para o formato on-line, sem falar do trabalho que agora é "home office". A vida como conhecíamos [antes da peste] é hoje uma vida que estamos reaprendendo a viver [em meio à peste], com diversas dicas de profissionais que assim frisam: "continue a sua rotina", "não fique de pijama o dia todo", "siga horários". São diversos ditames do que fazer e como viver em tempos de pandemia. Por sinal, duas palavras tão mencionadas nas últimas semanas, "pandemia" e "videochamada", eram um par até então desconhecido.

Com as medidas de isolamento social sendo uma das formas de combate à covid-19, algo de mais humano também foi cerceado, o encontro entre os corpos. Fomos privados da potência do encontro. Há quanto tempo que não abraçamos? Quanto tempo que não sentimos o outro?

Esse tempo não há como ser contabilizado, pois, como afirma Spinoza em sua Carta XII, tanto o tempo como o número e a medida são auxiliares da imaginação.

Para o filósofo holandês, o corpo existe como o sentimento (E II, Prop 13, Cor) e por isso cada qual sente o impacto da ausência dos encontros em sua vida, afinal esses podem aumentar ou diminuir a nossa conatus, ou seja, nossa potência (E III, Postulados). Talvez, além de tantas funcionalidades, é para expandir a nossa potência que as tecnologias têm sido tão utilizadas em tempos de pandemia. Procurando os bons encontros, estamos descobrindo diversas plataformas on-line para fazermos videochamadas com amigos e familiares. Mas qual a potência dos encontros vivenciados através das telas? Comentando Spinoza, Marilena Chauí (1995) argumenta que nosso corpo é memorioso e imaginante. Guardamos as marcas das nossas afecções na carne e, por isso, ao nos esforçarmos para perseverar na existência podemos recordar - ato muito presente em tempos de crise sanitária. Recordamos dos amigos, recordamos das alegrias e recordamos do carinho. Recordamos!

Há memórias que de tão resistentes
Conseguiram manter fotografado
Uma fonte de luzes do passado
(Zé Ramalho - Martelo dos 30 anos)

Quantos planos pós-pandemia fazemos a partir de tantas recordações em tempos de pandemia? Quantos serão os (re)encontros que planejamos ter? E, por isso, um dos afetos presentes, talvez após semanas de isolamento, seja a saudade. Esse afeto, que já foi motivo de inúmeros poemas e músicas, agora toma nossos corpos. Quem sabe as telas, nesse caso, sejam o paliativo à saudade.

Para Spinoza (E III, Def dos Afetos), a saudade é o desejo por desfrutar de algo que é intensificado pela recordação disso e, ao mesmo tempo, refreado pela recordação de outras questões que excluem a existência dessa. Parafraseando o filósofo e trazendo uma reflexão: desejamos encontrar alguém e, ao mesmo tempo, recordamos dos encontros vividos, porém o desejo é refreado pela situação da pandemia.

Apesar da função paliativa, uma pergunta surge nessa realidade: a vida on-line supera a vida encarnada? O sujeito se esforça para perseverar na existência, em qualquer momento dessa, seja em tempos de pandemia ou não, e isso está intimamente ligado ao viver bem, pois "com efeito, o desejo de viver feliz ou de viver e agir bem, etc. é a própria essência do homem, isto é, o esforço pelo qual cada um se esforça por conservar o seu ser" (E IV, Prop. 21, Dem).

Essa característica faz toda a diferença, pois em uma materialidade tão inóspita como a que estamos vivendo, de tantas incertezas e inseguranças, a potência do encontro possui uma especificidade, a saudade, que está junto ao medo e ao sopro da esperança. Nesse caso, temos a saudade/medo, porque posso não ter mais o encontro desejado, e a saudade/esperança, porque a cada sinal de que a pandemia vai acabar concretizo a possibilidade do encontro desejado e recordado. Teremos saudade dos encontros durante o surto viral?

Nesse sentido, o encontro pós-pandemia, ou seja o (re)encontro, já está repleto de afetos alegres antes mesmo de acontecer, pois em seu (pré)encontro já está o recordar, a saudade e principalmente a potência do encontro encarnado que nos mostra que "tudo sairá bem", ou melhor, que "tudo ficou bem". O (re)encontro pós-pandemia é sinônimo de que essa realidade impossibilitadora de encontros encarnados se encerrou, que a esperança se tornou segurança (E III, Def, dos Afetos) e o recordar não é mais necessário, pois é possível vivenciar a potência dos bons encontros na carne novamente.

Retomando a reflexão de Nise da Silveira, nos questionamos: como olhar por dentro o sujeito da pandemia? A condição tão inóspita do isolamento nos mostra outras facetas dos sujeitos, outros "dentros" que talvez não conhecíamos até então. Os tempos mudaram. O que você fará quando a covid-19 se tornar um recordar? Quem você irá (re)encontrar? Galeano relata, no seu "Livro dos Abraços", um reencontro após o nevoeiro da ditadura militar:

En aquella ciudad de trece millones de habitantes, el negro Emilio había llegado hasta esa esquina, por pura casualidad, o como se llame eso, Y estaba en aquel preciso lugar en el instante preciso. Nos abrazamos bailando, y después de mucho abrazo Emilio me contó que hacía dos semanas que venía soñando que yo volvía, noche tras noche, y que ahora no lo podía creer. Y no lo creyó. Esa noche me llamó por teléfono al hotel y me preguntó si yo no era sueño o borrachera (Galeano, 2006. p. 76).

Que em breve possamos nos abraçar e dançar juntos embalados por afetos de alegria, tendo a certeza de que não é mais um sonho dos tempos da pandemia.

Flávia Roberta Busarello

Doutoranda em Psicologia Social pela PUC-SP, realiza período sanduíche na Universidad de Salamanca/Espanha em tempos da pandemia, com financiamento da CAPES/PDSE/2019.

Trabalha com pesquisa ação-participante e acredita em uma psicologia para a transformação social.

Salamanca, Espanha, 03 de maio de 2020.

Os problemas da avaliação psicológica on-line em situações judicializadas

Estávamos no nosso ritmo normal de trabalho, tendo conhecimento pelos jornais de que em um lugar distante estava ocorrendo uma epidemia da covid-19, quando fomos surpreendidos pela determinação de que seriam suspensos os atendimentos à população e depois informados de que passaríamos a trabalhar em casa. Diante disso, os atendimentos presenciais a crianças, adolescentes e seus responsáveis ficaram interrompidos.

Conforme os dias vão se passando, vamos tomando a dimensão do que é estar em uma pandemia. É como se estivéssemos passando na faixa de pedestres, em uma esquina, e de repente viesse um caminhão e jogasse toda sua força em cima do nosso corpo. Passados mais de 30 dias de isolamento social e trabalho em casa, começou-se uma discussão sobre a possibilidade de fazermos avaliações psicológicas on-line, nas lides judiciais - disputas de guarda, regulamentação de visitas, destituição do poder familiar, violência doméstica, depoimento especial, situações envolvendo idosos e pessoas com deficiência.

Diante dessa nova situação imposta pela realidade, começamos a questionar as implicações de fazermos tais avaliações em situações que envolvem a Justiça. Tarefa que não podemos nos furtar, uma vez que não podemos perder a capacidade de pensar mesmo nas situações mais dramáticas de nossas vidas, mesmo que haja um lobo, ou um vírus, à espreita na nossa porta.

Começamos a nos deparar com o fato de que não estamos preparados para tal tarefa, visto que recebemos formação científica e técnica para atendimentos presenciais, somado ao fato de que não existem estudos científicos que possam embasar avaliações psicológicas a distância em situações judicializadas. Nosso Código de Ética alerta para assumirmos funções às quais estejamos preparados pessoal, teórica e tecnicamente.

Importante refletirmos que as avaliações on-line terão menos qualidade técnica e menor compreensão dos conflitos existentes da situação em questão. Então elas podem reduzir direitos de seus avaliados, pois uma avaliação pode induzir a quem for tomar a decisão nos processos judiciais ao erro. E isso prejudicará e poderá colocar os envolvidos em risco.

Do ponto de vista do direito da criança e do adolescente, não é o esperado que estes fiquem sem uma avaliação psicológica nos processos judiciais. Entretanto, crianças e adolescentes têm o direito de serem ouvidos em ambientes protegidos, sem interferências. Mas como garantir isso estando a criança e o adolescente em suas casas, muitas vezes o local do conflito?

Outra problemática é a falta de acesso da população atendida aos meios tecnológicos de comunicação. Muitos não dispõem de celular, computador, internet ou, ainda, um lugar protegido de interferências em sua casa para que possam conversar com um técnico que fará a avaliação a qual, possivelmente, interferirá nos rumos de suas vidas. A pandemia desvela a desigualdade social e tecnológica que assola nosso país.

Sabemos que avaliações psicológicas em ações judiciais trazem sofrimento emocional para crianças e adolescentes, uma vez que os colocam em contato com uma situação difícil vivenciada com suas famílias. Além de medo, há a insegurança do que virá como resultado da avaliação. Assim, avaliar indivíduos em uma situação de pandemia seria um estressor a mais em um momento em que também estão com medo, por suas vidas e de seus familiares. Diante disso, a avaliação não contribuirá para aliviar o sofrimento, mas fragilizará ainda mais essas pessoas. Isso somado ao fato que, em uma avaliação on-line, teríamos menos instrumentos para acolher e contribuir para que os avaliados signifiquem o que estão vivendo.

Outro fator que fragiliza a avaliação psicológica nesse contexto é que serviços de atendimento a crianças, adolescentes e familiares, que formam a rede de proteção, não funcionam com igual regularidade, visto que o cenário sanitário impõem restrições.

Por trás de um pedido para que façamos avaliação psicológica on-line nas questões relacionadas à Justiça, há a preocupação da proteção de crianças e adolescentes. Mas também não podemos nos furtar de pensar nesse momento histórico e cultural de imediatismo e fragilização das condições de trabalho. Assim, o atendimento on-line é consequência de uma necessidade premente que a avaliação psicológica, por lidar com subjetividades, não responde. Caso ela seja forçada a acontecer, pode causar mais danos do que benefícios à população atendida, que já se encontra fragilizada nesse momento.

Enfim, é preciso buscar ideias adequadas, como salientou Spinoza, e não se furtar de pensar que é uma capacidade humana a que pode estar arrefecida no momento, principalmente quando nos deparamos com o fato de que o mundo que tínhamos deixou de existir.

Guimarães Rosa, na fala de Augusto Matraga, nos ensina que "a vida é um dia de capina com sol quente". Mas não se engane. No Brasil da desigualdade social esse sol é mais forte para alguns e, em tempos de covid-19, a classe social passa a definir quem vive e morre.

Giseli F. Assoni
Mestranda no Programa de Psicologia Social da Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Psicóloga
e trabalhadora da área jurídica.

Limeira, 09 de maio de 2015.

Coronavírus me faz lembrar!

Eu nasci distante da cidade, no onça-igarapé.

O meu pai, quando ouvia dizer que estava se aproximando uma doença forte, nos levava para um lugar mais isolado ainda. Lá passávamos o tempo necessário para que chegasse até nós outra notícia: "já passou a doença".

Não tínhamos médicos, enfermeiros ou enfermeiras para cuidar de nossa saúde. Mas estávamos acompanhados, no dia a dia, por nossos avós sábios, que faziam suas cerimônias de proteção utilizando o breu branco, que servia para a defumação do ambiente, das pessoas e dos outros seres de estimação.

Diariamente, um grupo de sábios ia fumando os seus cigarros e conversava sobre o que tinha visto em seus sonhos. Eles diziam que a fórmula de proteção havia sido criada em suas meditações noturnas. Cada sábio apresentava alguma solução.

Com os seus sentidos apurados, desviavam a rota das doenças para que não chegassem até nós. Com as forças cerimoniais, inutilizavam a agressividade dos seres das doenças.

Imaginando que eles [os males que nos atacavam] tivessem dentes, quebravam seus dentes para não nos morderem e transmitirem as doenças.

Imaginando que poderiam transmitir as doenças lambendo-nos, arrancavam suas línguas. Imaginando que poderiam transmitir as doenças pelo olhar, eles cegavam os olhos desses seres das doenças.

Por outra parte, transformavam o ser humano, o ambiente e os seres de estimação em corpos resistentes, incandescentes, explosivos, que davam choques; que transformavam nossos corpos em corpos quentes, amargos, travosos, azedos e duros.

Criavam cercas com os mesmos efeitos para a nossa proteção.

Guardavam nossas vidas dentro das luzes do sol, nas nuvens.

O tempo atual, com os seus vírus atuais, com os nomes próprios das doenças, me faz voltar ao passado e relembrar as sabedorias dos meus avós, que ajudavam a defender a vida.

Me fez lembrar das técnicas de defesa que ensinavam. Fugir do inimigo, não se expor e retirar-se para um lugar considerado seguro até a doença passar.

Justino Rezende
Indígena da etnia Tuyuka. Reside em Santa Isabel do Rio Negro/AM. Doutorando em Antropologia Social pelo PPGAS/Ufam. Pesquisador do Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena (NEAI).

Alto Rio Negro/AM, 22 de Março de 2020.

POSFÁCIO

A pandemia está atingindo de forma democrática a toda a humanidade. Significa afirmar que temos um problema generalizado, a gerar sofrimentos psíquicos e ético-políticos às sociedades globais.

No caso brasileiro, tanto o espalhamento da doença, que fez seu primeiro caso em 26 de fevereiro, sendo o paciente um homem de 61 anos que viajou à Itália, assim como a aceleração da curva de contaminação, foram grandes.

Hoje, quando finalizamos este livro, em 26 de maio, portanto cerca de 90 dias depois do oficial "caso 1", 391.222 pessoas estão doentes e já 24.512 morreram, sem contar todas aquelas que caíram enfermas ou vieram a óbito e não entraram nas estatísticas oficiais de notificação do país, sabidamente defasadas, o que poderia nos dar uma média de 1,3 milhão de doentes e 100 mil mortes no mesmo período.

O Ministério da Saúde apura ainda se o Brasil teve 39 casos de coronavírus antes da confirmação do paciente de 26 de fevereiro, o que poderia explicar em parte a taxa de cobertura das infecções alastradas pelo país, extremamente alta pelo desrespeito ao isolamento social. Entretanto, para além disso, o que fica claro é que a finitude por coronavírus existe e é uma dura realidade.

A humanidade não é eterna e parece que agora está se dando conta disso. Estamos todos envolvidos no ciclo vida-morte. Todavia, uma diferença dos humanos ante os demais seres vivos do planeta Terra é que ele tem uma maior capacidade de escolher encurtar ou prorrogar sua existência, utilizando-se de vários mecanismos disponíveis, desde vacinas contra a gripe e tratamentos contra o diabetes, até transplantes de órgãos, como a ousada substituição de um coração doente por um saudável. Ou seja, a atuação humana, no exemplo da covid-19, depende em boa monta de escolhas circunstanciais e táticas.

Considerando essa realidade, fica patente que o engajamento social contra o SARS-coV-2 é um ato potencial do comum. Um ato extremo de consciência e estratégia de resiliência e enfrentamento. Sobre o particular dessa estratégia, NEXIN e NEPAM atuam no sentido de fortalecer redes científicas de comunicação e informação, difundindo saberes e boas práticas de compartilhamento de dados em sistemas abertos, pela internet. E esse compartilhamento ocorre por meio de estruturas que estão sendo cada vez mais impactadas pelas tecnologias de informação e comunicação (TICs), promovendo alterações sociais e evolução científica.

É uma estratégia que valoriza a vida e fomenta a potência da humanidade. Por conta disso, queremos afirmar que nossa continuidade de trabalho está posta e se mantém ativa. Mesmo em meio à crise, enveredamos, a partir do "Expressões da Pandemia - Fase 1", para o livro-coletânea seguinte, que será denominado "Expressões da Pandemia - Fase 2" e investigará o estabelecimento do caos sócio-sanitário no país.

Que todas as pessoas colaboradoras deste esforço de pesquisa possam se manter resistentes na produção de ciência.

Renan Albuquerque
Professor da Universidade Federal do Amazonas. Líder do Núcleo
de Estudos e Pesquisas em Ambientes Amazônicos (NEPAM).

Manaus/AM, 26 de Maio de 2020.

Agradecimentos especiais

- Ufam e PUC-SP.
- Laboratório de Editoração Digital do Amazonas (LEDA/Ufam).
- Assessoria de Comunicação da Ufam.
- Faculdade de Informação e Comunicação da Ufam.
- Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Editora Alexa Cultural, coordenada por Karel Langermans.
- Boletim ATLAS/ODS - Amazonas.

Expressões da Pandemia

Fase 1

